



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação

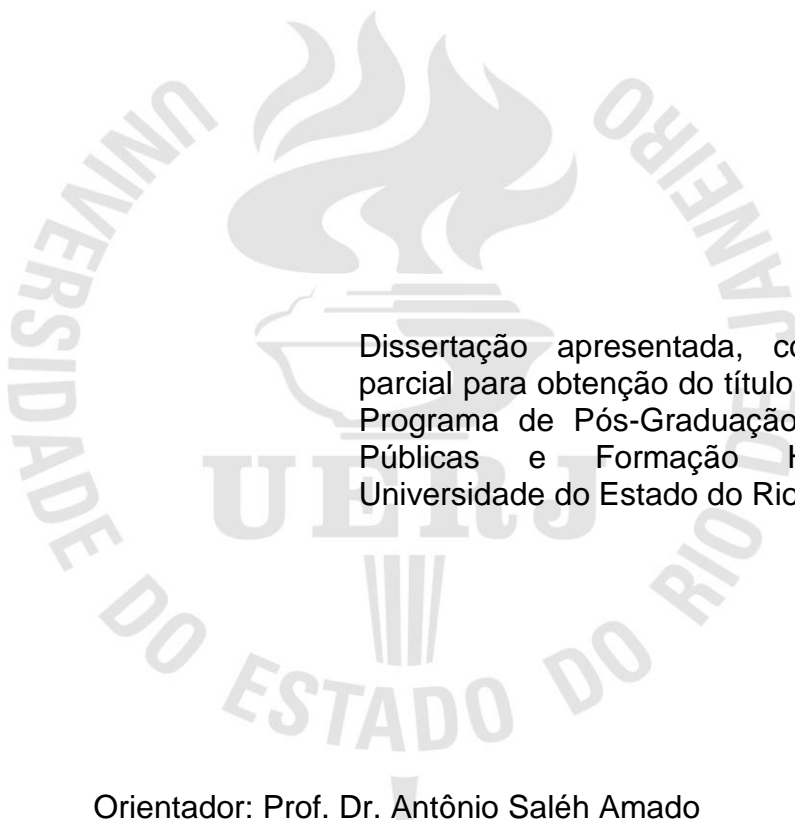
Andréa Monteiro de Frias

**As práticas cotidianas dos profissionais que atuam em programas  
e projetos sociais: efeitos micropolíticos**

Rio de Janeiro  
2016

Andréa Monteiro de Frias

**As práticas cotidianas dos profissionais que atuam em programas e projetos sociais: efeitos micropolíticos**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Saléh Amado

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F897 Frias, Andréa Monteiro de.  
As práticas cotidianas dos profissionais que atuam em programas e  
projetos sociais: efeitos micropolíticos / Andréa Monteiro de Frias – 2016.  
129 f.

Orientador: Antônio Saléh Amado.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Educação

1. Educação – Teses. 2. Subjetividade – Teses. 3. Pessoas  
desabrigadas – Teses. 4. Favelas – Teses. I. Amado, Antônio Saléh. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III.  
Título.

es

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Andréa Monteiro de Frias

**As práticas cotidianas dos profissionais que atuam em programas e projetos sociais: efeitos micropolíticos**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de novembro de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Antônio Saléh Amado  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Estela Scheinvar  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Rafael Coelho Rodrigues  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Rio de Janeiro

2016

## DEDICATÓRIA

Dedico estas linhas ao meu pai, Moacyr Frias, que partiu no ano em que iniciei o mestrado. Amor, potência e saudades. Aos jovens das favelas cariocas, a população em situação de rua e a todos aqueles com quem compartilhei os (des) caminhos durante esta trajetória.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela confiança e companheirismo. Ao Moacyr (*in memoriam*) a amizade e o olhar, sempre admirado, que potencializa. A Ida, a relação clara, direta e amorosa.

Ao Ricardo, agradeço a força, o companheirismo e a parceria. O olhar sempre atento e doce para colaborar.

Agradeço aos amigos queridos sempre juntos, cuidadosos, afetuosos, compreensivos e tão próximos nos momentos mais difíceis. O acolhimento, as palavras e os gestos carinhosos tão presentes neste momento especial da vida.

Agradeço ao meu orientador pela generosidade, tranquilidade e compreensão, em me acolher em momentos difíceis que me deparei nesta caminhada. Por ter me conduzido sutilmente pela vida acadêmica e possibilitado transformar as minhas práticas, meus sentimentos, meus questionamentos e inquietações em textos e palavras que fazem mais sentido hoje para mim.

Agradeço a Sandra com quem eu compartilho as minhas angústias, sentimentos, conquistas, inseguranças e acontecimentos importantes da vida. A cada encontro a escuta atenta colabora para que eu tenha maior visibilidade sobre as minhas possibilidades, potencialidades e limites nesta caminhada.

Agradeço aos trabalhadores sociais que compartilharam comigo momentos emocionantes, trocas de saberes, dificuldades e, principalmente, a confiança em estabelecer parcerias e partilhar a prática.

Aos profissionais da área da cultura, da educação, da saúde, com os quais foi possível inventar, realizar e criar novas formas de atuações integradas. Projetos lindos (muitos não estão nestas linhas) que aguçaram cada vez mais a minha criatividade e potencializaram a minha prática. Puro devir.

Agradeço ao Eduardo, meu sobrinho, que acompanho com muito amor e atenção a sua trajetória de vida.

Que eu não esqueça que a subida mais escarpada e mais a mercê dos ventos, é sorrir de alegria.

*Clarice Lispector*

## RESUMO

FRIAS, Andréa. **As práticas cotidianas dos profissionais que atuam em programas e projetos sociais: efeitos micropolíticos.** 2016. 129f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A presente pesquisa se propõe colocar em análise as práticas dos profissionais da área social e seus efeitos micropolíticos, a partir de duas situações protagonizadas pela população em situação de rua e pelos jovens moradores de favelas, especialmente da Cidade de Deus. As tramas e os caminhos percorridos pelos profissionais, o choque entre as produções subjetivas que limitam e aquelas que criam novas possibilidades, os tensionamentos existentes no campo social, as relações hierárquicas de poder estabelecidas nos espaços populares, as produções e as capturas do desejo, todas estas questões são abordadas e discutidas nesta pesquisa, a luz de autores como Foucault, Guattari, Lourau, Deleuze, Baremlitt, Castell e outras contribuições de autores nacionais que fazem interlocuções importantes com os temas e as situações analisadas. Ao mesmo tempo, programas e projetos, em sua maioria, acabam reafirmando o lugar ocupado pelos moradores das favelas e daqueles que encontram-se em situação de rua como sendo de riscos, vulneráveis, perigosos e que precisam ser apaziguados, o que fica evidente nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, mas também em programas que estão apenas voltados para a disciplina, o controle e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho e a formação de capital humano. Trata-se de propiciar canais e espaços de discussões sobre as iniciativas sociais e potencializar as já existentes no sentido de buscar caminhos inusitados e desviantes, que possibilitem a invenção de novas práticas junto às populações pobres da cidade. Criar possibilidades e caminhos de resistência, na tentativa de realizarmos trabalhos cada vez mais potentes e atuar no nível da micropolítica, da imanência, da fluidez dos acontecimentos, que o cotidiano nos traz, contando sempre com os saberes locais na construção das práticas sociais.

Palavras-chave: Práticas Sociais. Produções Subjetivas. Micropolítica. População em situação de rua. Jovens das favelas.



## ABSTRACT

FRIAS, Andréa. **Daily practices of the professional acting in social programs and projects: micropolitical effects.**2016. 129f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This research aims to analyze the practices of social workers and their micropolitical effects in two situations experienced by people facing homelessness and young slum dwellers, especially in the Cidade de Deus slum. In accordance with authors such as Foucault, Guattari, Lourau, Deleuze, Baremlitt, Castell, and also with Brazilian authors in dialogue with the themes and situations analyzed, we discuss the following questions: the stories and the paths followed by the professionals; the shocks between the subjective productions that limit and those that create new possibilities; the existing tensions in the social field; the hierarchical power structure established in popular spaces; and the production and capture of desire. At the same time, most programs and projects end up reasserting the place occupied by slum dwellers and people facing homelessness as one at risk, vulnerable, dangerous and in need of appeasement. Such fact is made evident by policies developed by the state, and also by programs which only focus on discipline, control, and, consequently, on the labor market and the production of human capital. Instead, social practices should focus on: favoring channels and spaces of discussion about social initiatives (as well as improving the existing ones); encouraging unusual and deviating paths; enabling the invention of new practices with the poor populations of the city; creating ways and possibilities of resistance in the attempt to make more powerful works, acting in the immanent, micropolitical level, that of the fluidity of everyday events, counting on local knowledge for the construction of social practices.

Keywords: Social practices. Subjective productions. Micropolitics. People facing homelessness. Youth in slums.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações de Polícias Especiais
CPRJ	Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro
HIV	Human Immunodeficiency Virus (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
SUS	Sistema Único de Saúde
TCI	Terapia Comunitária Integrativa
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1</b>	<b>IMAGEM CONSTRUÍDA SOCIALMENTE SOBRE OS MORADORES DOS ESPAÇOS POPULARES DA CIDADE.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>Projetos sociais e a lógica do capital .....</b>	<b>30</b>
<b>2.1</b>	<b>Poder Pastoral .....</b>	<b>48</b>
<b>2.2</b>	<b>Análise de Implicação .....</b>	<b>50</b>
<b>3</b>	<b>Discursos e práticas dos profissionais da área social nos espaços populares — Os Analisadores.....</b>	<b>54</b>
<b>3.1</b>	<b>Histórias contadas nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro....</b>	<b>56</b>
<b>3.2</b>	<b>O olhar singular no Aterro do Flamengo.....</b>	<b>81</b>
<b>3.2.1</b>	<b><u>Jovens da Cidade de Deus: modelizações e escapes atuando como forças presentes em um programa social.....</u></b>	<b>101</b>
<b>3.2.2</b>	<b><u>Cidade de Deus: o grupo como possibilidade de produção de desejo .....</u></b>	<b>106</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS? .....</b>	<b>121</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

Águas que correm, claras, do escuro dos morros,  
cantando nas pedras a canção do mais-adiante,  
vivendo no lodo a verdade do sempre-descendo...  
Águas soltas entre os dedos da montanha,  
noite e dia, na fluência eterna do ímpeto da vida...  
Qual terá sido a hora da vossa fuga,  
quando as formas e as vidas se desprenderam  
das mãos de Deus,  
talvez enquanto o próprio Deus dormia?...  
E então, do semi-sono dos paraísos perfeitos,  
os diques se romperam, forças livres rolaram,  
e veio a ânsia que redobra ao se fartar,  
e os pensamentos que ninguém pode deter,  
e novos amores em busca de caminhos,  
e as águas e as lágrimas sempre correndo,  
e Deus talvez ainda dormindo,  
e a lua a avançar, sempre mais longe, nos milênios de treva do  
sem-fim...

*João Guimarães Rosa, Águas da Serra In: Magma*

Esta pesquisa representa uma forma de pensar sobre as práticas dos profissionais no campo social e analisar as forças presentes em programas e projetos que participei e me aproximei durante a minha trajetória profissional. Histórias de vidas singulares, múltiplas, distintas entre si e ao mesmo tempo semelhantes em alguns aspectos, contadas durante os encontros ocorridos entre os profissionais e as pessoas que participavam das iniciativas descritas e analisadas nestas linhas. Encontros estes, que seguiam, muitas vezes, a lógica dos acontecimentos e, somente poderiam ser “entendidos” quando os profissionais, de fato, se aproximavam com disponibilidade para atuar e, ao mesmo, tempo

compreender a dinâmica destes espaços, bem como das pessoas e dos coletivos que estavam em constante movimento.

Este trabalho me proporcionou interessantes trocas com profissionais diversos, moradores das favelas, pessoas em situação de rua do centro da cidade do Rio de Janeiro e grandes momentos de aprendizado que se fazem presentes até os dias de hoje na minha prática. Não é à toa que estão aqui, fazendo parte desta pesquisa que marca um momento muito importante da minha trajetória profissional que vem sendo tecida durante todos esses anos. Ao olhar para as práticas aqui descritas, percebi a existência de muitas histórias diferentes, interessantes e que permanecem nos meus pensamentos e na minha memória. Escolher qual delas faria parte deste projeto, não foi tarefa fácil, mas segui a fluidez do pensamento, da pesquisa e dos acontecimentos que fizeram parte da minha escrita. Terei a oportunidade de compartilhar aqui parte destes momentos e problematizar as práticas profissionais descritas nestas linhas, usando e imprimindo a minha forma de atuar respaldada por conceitos que foram aprendidos e, de alguma forma, absorvidos ao longo desses dois anos de estudo e de maior intensidade na prática, entendendo também, que a caminhada ainda será longa.

Ao analisar as situações aqui descritas, percebo as instituições que me atravessam, o envolvimento com as histórias aqui contadas e os tensionamentos gerados no campo social, a partir das minhas produções subjetivas.

Lorau (1993, p.11) aponta que a instituição não é algo observável, mas em constante movimento, “uma dinâmica contraditória construindo-se na e em história, ou tempo”. Acrescenta ainda que “o tempo, o social - histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade.” (LOURAU, 1993, p.11).

Como a instituição é móvel, dinâmica, conhecer cada vez mais o instituído e suas contradições foi o aprendizado adquirido pela análise Institucional e pela Socioanálise, segundo Lourau (1993,p.12).

A institucionalização é o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente, em constante contradição com as forças de autodissolução

A ideia, como já mencionado aqui, é fazer a análise das minhas práticas e dos profissionais da área social, bem como dos projetos, programas e situações nas

quais eu também atuei profissionalmente, ocupando lugares distintos que vão depender da contextualização de cada momento. Desta forma, abordar o encontro das produções subjetivas dominantes com aquelas que desviam e criam novas práticas, será inevitável e acontecerá, a todo momento, principalmente nas situações que serão analisadas.

Sendo assim, o meu olhar estará totalmente atravessado pela minha trajetória e pela análise do lugar que eu ocupo, tendo em vista a forte presença da análise de implicação nesta pesquisa, que a partir do referencial teórico da Análise Institucional se distancia por completo da noção de neutralidade.

Inicialmente percebo que a escolha por trabalhar na área social e pensar sobre a atuação do especialista está relacionada ao que me inspira, e vem fazendo parte dos meus questionamentos durante toda a minha trajetória na área social. Problematizar a atuação do profissional nos programas e projetos sociais, passando pelas verdades universais e as forças de poder em jogo é uma das propostas desta pesquisa.

O discurso histórico e hierarquizado se faz presente em vários setores da sociedade e as visões mais comuns em relação aos espaços populares concentram-se em, pelo menos, duas vertentes: as pessoas são identificadas como vítimas de uma estrutura social injusta e desigual, o que gera a produção de respostas discriminatórias e, a outra, refere-se à visão de criminalização destes espaços e de “todos” os seus moradores. A imensa maioria dos programas e projetos desenvolvidos nas favelas e outros espaços populares são marcados pelo desconhecimento sobre os interesses dos sujeitos e dos grupos que fazem parte daquele espaço, a respeito da continuidade das práticas iniciadas; das diversas formas desenvolvidas pelos moradores para a superação de suas dificuldades e, o mais importante, do significado que as pessoas dão às suas próprias vidas. Os moradores dos espaços populares inventam diversos mecanismos para terem uma vida mais alegre, mesmo fazendo parte de um quadro de dificuldades, mas, muitas vezes, enfrentado de forma criativa e, sem dúvida, sofrida.

A intervenção do profissional, portanto, exige um conhecimento sobre cada localidade muito mais abrangente do que tradicionalmente é conseguido através de experiências superficiais e que não levam, de fato, em consideração as necessidades locais. Há um conjunto de especificidades nesses espaços que exige

um trabalho de maior capilaridade. Foucault (2012) ressalta a importância da ativação dos saberes locais, muitas vezes considerados desqualificados pelos especialistas, pela ciência e pela sociedade em geral, como uma possibilidade de atuação micropolítica e de invenção de novas práticas.

Segundo Foucault:

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. Pouco importa que esta institucionalização do discurso científico se realize em uma universidade ou, de modo geral, em um aparelho político com todas as suas aferências, como no caso do marxismo "(FOUCAULT, 2012, p. 171)

Apesar de a dissertação falar sobre as práticas dos profissionais no campo social, considera-se importante iniciar a discussão a partir da imagem construída socialmente sobre as populações que vivem nas favelas e nas ruas da cidade do Rio de Janeiro que, geralmente, é associada à criminalidade, à marginalidade e à violência. Neste sentido, seguindo a lógica da sociedade contemporânea e neoliberal, a prevenção passa a ser uma forma de antecipar e evitar que acontecimentos indesejáveis ocorram e de que sejam desencadeados por populações caracterizadas como portadoras de risco e, neste caso, trata-se especialmente das pessoas pobres (principalmente os jovens negros moradores das favelas). Os espaços populares são marcados pelo exercício do poder disciplinar e de controle, mas também por ações coercitivas exercidas pelos policiais quando atuam nestas localidades, seguindo a política implantada pela segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, que será problematizada e analisada no decorrer desta pesquisa.

Outra questão importante, refere-se ao fato dos programas e projetos sociais, muitas vezes, reforçarem a visão capitalista neoliberal, a partir da ideia de formação de capital humano, conceito criado pelo Neoliberalismo no que se enquadrano modelo de regulação, os profissionais, os moradores das favelas ou as pessoas em situação de rua, como poderemos observar nas situações analisadas mais adiante. Durante o desenvolvimento destes projetos com perfis e públicos tão variados, foi possível identificar a riqueza deste universo e a possibilidade do encontro de saberes distintos, complementares e diversos. Tive a oportunidade de atuar em Organizações não governamentais, empresa privada (sem fins lucrativos) e em

parceria com órgãos públicos nas áreas da infância e da juventude, violência intrafamiliar, população em situação de rua e em espaços populares do Rio de Janeiro e de Niterói. Durante todo esse período, diversas questões se fizeram presentes em meus pensamentos e em minha prática. As ideias e questões aqui descritas vêm trazer parte dessas inquietações surgidas em diversos momentos da minha trajetória e, ao mesmo tempo, fazem me deparar com novos conceitos que me propiciaram olhar para todas essas situações, a partir de outra perspectiva.

Para tanto, a abordagem conceitual da análise institucional será articulada a conceitos como: modos de subjetivação, regimes de verdade, relação poder-saber, produção e captação de desejo, demanda produzida, micropolítica, entre outros. O intuito aqui, também é provocar a desconstrução de verdades que desqualificam o saber e a atitude das camadas populares da sociedade, baseadas em diagnósticos de especialistas, no modo essencialista de atuar e nas práticas que buscam sua legitimação apresentando-se como cientificamente comprovadas. São modos de funcionamento construídos historicamente pela visão ocidental.

Analisar as relações entre as práticas dos profissionais e os seus efeitos sobre o público participante dos programas e projetos sociais, é um importante objetivo desta pesquisa, bem como discutir o posicionamento dos programas e projetos frente aos saberes e culturas locais.

Como método, serão utilizadas duas situações analisadoras disponibilizadas pelas iniciativas sociais das quais participei. A ideia é discutir e analisar os desdobramentos do trabalho realizado por profissionais e equipes técnicas em cada situação que terá como participantes um grupo constituído por jovens das favelas cariocas, em especial da Cidade de Deus, e a população em situação de rua do centro da cidade do Rio de Janeiro. Analisar as produções subjetivas dos profissionais e os seus efeitos no público participante, ao longo de todo o trabalho, também fará parte desta pesquisa. A primeira situação refere-se a uma pessoa em situação de rua que fora abordada e acompanhada pela equipe técnica de uma Organização Não Governamental internacional, cuja encomenda fora feita por outra organização parceira, que pertencia a uma rede social voltada para este tema. A partir dos atendimentos, dos acompanhamentos e dos encaminhamentos realizados durante todo o processo, este morador em situação de rua seguiu uma trajetória muito singular e que culminou no contato e retorno a casa de seus familiares. Todo o



caminho percorrido será, não só relatado, mas analisado e problematizado nestas linhas.

A segunda situação refere-se a um programa social que atua no sentido de encaminhar jovens moradores de favelas para o mercado de trabalho formal, a partir da combinação de cursos profissionalizantes e da educação básica. Serão relatadas e analisadas, especialmente, as atividades de grupo e a sua processualidade durante os encontros realizados na Cidade de Deus.

Ambos os casos irão possibilitar uma análise mais detalhada da relação estabelecida entre os profissionais/especialistas e os participantes dos projetos e programas em questão.

Considera-se importante dizer que a ideia desta pesquisa não é indicar um único caminho ou chegar a uma definição sobre as práticas sociais, mas a partir de outras análises, pensar em possibilidades sobre o tema que possam colaborar no sentido da atuação dos profissionais estar mais voltada para os processos de singularização e de potencialização dos sujeitos que compõem os espaços populares da cidade.

Colocar em análise as situações apresentadas e conhecer as lógicas que constituem as práticas e os fundamentos desta pesquisa, eis o propósito deste trabalho.

## 1 IMAGEM CONSTRUÍDA SOCIALMENTE SOBRE OS MORADORES DOS ESPAÇOS POPULARES DA CIDADE

[...] cuidávamos estar perto do porto,  
mas somos lançados em pleno mar alto

*Deleuze*

Nos últimos anos, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, vêm desenvolvendo um conjunto de projetos, pesquisas e ações, com o intuito de ultrapassar o quadro de segregação social e espacial que caracteriza as regiões metropolitanas do país. Paralelamente, continua se fazendo presente uma quantidade significativa de ações que reforçam a manutenção do processo histórico de exclusão social e contribuem para a cooptação de grupos sociais e de diversas iniciativas desenvolvidas nestes espaços. Na obra de Foucault, a definição de exclusão e de inclusão deve ser analisada a partir do contexto em que a situação e o sujeito estão inseridos, tendo em vista tratar-se de termos que transitam conforme o recorte do objeto ou mesmo da intensidade da narrativa. Foucault não define inclusão e exclusão como coisas fixas, ao contrário, parece ser na dinâmica das práticas que estes termos são utilizados e podem ser considerados resultados de dobras e efeitos de práticas sociais contextualizadas.

A principal consequência dessas políticas globais nos espaços populares e nas favelas é a continuidade da situação de violência que acomete os moradores, bem como de estigmas e estereótipos criados sobre estes grupos. As ações do exército e dos policiais que compõem as Unidades Pacificadoras (UPP) nas favelas, a Polícia Militar e o BOPE atuando de forma violenta nas manifestações, as remoções que acontecem sob o mesmo formato há muitos anos, principalmente no período da realização dos grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro, são exemplos vivos e atuais de como o Estado, muitas vezes, se relaciona com as camadas populares da sociedade, através de políticas de segurança e de habitação não condizentes com as necessidades sociais locais. São atuações violentas que desconsideram um olhar minucioso e mais detalhado sobre o funcionamento dos

espaços populares da cidade, bem como de uma visão que leve em consideração os moradores e suas dinâmicas de vida.

A ideia de pacificação pressupõe a pré-existência de violência e criminalidade nestes espaços que precisam ser controlados, seja pelo tráfico de drogas e/ou pela polícia “pacificadora”. As mensagens produzidas levam a crer que a atitude e a atuação da polícia se dão de forma apaziguadora, protetora e reativa a uma suposta “violência preexistente”.

Silvana Tótorá (2006) afirma que os direitos dos sujeitos convivem com a violência da polícia do Estado, por tratar-se de uma violência que se constituiu em direito, como se a violência fosse algo preexistente ao seu exercício. Neste sentido, Deleuze e Guattari (1992 apud TÓTORA, 2006) afirmam que o Estado pode dizer que a violência é “original”, um fenômeno de natureza pela qual o Estado não é responsável, pois apenas exerce a violência contra os criminosos e os violentos que já existiam, com o intuito de trazer a paz e a ordem aos espaços públicos da cidade.

Essa situação, de um lado formada por ações específicas contra a segregação social e, de outro, por políticas universais que reforçam a exclusão, é ainda influenciada pela fragmentação das iniciativas que são efetivadas nas áreas populares, visando ali ampliar as possibilidades de exercício da cidadania<sup>1</sup>. O mais importante é destacar, entretanto, que nesses espaços ainda há escassez de projetos de intervenção que tenham como premissa o reconhecimento da potencialidade dos atores sociais locais, que são os mais interessados em melhorar a sua qualidade de vida, bem como são, supostamente, os maiores conhecedores das questões que devem ser abordadas nos espaços populares. Cria-se então uma imagem unificada das populações que vivem nas favelas ou nas ruas da cidade, associada à criminalidade sem levar em consideração este espaço como sendo também de criação, reinvenção e de singularização das ações.

A favela e a rua pensadas como locais vividos e percebidos por seus moradores a partir de diversas significações capazes de darem sentido às suas vidas e atravessadas pelas produções subjetivas presentes na sociedade que os associam a marginais, delinquentes, bandidos, etc. Desta forma, os espaços populares podem, ao mesmo tempo, apresentar uma positividade no sentido de

---

<sup>1</sup>O conceito de cidadania é utilizado no texto não no sentido tradicional de apontar as garantias legais e nem como uma prática moral, mas sim, enquanto conquista de espaço público, práticas éticas, nas quais as estratégias e a produção da realidade sócio-política é fruto de uma intervenção coletiva.

possibilitar um reconhecimento social dos sujeitos como pertencentes a uma localidade com características e cultura específicas, mas também é capaz de criar uma imagem associada à criminalidade. Seria então uma subjetividade confinada em locais marcados pela violência das desigualdades de oportunidades de vida, onde se fabricam e atualizam, cotidianamente, novas expressões (VILHENA; ZAMORA; DIMENSTEIN, 2003).

Essa circunscrição e localização do crime e da violência nas favelas, produz consenso e adesão para a promoção da criminalização destes espaços que “precisam” ser cada vez mais disciplinados e controlados pela política de segurança pública.

A imagem passada pela mídia e difundida socialmente sobre os espaços populares (favelas e ruas) é o de um lugar definido pela ausência e pela carência. As comunidades de baixa renda são vistas como locais de perigo e os seus moradores como pessoas em situação de vulnerabilidade.

Uma reportagem veiculada no jornal Extra, Publicado no dia 19/06/07, mostra como a sociedade se refere aos moradores das favelas cariocas e a lógica de funcionamento da política de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. A reportagem apresentou a seguinte manchete:

“Beltrame determina que crianças só sejam revistadas sob ‘forte suspeita’”.

A matéria se referia à ocupação do Morro do Alemão no período da implantação e do funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no ano de 2007. Todos aqueles que entrassem ou saíssem da favela deveriam ser revistados, inclusive as crianças. Posteriormente, a partir das intervenções e questionamentos da comissão de Direitos Humanos sobre esta forma de atuação e comportamento dos policiais em questão e da secretaria de segurança pública na região, estas revistas foram “repensadas”, e as crianças se submeteriam a tal procedimento, apenas quando estivessem sob “suspeita”.

O secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, teria se comprometido nesta terça-feira com a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil a pôr fim à revista indiscriminada em crianças durante operações policiais, segundo a OAB. A Secretaria de Segurança do estado afirma, no entanto, que o que está proibido são as revistas aleatórias. Quando houver suspeita fundamentada da criança estar carregando algum tipo de droga ou armamento, ela poderá ser revistada. A medida tinha sido proibida em março, quando policiais revistaram bolsas de crianças em Vigário Geral. No entanto, a liminar de proibição foi caçada

no mês passado. Além das crianças, motoqueiros, motoristas, pedestres e até um fotógrafo, foram revistados.

E mais adiante, outro destaque que complementa a matéria:

Polêmica desde março.

A revista estava sendo feita desde a semana passada por policiais que estão ocupando os complexos da Penha e do Alemão, na operação batizada de 'Cerco Amplo'. Marcus Jardim, comandante do 16º Batalhão da PM, em Olaria, justificou a tática relacionando o perigo de os traficantes usarem os menores para transporte de drogas e armas. Apesar do trauma com os intensos tiroteios, adolescentes e crianças tiveram que abrir suas mochilas para os policiais. Nada foi apreendido com os estudantes.

A mídia por intermédio de diferentes falas autorizadas em suas manchetes e editoriais “informa” à opinião pública dizendo que todos nas favelas são suspeitos, inclusive as crianças. A revista é permitida porque considera-se que este espaço seja constituído por criminosos e, por este motivo, um local de perigo, justificando comportamentos inadequados e constrangedores por parte dos policiais, em relação aos seus moradores. As crianças são revistadas por serem suspeitas, o que nos mostra, de forma evidente, como a política de segurança pública funciona nos espaços das favelas e o quanto crianças e jovens estão expostos tanto pelos policiais, que a princípio, deveriam defendê-las, como por traficantes que, em alguns momentos, as utilizam para transporte de drogas e armas. No caso da reportagem em questão, foi constatado que tal fato não procedia, tendo em vista que nada fora encontrado nas mochilas dos jovens, conforme descrito na matéria.

“A articulação entre criminalidade e pobreza é antiga em nossa sociedade e não é incomum vermos projetos culturais ou sociais atuando na tentativa de salvar as pessoas do envolvimento com a criminalidade” (VILHENA; ZAMORA; DIMENSTEIN, 2003) e/ou terem como missão, por exemplo, “levar” cultura, turismo para as favelas ou espaços públicos da cidade, sem considerar e conhecer o que já existe e é produzido nessas localidades. Muitas vezes, o público dos projetos sociais é visto como sendo de risco ao invés de serem abordados em termos do seu potencial.

Castell (1987) nos ajuda a pensar sobre conceitos importantes que serão abordados nesta pesquisa e que envolvem a noção de periculosidade, gestão dos riscos, a ideia de prevenção e o distanciamento existente entre os profissionais que gerenciam os projetos sociais e os especialistas, na atuação direta com os

participantes dos projetos. Os discursos produzidos sobre as pessoas pertencentes às camadas populares da sociedade os associam à periculosidade e, de acordo com a lógica da sociedade capitalista e Neoliberal, é importante prevenir.

Desta forma, criam-se mecanismos de controle que têm como objetivo prevenir e identificar os supostos riscos. Prevenir passa a ser também vigiar, ou seja, “é uma forma de antecipar a emergência de acontecimentos indesejáveis em populações caracterizadas como portadoras de riscos” (CASTELL, 1987 p. 125).

Muitas vezes, a pessoa negra, pobre, desempregada, moradora da favela ou da rua, é vista como suspeita. Seus códigos, formas de se vestir, de se comportar, podem ser usados como critérios para definir e rotular essa parcela da população. A partir destes critérios, os moradores dos espaços populares, são associados a assaltantes, ladrões, delinquentes, traficantes de drogas, entre outras classificações que levam a crer que todos são criminosos.

Castell (1987) aponta ainda, para as novas políticas preventivas que tratam de um conjunto de fatores e correlações estatísticas que devem apontar os riscos e o perigo dessa população para a sociedade. Este público não é mais visto como “indivíduo” tal qual ocorria na sociedade disciplinar descrita por Foucault. O modelo do Panóptico era a forma de controle vigente, onde era fundamental a presença de quem vigiava e de quem era vigiado no mesmo espaço físico, havendo uma inter-relação, de fato. O imediatismo presente na sociedade disciplinar não faz parte das novas formas de prevenção. Trata-se menos de se confrontar com uma situação concretamente perigosa, e mais de antecipar todas as possibilidades possíveis de lidar com o perigo.

Quando, por exemplo, um homem ou jovem negro, pobre, anda em grupo com outros que se assemelham a ele na forma de se vestir e de se comportar, a probabilidade de serem caracterizados como assaltantes e marginais é grande, segundo as lógicas que fazem parte da sociedade capitalista e neoliberal e, desta forma, eles serão abordados pela polícia, revistados e/ou presos sem nenhum fato ter ocorrido concretamente. Segundo esta lógica, a probabilidade passa a ser o suficiente para agir e, assim, evitar que algo aconteça, considerando ser “mais adequado” conter o sujeito, provavelmente, perigoso.

Com o desenvolvimento tecnológico e a utilização dos dados estatísticos, a política de gestão tão presente na sociedade e nas Organizações atualmente preconiza o tratamento informático que desconsidera o

sujeito para se concentrar nos dados que serão interpretados de forma generalizada. Sendo assim, a atuação profissional, antes realizada de forma mais localizada, agora passa a ser voltada para a população.

Castell (1987), conforme mencionado anteriormente, problematiza o a atuação dos especialistas e dos gestores dos projetos sociais em relação ao público participante. Afirma que, atualmente, as pessoas são perfiladas e as informações são inseridas em banco de dados que não são administrados e controlados pelos profissionais que estão na atuação direta, criando um distanciamento e um rompimento na relação que liga o profissional que atua diretamente no campo da ação, o saber sobre uma pessoa que faz parte do projeto e a possibilidade de intervir nela.

Assim, o papel do profissional no campo (Psicólogo, Assistente Social, Educador, etc.) fica reduzido e subordinado ao gestor administrativo que impõe a estratégia de trabalho a ser adotada e controla (através de algum sistema ou planilha) todo o processo das práticas dos profissionais no campo de atuação. Estes profissionais, por sua vez, são “utilizados” para atender o controle estatístico e a planificação das ações, perdendo, muitas vezes, a possibilidade de uma atuação com vocação, de fato, para o trabalho social que preconize maior aproximação das questões locais e da vida cotidiana das pessoas pertencentes às camadas populares da sociedade. Uma atuação micropolítica e mais próxima da vida das populações que fazem parte destes espaços. Poderíamos então afirmar que, geralmente, o Psicólogo, o Assistente Social e o Educador, neste caso específico, assumem funções auxiliares em relação a política administrativa, definida pelas exigências da gestão.

A estatística faz parte dos programas e projetos sociais, sendo justificada a sua utilização no sentido de nortear as suas ações, sem perder de vista as relações humanas e a proximidade que justifica e, até respalda, a atuação destes profissionais nos projetos sociais. Percebe-se que, em alguns momentos, os projetos aproveitam essas informações para atuar mais diretamente em questões demonstradas ou apontadas como fundamentais pela estatística, associadas às ações diretas dos profissionais, no entanto, estes números são utilizados para que o controle da população pobre seja cada vez mais eficaz e os direcionamentos em relação a esses grupos sejam no sentido de fortalecer as políticas neoliberais do Estado. Estas não atendem, de fato, as demandas da população local, mas as

modelam e as definem como as melhores possibilidades a serem alcançadas pelos atores sociais.

Desta forma, quando os projetos são pensados e direcionados para as populações mais pobres da sociedade, o público ao qual ele se destina é, geralmente, referido como sendo vulnerável.

A noção de vulnerabilidade parece ser restrita ao conjunto de pessoas pertencentes às camadas populares da sociedade. Assim, a classificação de vulnerabilização é conferida, especialmente, a este grupo de pessoas podendo tanto despotencializar o campo de ação, quanto criar uma expectativa de superação na vida. Acrescenta-se ainda, que os enunciados de vulnerabilidade permitem compreender que vulnerável não são somente os moradores dos espaços populares da cidade (favela e ruas), mas parte da sociedade que se diz estar em situação de risco em função da probabilidade de que algo perigoso possa acontecer e que, em geral, é conferido apenas às pessoas pertencentes as camadas populares da sociedade.

Algumas reportagens e matérias veiculadas na mídia mostram essa imagem sobre os espaços populares da cidade, baseadas no regime de verdade que institui discursos, conforme visto anteriormente e percebido nas reportagens e relatos que serão apresentados ao longo desta pesquisa.

A matéria publicada na Carta Capital, em 25 de fevereiro de 2015, apresenta uma pesquisa do Instituto Data Popular realizada com 3.050 pessoas em 150 cidades que 47% dos entrevistados nunca contratariam moradores de favelas para trabalhar em suas casas. Os dados explicitam a segregação social em que vivemos e diz muito sobre o preconceito existente em relação às favelas. A pesquisa ajuda a estigmatizar mais quem vive em condições precárias de moradia, atende a necessidade de mostrar a desigualdade social e as pessoas com melhor poder aquisitivo a observar o comportamento dos empobrecidos para intuírem como tirarão proveito econômico da situação.

Segundo Vilhena, Zamora e Dimenstein(2003),a desigualdade social pode ser percebida também no processo de urbanização da cidade que aponta a “incapacidade” de incorporar a pobreza urbana, o que , interfere diretamente na dinâmica social da cidade, bem como na produção de subjetividades de seus habitantes.



“É no território como construção social, que o sujeito produz a sua subjetividade. Desse lugar que falamos e somos ouvidos, respeitamos e somos respeitados, nos sentimos excluídos ou parte de um todo” (VILHENA; ZAMORA; DIMENSTEIN, 2003, p. 09).

Ao mesmo tempo, é importante destacar que os espaços populares da cidade, principalmente as favelas e as ruas, são locais de criação e de solidariedade, bem como de reinvenção da vida onde é possível presenciar a colaboração, o afeto, a alegria e a construção de uma rede social que funcione de acordo com as relações estabelecidas na localidade.

Lugar de criação (da população em situação de rua ou dos moradores das favelas), de dar novos significados aos já existentes e da possibilidade de vivenciar novas experiências.

Quando atuei em um projeto direcionado à população em situação de rua, que será apresentado nesta pesquisa, presenciei diversos momentos que traziam alegria, potência e reinvenção da vida nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Como o trabalho era realizado também no espaço da rua, além das atividades dentro da própria Organização, os profissionais participavam de diversos momentos significativos e possíveis de serem compartilhados, a partir da adoção de uma nova postura e olhar da equipe técnica sobre este público. Era possível participar de festas de aniversário como um momento de confraternização e alegria, onde o bolo era servido em pedaços de papelão, comemorações com tema natalino e festivo nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, mães e filhos brincando nos parques cotidianamente, casais namorando dentro dos fretes — “burro sem rabo” (utilizados para catar papelão ou carregar mercadorias dos camelôs) e as relações eram tecidas pelo afeto, a solidariedade, a alegria e os momentos potencializados pelos bons encontros.

Quando as atividades de grupo eram realizadas pelos profissionais da equipe técnica nas ruas, surgiam muitas questões, informações e novas formas de olhar o mundo, a partir de trocas de ideias que aconteciam naqueles espaços que eram potencializados por estes momentos. As idas ao Cinema Estação Botafogo ou ao Cine Odeon (em sessões frequentadas pelo público em geral) proporcionavam grandes momentos de potência, a partir das rodas de conversas realizadas após a exibição dos filmes com os moradores de rua nos mezaninos destes cinemas ou nas

escadas do Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB. Espaços utilizados para trocas de saberes, partilhas e potencializados pelas experiências, conhecimentos e ideias de cada indivíduo e do coletivo. Os filmes, as peças teatrais e as rodas de conversas serviam como disparadores para tais reflexões e discussões.

Identifico, em muitos projetos e em alguns que tive a oportunidade de fazer parte, práticas que se fundamentam em uma lógica hierarquizada do saber e que, de alguma forma, trabalham no sentido de um esvaziamento do potencial criativo local, inclusive o de inventar outros mundos, em nome da hegemonia e das verdades universais praticadas pelos especialistas, governo, bem como a sociedade em geral.

No período de 2011 à 2014 em algumas favelas cariocas foram construídos teleféricos, a partir de uma política associada ao PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (Programa do governo federal brasileiro, lançado em 2007, que englobava um conjunto de políticas econômicas, que tinha como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros) associado a política de Segurança Pública com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). De acordo com o site do Governo do Estado do Rio de Janeiro:

[...] as UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias.

O intuito deste empreendimento é estimular o crescimento econômico do Rio de Janeiro, bem como fomentar o turismo local. Alguns sites de Turismo divulgaram e, divulgam até hoje, roteiros turísticos em diversas favelas cariocas, incluindo as contempladas pelos teleféricos, como o Morro da Providência, o Morro do Alemão, sendo uma forma de conhecer o Rio de Janeiro a partir de uma “nova perspectiva” do turista e/ou morador do Rio de Janeiro, para estes espaços. É importante destacar que o teleférico proporciona uma visão panorâmica das favelas, não permitindo maior interatividade entre as pessoas que as “visitam” e os moradores locais, bem como não haver a possibilidade de estabelecer relações mais próximas com os espaços supracitados.

Durante o ano de 2011, mais especificamente, no Morro do Alemão, parte dos moradores questionaram a construção do teleférico, o que pode ser melhor observado através de algumas reportagens sobre o assunto veiculados na mídia naquela época, bem como uma entrevista com alguns moradores das favelas contempladas, mais especificamente com um morador do Morro do Alemão e o presidente da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro) realizada pela TV Folha. Este vídeo mostra a visão dos moradores sobre a política social do Estado, especialmente a construção do teleférico e a importância destas atenderem as reais necessidades das favelas cariocas e o quanto a visão sobre as localidades em questão são distintas entre ambas as partes, bem como a distância entre quem planeja e executa o projeto em relação às necessidades dos seus moradores. Estes últimos, por sua vez, informam o valor gasto com a obra em questão (253 milhões de reais), bem como a existência de problemas relativos ao saneamento básico na região que não foram solucionados até os dias de hoje e deveriam ser prioridade do governo, tendo em vista a importância das pessoas poderem viver de forma digna e sem esgoto a céu aberto. Desta forma, a construção do teleférico sofreu resistências por parte dos moradores das favelas contempladas, mas só não foi construído na favela da Rocinha até o momento. Nos Morros do Alemão e da Providência o funcionamento parece ser precário, em alguns momentos, e ter paralisado, conforme as reportagens veiculadas na mídia a respeito. Segundo a população das favelas citadas, este projeto serviu para fins políticos e para o interesse de fomentar o desenvolvimento econômico local através do turismo, visando os grandes eventos que aconteceriam na cidade do Rio de Janeiro. Em matéria veiculada na internet em julho de 2016, o jornalista noticiou a desmobilização dos teleféricos no Morro do Alemão.

O Teleférico do Conjunto de Favelas do Alemão está fechado, por tempo indeterminado, desde a última sexta-feira (14), por falta de pagamento do estado, segundo o consórcio Rio Teleféricos. A expectativa é que cerca de 150 funcionários, que são moradores das comunidades, sejam demitidos. A informação foi confirmada, com exclusividade, pela produção do RJTV 1ª edição.

Segundo o consórcio, a secretaria Estadual de Transportes foi notificada sobre a suspensão das obrigações contratuais de operação e manutenção do teleférico devido à falta de pagamento, que não é efetuado desde abril.

Anteriormente, **a secretaria havia anunciado que o teleférico do Conjunto de Favelas do Alemão, na Zona Norte do Rio,** deveria ficar parado por cerca de seis meses para manutenção, porque durante um reparo, em setembro, havia sido identificada uma “evolução atípica do

desgaste” de um dos cabos de tração do teleférico e, por conta disso, a paralisação preventiva do transporte havia sido decretada.

No período da construção do teleférico no Morro da Providência, também houve resistências por parte dos moradores, pelo mesmo motivo, ou seja, a prioridade do Governo deveria ser atuar diretamente nos problemas referentes ao saneamento básico.

Este é um dos inúmeros exemplos de projetos realizados (neste caso pelo Estado) nas favelas cariocas sem a participação efetiva dos seus moradores para eleger as prioridades e as necessidades locais, não havendo nenhum envolvimento dos representantes do governo com a localidade. Projeto voltado para o Turismo, tendo como objetivo apenas o desenvolvimento econômico e orientado para os grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Outra reportagem, que corrobora com a mesma ideia, ou seja, a valorização dos grandes eventos e a visão da cidade do Rio de Janeiro como um grande negócio, foi veiculada no Jornal O Dia, no dia 25/03/2016. A manchete era a seguinte: “Guerra entre facções no Morro da Babilônia prejudica comércio e turismo – Dois corpos foram encontrados nesta sexta-feira, após noite de tiroteio. Bope ocupa a comunidade”.

Nota-se que os moradores da localidade sequer foram mencionados na manchete, o que nos leva a crer não haver, por parte da mídia, uma preocupação em relação à violência vivida pelas pessoas que residem no Morro da Babilônia, localizado na zona sul do Rio de Janeiro, mais especificamente em Copacabana. A ideia da matéria é chamar atenção, através da manchete, para a importância e a possibilidade do aumento do lucro nestas localidades, propiciado também pelos grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro e os espaços das favelas serem vistos e utilizados para o Turismo, como já mencionado nestas linhas anteriormente. O objetivo principal destas ações tem como prioridade a obtenção de benefícios políticos e econômicos, conforme preconiza a política neoliberal vigente.

Muitas vezes, os governos, algumas organizações e seus profissionais trabalham a partir da ideia de desenvolvimento econômico e de lucro, mas também de ausência e de carência de potencialidades das camadas populares.

Segundo Barembliitt (1993), os especialistas, estão predominantemente a serviço do Estado, das empresas, das universidades, tem tido como consequência que as pessoas, principalmente pertencentes à camada popular da sociedade, têm-

se visto despossuídos de um saber que tinham acumulado através de muitos anos acerca de sua própria vida, de seu próprio funcionamento. Esse saber, criado e acumulado pelas comunidades sociais, a partir do surgimento do saber científico e tecnológico, fica colocado em segundo plano. Então, as pessoas das comunidades de cidadãos têm visto esse saber subordinado ao saber dos especialistas.

Desta forma, a vida parece seguir um caminho linear, sem possibilidade para o inesperado e para a fuga. A forma de compreensão do mundo se daria então apenas pela via científica.

Embora lutemos diariamente contra nossa formação positivista, esta se apresenta sempre ao lado, como um caminho seguro e fácil, no qual podemos olhar e rever a metodologia previamente estabelecida e perceber que foi seguida. Portanto, desse modo, temos a certeza de estar no “caminho certo”. Sempre o certo e o errado nos acompanhando, como uma herança, talvez” (RODRIGUES, 2009, p. 29).

Neste sentido, os moradores das favelas perdem o controle das próprias condições de vida e do gerenciamento de suas existências, ficando dependentes do Estado, das empresas e dos especialistas, ao invés de serem abordados, a partir da perspectiva da valorização do que é local e englobe os saberes populares.

Apesar das distintas iniciativas públicas e privadas de “penetrar” na cotidianidade dos espaços populares, a disparidade entre as informações que subsidiam as intervenções e o conhecimento preciso da localidade dificultam, sobremaneira, a conquista de boas iniciativas que atendam às demandas supostamente “identificadas”.

Baremblytt (1992) a partir da Análise Institucional, traz um questionamento importante sobre a ideia de demanda que, a princípio, está relacionada às necessidades básicas oriundas dos espaços populares. Essas necessidades são colocadas como demandas espontâneas, através da exigência de produtos e de serviços. Afirma que as comunidades que têm alguma noção acerca de suas necessidades, muitas vezes perdem, de modo que já não sabem exatamente do que precisam e desejam, demandando assim, o que é produzido como necessidade pelos especialistas. Estes grupos têm perdido certo grau de compreensão e controle sobre os tipos de recursos e formas de organização que devem dispor para resolver seus problemas.

Desta forma, a autoanálise e a autogestão são conceitos importantes que podem contribuir para melhor percepção dos moradores dos espaços populares sobre a sua localidade. São processos que ocorrem simultaneamente e, geralmente, de acordo com o movimento e a dinâmica do próprio grupo. No entanto deve-se destacar a importância dos especialistas submeterem seus saberes, métodos e técnicas no mesmo nível de importância aos saberes locais, que, geralmente são desqualificados pela ciência e tecnologia.

O desafio consiste na formulação de políticas públicas na atuação dos profissionais baseadas em práticas que visem a contínua e inacabada construção de um espaço social de convivência interativa de saberes populares e científicos, não hierarquizados, requerido para o enfrentamento dos grandes desafios contemporâneos.

Há uma tendência dos profissionais atribuírem aos sujeitos/participantes dos projetos sociais a maioria das dificuldades surgidas durante o processo de trabalho, bem como as questões estruturais e de planejamento do projeto. Algumas delas referem-se ao alto índice do uso abusivo de drogas, à baixa escolaridade dos moradores destas localidades, às relações familiares apresentarem vínculos muito fragilizados ou violência intrafamiliar, entre outras questões levantadas pelos profissionais, que se utilizam, muitas vezes, destas questões para justificar os problemas surgidos durante o andamento do projeto, bem como as intervenções equivocadas realizadas pelos próprios especialistas. É importante sublinhar que as questões citadas também são importantes e podem gerar dificuldades durante o processo de trabalho e na vida do público participante dos projetos, mas vale ressaltar que o olhar atento dos profissionais sobre as suas próprias questões que surgem em um atendimento ou trabalho com o público abordado, bem como analisar as suas implicações durante todo o processo, se faz necessário e fundamental para que as transformações necessárias no campo social aconteçam e possam trazer novas práticas e atuações dos trabalhadores sociais. Não é comum os profissionais colocarem em questão a sua atuação profissional, repensem o quanto a forma de se posicionar pode influenciar na autonomia e na potencialização dos envolvidos nesse processo. Questionar sobre o seu olhar em relação ao público com o qual atua diretamente, a forma de abordar as questões pertinentes àquela localidade e estar em constante reflexão sobre a sua atuação no campo do trabalho, deveria fazer parte de todo processo da formação dos profissionais.

Geralmente o público pesquisado neste trabalho é visto como se fosse constituído por uma identidade única e tivesse um destino já conhecido e, portanto, previsível.

## 2 PROJETOS SOCIAIS E A LÓGICA DO CAPITAL

Todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico chocam-se contra o muro da subjetividade capitalística.

*Guattari, 2013*

Pensar sobre os projetos sociais nos espaços populares da cidade é um desafio, tendo em vista a grande quantidade de iniciativas, programas e projetos elaborados estrategicamente para serem desenvolvidos na atualidade, bem como o conjunto de práticas e dispositivos supostamente presentes na relação entre proponentes e moradores dos espaços populares. Para tanto, torna-se importante uma breve análise do sistema vigente e o seu funcionamento em relação a essas localidades na cidade, bem como um olhar mais aprofundado sobre as relações estabelecidas entre os atores sociais envolvidos nesta relação.

Com as mudanças ocorridas na sociedade e o rápido avanço tecnológico, a forma de exercício de poder, que antes (séc. XVII ao séc. XIX) assumia o caráter estritamente disciplinar, oriundo da era industrial, passa a ser exercido pelo controle contínuo e ilimitado e, conseqüentemente, os instrumentos utilizados nesta nova modalidade passam por transformações de acordo com os avanços tecnológicos.

A sociedade de controle está voltada para o mercado e o consumo, funcionando de forma diferente e não condizente com a produção (industrial) e ao adestramento, porém nota-se que ambos podem coexistir e atuarem conjuntamente na atualidade.

A tecnologia, na sociedade neoliberal vigente, se torna obsoleta com muita rapidez e ao mesmo tempo permite maior controle da população sem a necessidade da presença física no mesmo espaço. A mídia, que é uma ferramenta importante para a democratização da informação, no sentido de suscitar reflexões e debates relevantes sobre a atualidade, serve como mais um dispositivo de controle que atende a sociedade capitalista pós-industrial. A comunicação opera, muitas vezes, pela captura de pessoas e atua no sentido de produzir verdades que servem ao sistema capitalista neoliberal, bem como direciona o que será divulgado para a



população de acordo com os interesses individuais, financeiros e políticos do momento.

Cecília Coimbra (2001), problematiza como foram produzidos alguns aspectos relativos à “violência urbana” e as verdades produzidas pela mídia durante a Operação Rio, realizada entre os anos de 1995 e 1996. A pesquisa refere-se às favelas e aos locais considerados perigosos no Rio de Janeiro que foram ocupados pelas forças armadas e a polícia militar com o intuito de acabar com a violência e o narcotráfico na cidade. Foi uma ação organizada e realizada pela Secretaria de Segurança Pública que se utilizou dos meios de comunicação de massa para divulgar as ações realizadas, mas também para conduzir formas de pensamentos, bem como a opinião pública sobre a operação realizada nos espaços populares da cidade.

De acordo com a autora:

Partimos do pressuposto de que a mídia é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo e que os meios de comunicação, portanto, "falam pelos e para os indivíduos". Esse equipamento não nos indica somente o que pensar, o que sentir, como agir, mas principalmente nos orienta sobre o que pensar, sobre o que sentir (COIMBRA, 1996).

Desta forma, é possível afirmar que a mídia hierarquiza os assuntos no sentido de selecionar e determinar aqueles que serão discutidos, pensados e debatidos pela população, gerando pensamentos binários, empobrecendo as análises e privando o espectador de ter um discurso mais aprofundado em relação aos acontecimentos do cotidiano. Além disso, atua no sentido de homogeneizar o pensamento e o modo de vida da população.

Segundo Cecília Coimbra (2001) Em relação às camadas mais pobres da sociedade, como já mencionado no capítulo anterior, a mídia as aponta como criminosas e, por este motivo, constrói narrativas que suscitam o medo, a violência, o preconceito e a naturalização da pobreza, não aprofundando a análise e a discussão sobre a desigualdade social, a falta de distribuição de renda no país, bem como desviando a atenção do público dos inúmeros problemas que geram todas estas questões. A imagem passada pela grande mídia sobre esta parcela da população é preconceituosa, discriminatória e nos faz crer que o fato da população pobre ser diferente das elites, deve ser tratada de outra maneira.

Neste sentido, é muito importante destacar a presença das mídias alternativas criadas nos espaços populares da cidade e nas favelas, no sentido de ser um meio de divulgar, mesmo que para um grupo menor, o que acontece no cotidiano destes espaços, criar possibilidades para discussões mais amplas e menos superficiais sobre os temas, bem como apresentar resistências ao regime de verdade imposto pela “mass media”. Essa forma de comunicação possibilita dar voz às camadas populares da sociedade, mas também mostrar para a população outras formas de olhar o mundo, de viver a vida e de inventar o cotidiano. Essas mídias mostram não só a opressão e a violência vivida nos espaços populares como ocorre na grande mídia, mas também as criações que surgem através de ações coletivas e individuais que colaboram para a melhoria dos espaços e possibilitam a invenção de novas formas de vida. São veiculadas também informações sobre outras localidades da cidade, evitando uma separação entre as favelas, os bairros e arredores da cidade.

A democratização da comunicação traz consigo uma série de potencialidades na medida em que permite a elaboração de repertórios alternativos e mais próximos dos acontecimentos, diferentes daqueles apresentados pela grande mídia sobre estas localidades.

A ideia, nesta pesquisa, não é fazer uma separação entre os grandes veículos de comunicação e as mídias alternativas e comunitárias, até porque a comunicação de massa também perpassa a comunicação popular. A ideia é ressaltar o seu caráter múltiplo, baseado em experiências de vida de grupos sociais repletos de diversidades, conflitos, desejo de mudança e resistência.

As Mídias comunitárias e alternativas geralmente compartilham os acontecimentos em tempo real a partir do olhar do morador e/ou do profissional que esteja no local. Noticiam fatos que não aparecem nos grandes veículos de comunicação e, por este motivo, muitas vezes, não chegam ao conhecimento do grande público. Com a possibilidade de divulgar essas ações nas redes sociais ou em alguma emissora de TV que tenha um caráter mais democrático, esta ferramenta possibilita a ampliação e o aprofundamento da discussão sobre temas diversos, bem como a oportunidade de nos aproximarmos da vida destes grupos e de ter maior conhecimento do cotidiano e do que é produzido nestes espaços. As mídias alternativas e comunitárias são instrumentos que, muitas vezes, escapam da hegemonia midiática e se apresenta como um processo de singularização, mostrando outras formas de existência no plano micropolítico. Em contrapartida, é

importante ressaltar que, algumas vezes, estas poderão também ser cooptadas pelos grandes veículos de comunicação que produzem uma narrativa aparentemente próxima destes grupos, mas na verdade, as utilizam para produzir discursos voltados para o controle da mente e dos corações das pessoas. Geralmente são apresentadas e divulgadas pela grande mídia no sentido de servir às formas de funcionamento e de controle da sociedade capitalista neoliberal, bem como utilizadas para conduzir as opiniões e os posicionamentos políticos de acordo com os interesses do momento e do mercado. Na sociedade de controle a mídia é um mecanismo utilizado pelas redes de poder transformando as subjetividades criadas e inventadas pela população em meros objetos de consumo e de identificação.

Durante a realização desta pesquisa, muitas notícias e matérias veiculadas nas mídias comunitárias e alternativas de uma forma geral (CDD Acontece, Maré Vive, Voz da Comunidade – Morro do Alemão, Morro da Providência, Ocupa Alemão, Coletivo Papo Reto, Mídia Ninja, entre outras) também contribuíram para trazer algumas discussões importantes abordadas nesta pesquisa.

Guattari, em *Cartografias do Desejo* (2013), aborda diversas questões relacionadas à produção de subjetividades e dos desejos, as revoluções moleculares e as singularidades no sentido de analisar o funcionamento da sociedade e pensar sobre como se dá o controle da população, através da produção de subjetividades e que, se contrapõe aos fatores de resistência que podem também estar em processo permanente, de revolução molecular.

Para tanto, ressalta a presença dos movimentos sociais neste processo e a sua importância no surgimento de modos de subjetivação singulares e originais.

## Segundo Guattari

O que caracteriza os novos movimentos sociais não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetivação originais e singulares, processos de singularização subjetiva(GUATTARI, 2013)

Neste sentido, algumas mídias comunitárias também podem, como dito anteriormente, a partir de seu conteúdo e formas de abordar os assuntos (principalmente os referentes aos espaços populares e a cidade onde residem),

produzir novas singularidades e formas de resistências, subvertendo assim, a modelização da subjetividade capitalística.

O traço comum entre os diferentes processos de singularização é um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística. Isso se sente por um calor nas relações, por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade, por uma vontade de amar, por uma vontade de simplesmente viver ou sobreviver, pela multiplicidade dessas vontades. É preciso abrir espaço para que isso aconteça. O desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade (GUATTARI, 2013).

Desta forma, percebemos que o indivíduo está imerso em uma multiplicidade de componentes de subjetividades seja como instituído, seja como instituinte.

Cecília Coimbra e Thiago Moraes (2002) trazem questões referentes às transformações de uma sociedade fundada na normatização dos sujeitos para uma sociedade de controle dos riscos cotidianos, uma revitalização da capacidade de comando social do capitalismo sobre as pessoas. Ressalta a mídia como um dos principais instrumentos de operação dessa transformação na sociedade de controle.

No entanto, não é apenas os meios de comunicação de massa que produzem e fortalecem as subjetividades hegemônicas no nosso cotidiano. A mídia é um dos (fortes) mecanismos utilizados e, neste cenário, é possível observar também a presença de outros dispositivos, bem como a coexistência de poderes distintos atuando conjuntamente em diferentes momentos da história. Neste sentido, é possível notar a presença do poder disciplinar nas favelas e nos espaços populares da cidade, através da política de segurança pública do Rio de Janeiro. As UPPs por estarem fisicamente instaladas nas favelas, podem produzir nos moradores o efeito de uma vigilância panóptica, mas também atuar, em alguns momentos, de forma coercitiva. Outra forma de controle muito comum, também, refere-se ao “toque de recolher” que diz respeito à determinação da polícia em relação ao horário em que as pessoas devem retornar para as suas casas e são impedidas de transitar nas ruas, becos e vielas das favelas, principalmente, durante a noite.

Desta forma, as ocupações nas favelas cariocas realizadas pela polícia e pelo exército no período da implantação e do funcionamento das UPP's combinados à atuação voltada para a gestão das ações e operações realizadas, bem como o acompanhamento estatístico dos grupos analisados nesta pesquisa, são exemplos da coexistência dos poderes disciplinar e de controle nestes espaços da cidade. Assim a normatização da população moradora destes locais se faz presente, a partir

de dispositivos de segurança que combinados modulam a forma de viver e de existir dos moradores das favelas.

Alguns jovens, moradores da Rocinha e da Cidade de Deus, participantes de um dos projetos sociais que terão situações analisadas nesta pesquisa, relataram que nas operações realizadas pelo Estado, muitos policiais entraram nas favelas fortemente armados, sem o menor cuidado com os horários destas incursões. Geralmente acontecem durante a saída das crianças e dos jovens das escolas e/ou no horário de retorno do trabalho das pessoas (homens, mulheres, idosos e moradores em geral), momentos em que há uma quantidade significativa de pessoas circulando pelas ruas.

No período entre o Natal e o ano novo de 2015 e no domingo de Pascoa de 2016, por exemplo, algumas operações policiais foram realizadas em várias favelas cariocas seguidas de intensos tiroteios, o que demonstra a impossibilidade dos moradores destas localidades de usufruírem dos dias de lazer e de “descanso” para visitar seus vizinhos, parentes, transitar pelas ruas das favelas e da cidade onde residem. O direito de ir e vir totalmente cerceado e violado pela política de segurança pública adotada pelo estado do Rio de Janeiro.

Em 24/12/2015, dia em que se comemora o Natal, um dos participantes do projeto mencionado, durante uma conversa, dizia-se muito triste, pois um jovem conhecido de todos na Cidade de Deus, havia sido morto por uma “bala perdida”, conforme reportagem veiculada pelo jornal O Globo em 24/12/2015 e atualizada em 25/12/2015. (<http://oglobo.globo.com/rio/crianca-de-11-anos-morre-em-tiroteio-na-cidade-de-deus>).

Durante a conversa, H. disse:

Ah, meu Natal acabou. CDD está de luto. As coisas estão tensas aqui na comunidade. Morreu 2 pessoas ontem. Estou muito triste. **E o pior de tudo que o menino que morreu era trabalhador.** Acabou com o natal de muitas famílias.

Durante a nossa conversa H. foi informado que haveria uma manifestação na Cidade de Deus promovida pelos moradores, produtores culturais, trabalhadores da área social, entre outros, naquele mesmo dia, às 19h, e foi divulgado nas redes sociais pela mídia comunitária, CDD Acontece. Caso ele se interessasse em ir, eu poderia enviar a divulgação da manifestação com mais informações. Aproveitei para

sugerir que convidasse os outros jovens, amigos, parentes, tendo em vista que era uma oportunidade de participação ativa dos moradores da Cidade de Deus neste movimento e uma forma das pessoas se unirem para se manifestarem e, até mesmo, se encontrarem com mais frequência para pensar sobre a segurança da localidade e outras questões que poderiam surgir mais adiante. Desta forma, H. se interessou em ir e me pediu para compartilhar as informações com ele. Durante a conversa, H. ouviu tiros que pareciam estar bem próximos de sua casa e me disse: “Estou ouvindo tiros agora aqui perto de casa. Vou gravar aqui para você. Você está ouvindo? Não sei se vai dar para sair, não”. Neste caso, por conta do perigo e da insegurança na favela, H. permaneceu em casa.

Nota-se que no discurso produzido por H., subentende-se que o fato do jovem ser trabalhador não justificaria ter sido atingido e morto por um tiro, mas se o jovem pertencesse ao tráfico de drogas, essa ação da polícia se justificaria? As narrativas produzidas na sociedade sobre quem deve viver ou morrer corroboram com a criminalização de jovens negros, pobres, não inseridos no sistema de educação e/ou no mercado de trabalho. Mortes que atingem moradores de áreas pobres da cidade e vivem em intensa e diária tensão por conta dos conflitos e da entrada da polícia nestas regiões.

Como lidar com um nível tão alto de opressão? A impossibilidade dos moradores destas localidades de serem felizes, de compartilharem momentos significativos com a rede comunitária, constituída pelos amigos, parentes, vizinhos e conhecidos. Qual é a possibilidade dessas pessoas terem mobilidade nas ruas de seus bairros, favelas e na cidade onde residem?

Nessas operações também é comum a polícia entrar nas casas dos moradores sem o Mandato de Busca e Apreensão, documento que deveria ser apresentado pelos (as) policiais antes de entrarem nas casas e apenas será válido se estiver com informações como: endereço exato da residência em que será realizada a busca; nome do(a) morador(a); motivo da busca; assinatura do(a) juiz(a). Os jovens, geralmente, relatam fatos que ressaltam a forma coercitiva, desrespeitosa e violenta destas abordagens que acontecem de forma aleatória e totalmente fora da legalidade.

Dois jovens moradores de favelas distintas relataram alguns episódios ocorridos nas operações realizadas na Cidade de Deus e na favela da Maré. A primeira ocorrida em 2015 com a UPP já implantada e a segunda durante a

permanência do Exército e da polícia militar por um longo período na região, tendo em vista não haver UPP na Maré, que estava prevista para ser implantada até o ano de 2016, mas o Estado declarou que pela falta de verba, estaria impossibilitado de construí-la.

Os policiais entraram na minha casa, minha mãe atendeu e eu nem tive tempo de me vestir direito. Eu estava dormindo e eles entraram no meu quarto. Nem bateram na porta. Desarrumaram a nossa casa toda porque estavam procurando os bandidos que estavam por lá, pela favela (R., jovem de 19 anos, morador da Cidade de Deus).

Os policiais e o exército entraram na minha casa e levaram R\$300,00 que estavam em cima da minha mesa. Eles entram na nossa casa e não querem saber não (Relato de N., jovem de 19 anos, moradora da favela da Maré, no período da ocupação do exército e da polícia militar na região).

É importante acrescentar que N. além de ter 19 anos, mora sozinha, tem uma filha de 4 anos, é responsável pela criação dos irmãos menores (sendo um deles especial), tendo em vista que a mãe faleceu em 2015.

Cecília Coimbra (1992) afirma, na pesquisa realizada sobre a Operação Rio, que:

[...] um outro 'rosto' encontrado nesta caminhada foi o das 'classes perigosas', dos 'territórios dos pobres', apresentado como homogêneo, identitário, uno e, portanto, imutável. De forma unilateral e simplista esse 'rosto' aparece referindo-se àqueles que têm um destino já conhecido e previsível.

Desta forma, a atuação da polícia e do exército nos espaços populares da cidade acontecem de forma arbitrária com o intuito de regular os modos de vida existentes nestas localidades. São espaços vistos pela sociedade como constituídos por pessoas que têm os mesmos problemas, as mesmas dificuldades e são marcadas, na sua totalidade, por uma constituição familiar desestruturada. Uma visão homogênea das classes mais pobres da sociedade.

A reafirmação de uma certa "natureza" tem levado à aceitação da "guerra civil", sendo parte da realidade nas grandes cidades contemporâneas; tem reiterado, ainda, a incorruptibilidade e competência das Forças Armadas como um fato comprovado e nos apresentado torturas e desaparecimentos enquanto um destino inexorável daqueles que desafiam as leis vigentes. (COIMBRA, 2001)

As ações do Estado são carregadas de verdades universais sobre as favelas, mas também por formas violentas em sua atuação.

O que faz o poder se manter e ser aceito, é o fato dele produzir discursos, saberes, comportamentos, ideias e pensamentos que servem como sistemas de controle da população e são considerados como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social de maneira positiva, não sendo uma instância negativa que tem por função reprimir.

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder... A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem o seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro... o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2001).

Nota-se também que dificilmente há um planejamento prévio e cuidadoso quando se fala na entrada da polícia nas favelas, mas também em relação a alguns projetos que, muitas vezes, não possuem um planejamento e formas de atuação que levem em consideração as questões da cidade e específicas das localidades estudadas nesta pesquisa em conjunto com os seus moradores. Há apenas a realização de programas, projetos e ações previamente determinados sem a participação efetiva da população que é a maior interessada pelas políticas que serão desenvolvidas nas suas localidades.

Outra questão importante a ser pensada é o fato dos projetos e programas sociais também serem utilizados como forma de controle da população pobre, a partir de políticas que legitimam a produção do regime de verdade, bem como discursos e ações que desvalorizam o saber e as produções locais. Muitos projetos se propõem a “retirar os jovens do crime” e/ou atuar de forma preventiva com aqueles que estão em situação de “vulnerabilidade”. Alguns instrumentos de controle desta camada da população são as empresas privadas, o Estado e as Organizações Não Governamentais que, muitas vezes, atuam em consonância com o próprio Estado, produzindo discursos e comportamentos que favoreçam a hegemonia e uma população regulada por estes mecanismos de poder. Parte, significativa, das Organizações são financiadas e, conseqüentemente, cooptadas pelo Estado ou por empresas privadas que servem à criação e à manutenção de uma sociedade hegemônica e altamente controlada.

Vale chamar atenção para o fato dos programas sociais serem, muitas vezes, utilizados de forma apaziguadora daqueles que deles participam, colaborando



assimpara que as pessoas de baixa renda se ajustem a uma forma de funcionamento que privilegie a sociedade de controle, onde a pobreza e as questões sociais sejam administradas e os profissionais, a partir de suas práticas trabalhem para a manutenção deste modelo neoliberal de governar.

Atualmente há uma valorização exacerbada das políticas de segurança e um esvaziamento de ações e programas sociais nos espaços populares. A política de segurança com as unidades de polícia pacificadora são provas vivas desta forma de governar, principalmente nas favelas cariocas, onde as iniciativas sociais não acompanharam a entrada das unidades citadas, havendo o aumento da repressão, prisões e mortes nestes espaços que vem crescendo a cada dia.

Ao mesmo tempo estas ações e organizações, podem também, mesmo nestas situações, apresentar brechas e espaços de afirmação que, de alguma forma, reforcem a importância de negros, favelados, moradores de rua e suas formas de existência nos espaços populares. Muitos atores sociais que são considerados lideranças importantes e atuantes em áreas políticas, culturais, artísticas e sociais, possuem trabalhos transformadores e que devem, ao menos, parte da sua formação aos projetos sociais realizados em Organizações Não Governamentais. Também é necessário dizer que nem todas as ONGs atuam no mesmo sentido e, até mesmo, não recebem financiamento de empresas e do Estado. No entanto é preciso problematizar não só a atuação dos especialistas, mas também das organizações neste contexto, o que influenciará diretamente nas práticas profissionais utilizadas nestes espaços.

Existem ainda, projetos que além de impor formas universais no seu funcionamento atuam de forma descontinuada, permitindo que as ações sejam pontuais e pouco significativas nas localidades citadas. Utilizam como justificativa a falta de pagamento dos órgãos públicos e financiadores, o que, segundo eles, ocasiona a dificuldade de atuar nestes espaços de forma sistemática, conforme “o previsto”, não colaborando assim, para a melhoria das localidades citadas e dos seus moradores.

Em 2005 me aproximei de alguns projetos sociais realizados por uma empresa privada (sem fins lucrativos), onde as propostas e ações se davam nas áreas da educação, da saúde, da cultura e do esporte em favelas e espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói. Neste período, principalmente durante a realização do projeto na cidade de Niterói, percebi com mais evidência o

que já vinha me inquietando há algum tempo - a importância do saber local nas iniciativas e práticas sociais. O projeto contou com diversas parcerias significativas, tais como: Organização governamental, empresa privada, universidade e organização não governamental, esta última responsável pela execução do projeto junto à empresa privada. Eu era responsável pela coordenação técnica e percebi que parte dos representantes comunitários mostrava-se receptivo a “qualquer” tipo de projeto que pudesse ser realizado naquela localidade, tendo em vista a escassez de iniciativas sociais, principalmente do poder público, naquele território. Outra questão importante, referia-se aos ditos “representantes locais”, pessoas que, muitas vezes, não residem mais na favela, mas possuíam claras pretensões políticas e tentavam se beneficiar do projeto para obter vantagens próprias. Havia um terceiro grupo que se mostrava mais resistente inicialmente, tendo em vista que parte das intervenções realizadas naquele local durante muitos anos, não tinham continuidade, o que fazia as pessoas não acreditarem nas ações apresentadas e implantadas, tendo em vista o histórico de iniciativas anteriores na localidade que tinham um caráter apenas pontual.

Durante a realização do trabalho e dos encontros sistemáticos com este grupo, pouco a pouco, os vínculos com os moradores locais foram sendo fortalecidos e a relação entre representantes comunitários, Organização Não Governamental e a Coordenação do projeto se tornou cada vez mais próxima e com possibilidade de se pensar, de certa forma, coletivamente sobre as ações e as etapas a serem seguidas, tendo em vista a importância da atuação direta dos moradores como pesquisadores e referências fundamentais para a realização do mapeamento no local. Apesar disso, ficou evidente também, o pouco envolvimento de alguns parceiros (proponentes) na execução do projeto e no compartilhamento de ideias com a comunidade local, pois a finalidade destes era, basicamente, obter vantagens em benefícios próprios, bem como defender interesses de partidos políticos ao qual pertenciam, além de outras questões voltadas para as práticas individualistas. Tudo isso me fez pensar sobre a importância da construção de um espaço onde todos pudessem interagir e atuar em prol do mesmo objetivo, com o intuito de atingir resultados benéficos para a população local, conforme propostos pelo projeto e estabelecer relações de maior equidade entre todos os parceiros (patrocinadores, executores e moradores das comunidades populares).

Nota-se então, que esta ação articulada entre várias organizações teve o seu fim e os parceiros não realizaram mais nenhuma ação na localidade, que tivesse uma continuidade e sistematicidade, muito menos o poder público. Apenas a empresa, localizada no mesmo espaço geográfico, deu continuidade a alguns projetos, aproveitando as informações colhidas na pesquisa realizada neste período, mantendo assim, o vínculo já estabelecido e fortalecido com parte dos seus moradores, bem como possibilitando também, a participação destes atores sociais em projetos (culturais, sociais, socioeducativos), desenvolvidos dentro da própria empresa.

Muitas vezes as iniciativas sociais além de serem realizadas a partir de um olhar meramente político, pessoal ou individualista, podem também serem concebidas a partir da lógica única e exclusivamente do capital. Estarem apenas voltadas para o empreendedorismo, a inserção no mercado de trabalho formal e em projetos de inclusão produtiva, com o objetivo de reduzir a criminalidade e os riscos sociais, seja pelo viés da cultura, da saúde, da educação formal e/ou profissionalizante.

Em projetos, especificamente, voltados para o mercado de trabalho, geralmente há um investimento considerável na formação e no ensino profissionalizante de juventude e adultos, como uma das poucas saídas para estes grupos, principalmente para aqueles pertencentes aos espaços de pobreza.

Projetos atravessados pela lógica do capital têm como premissa a inclusão do indivíduo em "algum lugar" pré-determinado sem levar em consideração outras possibilidades que possam ser mais interessantes para cada grupo ou sujeito, tendo em vista as singularidades, inclusive, de cada localidade. As alternativas variam em incluir o indivíduo no modelo de vida que obedeça a lógica do emprego formal ou do Empreendedorismo, desconsiderando outras formas de vida que possam surgir, a partir da maior participação destas pessoas em pensar soluções para si próprias e para as regiões onde vivem mais próximas do seu cotidiano, bem como das formas de funcionamento deste grupo social.

As variações que acontecem nos mecanismos de poder ao longo da história são efeitos de embates e choques entre poderes instituídos e aqueles que resistem e criam novas subjetividades. Conseqüentemente estes últimos são capturados, em algum momento, e novas formas de resistências vão surgindo e as relações de poder vão sendo reinventadas e recriadas com o tempo.

Diferente do poder soberano, que era caracterizado pela concentração do poder nas mãos de uma pessoa que, entre outras coisas, o exercia no sentido de “fazer” morrer ou de deixar viver, o poder disciplinar tem como princípio a formação de corpos domesticados, esquadrihados, treinados para a produção. Exercido pelo controle e vigilância das ações do corpo, o tempo para a realização da ação, o controle rigoroso dos horários e a observação direta de cada indivíduo, esta tecnologia de poder instala-se na sociedade no final do século XVII e durante o século XVIII, tendo como funcionamento e objetivo, a disciplina dos corpos.

Nos séculos XVIII e XIX, Foucault aponta a coexistência do poder disciplinar exercido em corpos individualizados com outro mecanismo de produção de subjetividade e controle que, funciona no sentido de administrar a vida e a população, denominado de biopolítica.

O controle agora estava se tornando cada vez mais voltado para a população-espécie e, desta forma, as estatísticas, as regularidades e as características do povo passam a ser utilizadas como instrumentos de análise. Surge uma atenção especial à vida da população e a ideia é regular esses processos apresentados pelo povo, a partir de um acompanhamento sistemático e detalhado de seus hábitos, comportamentos, estipulando campanhas que empreendessem os modos de vida da população. As técnicas de investigação e controle da população foram se tornando mais intensas ao longo dos séculos XIX e XX.

Desta forma, a visão de uma sociedade mercadológica e marcada pela identidade única presente na sociedade capitalista pode ser percebida através de uma das análises realizadas por Foucault (2008) sobre a teoria do Capital Humano para pensar no Neoliberalismo como o modo atual de governo das condutas.

Surge a partir da visão neoliberal americana, que permite a incursão da análise econômica num campo até então inexplorado, a possibilidade de analisar e reinterpretar em termos estritamente econômico um campo que, até então, era considerado não econômico. A economia passa a ser também definida como a ciência do comportamento humano e da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos, onde o trabalho se encontra inserido como uma engrenagem (Foucault, 2008).

Uma das situações analisadoras desta pesquisa será problematizada a partir desta lógica, tendo em vista a importância de pensarmos, a partir da teoria do

Capital Humano, quais são as estratégias sociais atuais para as pessoas que compõem as camadas populares da sociedade.

### Segundo Foucault

Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: é uma "maquina". E, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários. (FOUCAULT, 2008)

A presença da economia nos mais diversos setores da vida possibilitou a transformação do sujeito de direitos em indivíduo – empresa.

Desta forma, o que se discute aqui não é mais uma concepção de força de trabalho, mas uma concepção do capital-competência, em que o trabalhador recebe um salário, ou melhor, uma renda-salário onde ele é a empresa de si mesmo.

Foucault (2008) então analisa a ideia de capital humano no sentido de que a renda não está mais dissociada do indivíduo que é seu portador. É um tipo de capital, segundo o neoliberalismo, formado por capacidades, competências, habilidades que podem ser adquiridos ou inatos. Todas essas características passam a ter valor de mercado e se apresentam como forma de capital.

Quando o tema desta pesquisa foi, de fato, definido eu me aproximei de alguns projetos que, a princípio, considerei que pudessem trazer questões interessantes para serem discutidas nestas linhas. Acompanhei um projeto durante três meses e, pude perceber que este seguia claramente a lógica capitalista e neoliberal de funcionar. O fato de conseguir “inserir” ou “incluir” os jovens em espaços habitados por pessoas pertencentes às camadas sociais mais elevadas da sociedade ou ocuparem posições de destaque em cargos ou funções onde dificilmente conseguiriam chegar, principalmente, por conta da falta de oportunidade, era o grande resultado alcançado pelo projeto. Olhando a partir de um determinado ponto de vista, considera-se que pode ser um resultado interessante, mas por outro lado, é importante pensar que se trata de uma modelação das pessoas para poderem “existir” em uma sociedade capitalista neoliberal.

Grande parte dos projetos dos que me aproximei para a pesquisa, seguiam a lógica do capital de forma muito clara e outros, algumas vezes, velada pelo discurso da “novidade” e, conseqüentemente, denominados de projetos inovadores (utilizando termos e nomenclaturas específicas da política neoliberal) ou

classificados como novas tecnologias sociais. Na verdade, eram projetos que seguiam a lógica neoliberal de governar, mas assumiam discursos que faziam crer serem iniciativas diferentes das já conhecidas e apresentadas na área social e cultural.

Desta forma, considerei pertinente realizar algumas mudanças em relação ao objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, abordar os projetos que participei, tendo em vista a variedade de iniciativas que me aproximei ao longo da minha trajetória profissional na área social. Alguns destes projetos e programas obedecem de forma efetiva à visão neoliberal capitalista como se fosse o único caminho possível a ser trilhado na atualidade. Em contrapartida, estes estão ligados a Organizações que influenciam diretamente na escolha e na definição do funcionamento e metodologia do projeto, estabelecendo os objetivos, as metas, os resultados e os impactos conforme o “perfil” da Organização “proponente”. Seja ela uma empresa privada, pública, não governamental ou mista. A visão mercadológica e do sujeito-empresa está presente nas formas de atuação dos projetos sociais, mas também em todos os campos da sociedade.

O quanto esta visão impacta diretamente na prática dos profissionais da área social? Que lógicas fazem parte desta atuação e o que se torna prioridade no processo de trabalho?

Uma das situações analisadoras que será apresentada nesta pesquisa refere-se a um projeto que segue exatamente a lógica do capital, tendo como objetivo inserir os jovens no mercado de trabalho formal através da realização de cursos profissionalizantes relacionados (durante a pesquisa) às áreas da estética (cabelereiro) e administração ou, de alguma forma, estimular o empreendedorismo. O projeto oferece cursos que combinam formação profissional e educação básica.

O Programa é executado em alguns estados do Brasil, mas a pesquisa se aterá ao Rio de Janeiro, especialmente aos jovens de duas favelas cariocas.

Aponta como resultado a ser alcançado, os participantes transformarem as suas vidas através do desenvolvimento de suas habilidades e da inserção no mercado de trabalho.

Neste caso, seria importante entendermos, o que significa transformação para este programa? De que transformação está se falando? Transformar os participantes em que, exatamente?

Parece que, neste caso, transformar é modular e padronizar o comportamento destes e “transformá-los” em trabalhadores para atuarem em atividades nas quais, muitas vezes, não se identificam ou até mesmo desconhecem sobre o que irão realizar. Enquadrar os jovens em um modelo “produtivo” que atenda a sociedade capitalista neoliberal, a partir da formação de capital humano, sem se preocupar se estas seriam, de fato, as suas escolhas. A ideia é formar pessoas produtivas, consumidoras e empreendedoras visando o crescimento econômico do Estado. É claro que alguns se identificam com as atividades mencionadas e conseguem êxito ao ingressarem nos cursos e, conseqüentemente, em um emprego formal, mas não é a maioria, tendo em vista a importância de valorizar as singularidades, as diferenças e a multiplicidade dos jovens.

A ideia desta pesquisa não é apresentar um juízo de valor sobre os projetos que atuam diretamente com a geração de emprego e renda, mas a possibilidade de fazer uma análise dos jogos de forças que fazem parte do funcionamento dos projetos sociais e das práticas dos especialistas inseridos na sociedade atual. Gerar emprego para a população é muito importante e, obviamente, necessário, mas a ideia é pensar sobre os atravessamentos e as lógicas que circulam nestes projetos e suas influências na prática dos profissionais, bem como nas possibilidades de escolha destes jovens em relação às atividades e empregos que gostariam de ter ou inventar, referenciados nas demandas espontâneas e nos próprios desejos.

Em *Segurança, Território e População*, Foucault (2008) nos mostra o papel da polícia na arte de governar dos Estados, bem como na Europa. Acrescenta que a universidade na Alemanha, durante o século XVIII, passou a ser o local de formação de administradores que deveriam assegurar o desenvolvimento das forças do Estado e de reflexão sobre as técnicas que contribuiriam para o crescimento das forças do Estado – *A ciência da Polícia e o Estado de Polícia*. Destaca a importância dos Birôs de polícia que se ocupavam da educação que deveria, naquele momento, formar o indivíduo para ter uma profissão (profissionalização) e pela escolha da profissão propriamente dita. Os jovens quando completavam 25 anos eram direcionados a escolher a ocupação que queriam ter na vida (dentro das possibilidades que lhes eram apresentadas e oferecidas pelos Birôs). Aqueles que não se inscrevessem em nenhuma ocupação não eram considerados cidadãos e assim, denominados vadios, sem honra e marginais.

Em relação aos pobres especificamente, o Birô de Caridade era incumbido a dar trabalho ou impor que os pobres válidos aceitassem um trabalho.

Observa-se então, a presença de um conjunto de controles que tem como objeto os homens e que acontece ao longo da vida do indivíduo, desde criança. O que era importante para a polícia eram as ocupações dos homens. Encaixá-los em modelos pré-determinados, no que diz respeito a profissão e as ocupações.

Apesar do texto falar sobre o papel da polícia durante o século XVIII, a ideia aqui, a princípio, é abordar a questão do emprego sendo visto como uma forma de controle das populações com vistas ao crescimento do Estado.

Controle este, realizado com o intuito de fazer com que os cidadãos atendessem as necessidades e demandas criadas pelo Estado, sem identificar o que realmente surgia de demanda nos espaços populares da cidade.

Conforme mencionado anteriormente, o programa supracitado atua nesta direção, ou seja, na modulação de jovens para o mercado, a partir de atividades que, muitas vezes, não são de sua escolha, não possuem nenhuma relação com o seu cotidiano e são definidas previamente, conforme ocorria no século XVII.

A visão de certos profissionais, em sua maioria, vem permeada do discurso de que o jovem “precisa aproveitar a oportunidade que lhe foi dada” mesmo que ele não se identifique com as atividades oferecidas pelo programa. Como são jovens moradores das favelas cariocas e, de fato, precisam de uma renda, os especialistas consideram que estão sendo definidas e oferecidas, pelo programa social, atividades de qualidade que os ajudarão profissionalmente e são interessantes para aquele público específico e dizem: “Eles precisam aproveitar, já que não têm quase nada na vida”.

Parece que o que for oferecido e definido pela Organização deve ser recebido e aceito como suficiente por tratar-se da parcelamenos favorecida da população. Os especialistas acrescentam: “Estes jovens quase não demonstram interesse pelas atividades do Programa. Eles não querem nada”.

Neste caso, o que é definido pelos especialistas e gestores como sendo “a melhor forma de condução” do programa, deve ser aceito e validado por todos, pelo fato de tratar-se de pessoas pobres e “carentes”. O programa define “a melhor forma de conduzir”, ao invés de pensar sobre novas formas de atuar na cotidianidade do projeto e discutir tais questões de forma séria e construtiva com os seus participantes.



A pouca participação dos jovens para pensarem sobre a estrutura e as atividades que compõem todo o trabalho, interfere diretamente na forma de seu funcionamento, pois, muitas vezes, é composto por atividades que não são consideradas atrativas e interessantes, bem como não atendem as suas demandas. Outra questão, refere-se ao fato de o trabalho ser conduzido de forma previamente estruturada não havendo possibilidades e brechas para as mudanças. O fato de o exercício do controle acontecer de forma rígida e com uma estrutura muito parecida com a de um emprego e ensino formal, desestimulava quem dele participava, pois não abria possibilidades para uma construção coletiva pautada na reinvenção, na novidade, novas formas de atuar mais próximas deste público.

Muitas vezes, a forma de intervenção, principalmente dos responsáveis pela condução estratégica do programa, dificilmente permitia tal reflexão e a possível reformulação da metodologia, tendo em vista a valorização da obtenção de resultados, bem como da orientação para o atingimento de metas. Sendo assim, o programa deveria seguir o que foi previamente determinado e operacionalizado de forma rápida e “eficaz”. Como já dito anteriormente, a Organização, seus valores e missão, influenciam diretamente na forma de condução destas iniciativas que vão depender do que, de fato, se quer alcançar. Neste caso, trata-se de uma organização relacionada à indústria e desta forma, se utiliza de mecanismos baseados na disciplina, na vigilância, na condução e no controle das populações.

A lógica empresarial está presente em vários setores da vida, sendo que muitas vezes, pode também apresentar traços de uma visão salvacionista e de caridade – presentes na sociedade pastoral – combinados com a lógica neoliberal, sendo uma forma de funcionar ainda praticada na atualidade.

Observa-se então a coexistência destas formas de poder, conforme descrito anteriormente sobre o programa social supracitado. O poder pastoral ainda se encontra presente na atuação de alguns profissionais do campo e daqueles que ocupam lugares mais estratégicos das organizações. Alguns, inclusive, veem os projetos sociais como “missão de vida” e a oportunidade de “fazer o bem”.

Neste caso, torna-se importante abordar e contextualizar o poder pastoral nas linhas a seguir, com o intuito de realizar algumas articulações e problematizações da presença desta tecnologia de poder nos projetos sociais ainda na atualidade e coexistindo com outro que diz respeito à sociedade de controle.

## 2.1 Poder Pastoral

Segundo Foucault (1995) o cristianismo propôs e ampliou as novas relações de poder do mundo antigo, postulando o princípio de que os indivíduos podem, por serem religiosos, servir a outros como pastores. Sendo assim, esta é uma forma de poder que garante, na sua finalidade, a salvação individual do homem no outro mundo. O poder pastoral não cuida apenas do coletivo, da comunidade, mas de cada indivíduo na sua particularidade, durante toda a vida, caracterizando-se também como uma relação de dependência integral entre o indivíduo e o “pastor”.

Para Foucault, portanto, o exercício do poder pastoral consiste em conduzir um grupo de homens para a sua salvação, na medida em que se interioriza certo modelo por meio de técnicas específicas, como a direção espiritual e a confissão, pela qual as pessoas são ensinadas que a sua libertação as obriga a dizer sempre a verdade, a confessá-la a alguém que supostamente tem mais poder (um padre, um psicanalista), o que irá libertá-las de alguma forma.

O pastor seria aquele responsável em fazer o bem, cuidar, alimentar e garantir a subsistência do rebanho. Nesta técnica de poder, também se revela um criador de subjetividades, sujeitos submissos e disciplinados, uma forma de normalização e gerenciamento da vida. Para isso, se utiliza de uma variedade de técnicas de controle, com o intuito de sustentar e conhecer a fundo todos e cada um dos indivíduos.

Para Foucault, este tipo de poder possibilita o acesso a mente e aos segredos íntimos das pessoas, bem como um saber da consciência do indivíduo e a capacidade de conduzi-la. É uma forma de poder orientado para a salvação, a doação e a produção da verdade destes sujeitos.

A reação do pastorado com a verdade, com o ensino passa a ser exercido como uma direção da conduta cotidiana de cada uma das pessoas que fazem parte da sociedade. Trata-se de uma modulação cotidiana, o ensino passa por uma observação, uma vigilância, uma direção exercida a cada instante sobre a conduta integral das pessoas. Um ensino integral e, ao mesmo tempo, um olhar do pastor sobre a vida das pessoas.

Em alguns projetos e programas sociais dos quais tive a possibilidade de me aproximar, percebi atuações de determinados especialistas no sentido de manter a dependência dos participantes em relação a eles próprios, em alguns momentos, e aparentavam fazê-lo até sem perceber. Outros, por serem religiosos e, de alguma forma, terem a necessidade de atuar neste sentido, se afastando completamente das questões técnicas e éticas relativas à prática profissional, direcionavam a sua prática no sentido de “ajudar” as pessoas na situação que se encontravam, a partir do estabelecimento de uma relação de dependência e hierarquizada do saber. O pastor, o especialista, o psicólogo, através da confissão, pode conduzir as vidas das pessoas, controlando-as através da escuta que pode ser, nestas situações, considerada um importante mecanismo de poder. Alguns profissionais estabeleciam relações que não estimulavam a autonomia dos jovens em relação as suas próprias vidas, bem como não os incentivavam a construir relações menos infantilizadas com o projeto e a rede comunitária da qual pertenciam. Os especialistas deveriam colaborar com o jovem na formação de uma rede que pudesse dar sustentação às suas escolhas e, conseqüentemente, seguirem suas vidas de forma mais independente.

As relações infantilizadas prejudicam a evolução e a mudança do olhar, bem como do comportamento destes jovens para a descoberta de outras formas de existir e da possibilidade de produção de novas subjetividades.

Guattari (2003) aborda a infantilização da sociedade como uma das mais importantes funções da economia subjetiva capitalística.

“Outra função da economia subjetiva capitalística, talvez a mais importante de todas, é a infantilização. Pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social. Além disso, consideram que tudo o que tem a ver com coisas extraordinárias – como o fato de falar e viver, o fato de ter que envelhecer, de ter que morrer - não deve perturbar a nossa harmonia no local de trabalho e nos postos de controle social que ocupamos, a começar pelo controle social que exercemos sobre nós mesmos” (GUATTARI, 2003, p. 50).

Neste caso, propor um deslocamento deste tipo de atuação e dar outro sentido à relação estabelecida entre profissionais e os participantes dos projetos e programas sociais, se faz necessário, bem como ressaltar a importância da análise da implicação neste processo. Este tipo de postura profissional possibilita também pensar sobre os efeitos deste comportamento nos diversos setores do trabalho, bem

como nas ações e atividades do projeto. Todas as questões apontadas, de certa forma, corroboram com a produção de subjetividades que estavam em consonância com o sistema vigente e até com a forma de poder disciplinar tão presente nos espaços populares da cidade, o que não contribuiu para a ampliação da atuação da equipe, a mudança de olhar para estas pessoas e a possibilidade de invenção de novas formas de intervir, servindo assim como forma de manutenção do sistema.

Estas intervenções, não só prejudicam o andamento do trabalho, mas também a possibilidade de as pessoas que dele participam, fazerem uma autoanálise e adquirirem uma visão mais crítica sobre o lugar e a cidade onde vivem, repensar sobre o seu comportamento e opiniões, a partir de suas próprias escolhas e trilhar caminhos utilizando tanto as ferramentas que já possuem, mas também aquelas que foram adquiridas durante as suas trajetórias de vida.

## **2.2 Análise de Implicação**

Uma ferramenta importante para pensar a atuação dos profissionais (especialistas) nos projetos sociais é a análise da implicação que, de alguma forma, toca em questões delicadas, principalmente no que concerne ao lugar ocupado pelo especialista. Como a ideia é fazer uma breve análise dos projetos e situações nas quais eu também atuei como profissional, meu olhar está totalmente atravessado pela minha trajetória e pelas minhas produções subjetivas.

A noção de implicação, trabalhada pelos analistas institucionais, não se resume a uma questão de vontade, de decisão consciente do pesquisador. Ela inclui uma análise do sistema de lugares, o assinalamento do lugar que ocupa o pesquisador, daquele que ele busca ocupar e do que lhe é designado ocupar, enquanto especialista, com os riscos que isto implica. Melhor seria dizer, então, análise das implicações, posto que implicado sempre se esta. Aquilo para o que as correntes institucionalistas chamam a atenção é a necessidade da análise das implicações com as instituições em jogo numa determinada situação. A recusa da neutralidade do analista/pesquisador procura romper, dessa forma, as barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido (PASSOS; BENEVIDES, 2000, p. 73).

Neste sentido, é importante pensar na possibilidade de o profissional se questionar sobre o seu olhar em relação ao público com o qual atua diretamente, a forma de abordar as questões pertinentes àquela localidade e estar em constante

reflexão sobre a sua atuação no campo de trabalho, o que deveria fazer parte da formação profissional.

Percebi, no decorrer da vida profissional, o que me inquietava (apesar de, em muitos momentos, me apropriar de discursos revestidos de cientificidade e formação acadêmica) era pensar sobre a atuação profissional, levantar questões sobre os projetos, criar formas de atuação no momento em que os atendimentos e abordagens estivessem acontecendo, bem como discutir em conjunto os rumos e as formas de atuação das equipes técnicas. A ideia era que a minha atuação pudesse valorizar o outro, potencializá-lo, me aproximar do diferente para estabelecer uma relação em que os saberes pudessem se encontrar. Ao mesmo tempo me deparei durante a minha trajetória, com momentos em que me vi sobreimplicada e, desta forma, exercendo o trabalho de forma acumulativa, sem pensar sobre o que eu estava realizando e, muitas vezes, atendendo a estruturas hierarquizadas de poder que impunham a necessidade de produzir o trabalho de forma rápida, eficiente e eficaz, a partir da realização de diversas tarefas simultaneamente, o que, muitas vezes, faz com que o profissional não realize o que é primordial no seu trabalho. Em alguns momentos era possível retornar para repensar sobre o que foi realizado e reavaliar as práticas, bem como levar a discussão para a equipe com a certeza de que eu deveria ter feito determinado trabalho de forma diferente e o quanto isso também interferia nas práticas profissionais cotidianas da equipe como um todo. Destaco a importância dos profissionais perceberem a sobreimplicação, presente no cotidiano dos trabalhos e, frequentemente, naturalizada por todos.

A dúvida e os questionamentos sempre fizeram parte da minha trajetória e nortearam a minha busca constante por uma atuação profissional que pudesse levar em consideração os acontecimentos, a imanência, tendo em vista que as mudanças nos projetos sociais são constantes.

A sobreimplicação e o ativismo, uma vez analisados apresentam aspectos extremamente passivos: submissão a ordens explícitas ou as consignas implícitas da nova ordem econômica e social, ávida por preencher as grandes brechas produzidas tanto pela desafetação quanto pela institucionalização, maior ou menor, do desemprego. A implicação, por sua vez, deve ser analisada individual e coletivamente, o que supõe atividade intensa e, muitas vezes, penosa. Apesar de nada haver nela de essencialmente passivo, uma dificuldade quanto a sua análise, conforme assinala Guigou, é que a implicação se encontra camuflada pela sobreimplicação, mantida a sombra da última (LOURAU, 1996)

Deste modo, a análise da implicação me faz perceber que a ligação com o meu projeto iniciou bem antes do mestrado e este momento é a oportunidade de analisar situações relacionadas a essa prática no sentido de que ela seja constantemente reinventada, revista, repensada e produzida a partir das novas subjetividades

Para René Lourau (1993) a Análise Institucional não trabalha com a visão de neutralidade do pesquisador e nem positivista da ciência. A Análise Institucional tenta atuar de forma em que não haja um distanciamento entre o ato de pesquisar e o momento em que ocorre a construção do conhecimento na pesquisa e, neste caso, a análise da implicação possibilita o pesquisador estar atento às instituições que o atravessam, a posição que ocupa na vida e a possibilidade de afetar e ser “afetado” pela própria pesquisa.

Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc. Com o saber científico anulo o saber das mulheres, das crianças e dos loucos – o saber social, cada vez mais reprimido como culpado e inferior. O intelectual (...) com sua linguagem de sábio, com a manipulação ou o consumo ostensivo do discurso instituído e o jogo das interpretações múltiplas, dos ‘pontos de vista’ e ‘níveis de análise’, esconde-se atrás da cortina das mediações que se interpõem entre a realidade política e ele. O intelectual programa a separação entre teoria e política: é para comer-te melhor, minha filha (...), mas, esquece que é o único que postula tal separação, tal desgarramento(LOURAU, 1975, p. 88-89, grifos do autor).

Outra questão importante e que deve ser levada em consideração é a complexidade em pesquisar os modos de existência e organizações sociais, tendo em vista que são processos que estão em constante movimento, o que exige do pesquisador uma investigação do cotidiano implicado na análise de uma realidade em construção, móvel, sem fatos bem delimitados em um princípio, meio e fim, mas com múltiplas entradas possíveis para a interrogação das práticas. Neste caso a realidade revela-se como imanente, na qual o que existe é resultado do encontro de múltiplas dimensões ou de linhas de força

No cotidiano das práticas, a realidade se constitui como campo de problematização, de intensificação da vida, de experimentação do pensamento. O sentido se instaura entre representação e expressão, facultando novos modos de apreensão-produção do real. Pensar não é uma questão de vontade, é um exercício que se dá por provocação: nos encontros com o inusitado, nos afetos deslocados, na tensão entre o que já

ganhou forma como homem e mundo, sujeito e objeto e o que vai se produzindo, evocando novas formas (ULPIANO,1993).

Assim, a partir do cotidiano as histórias contadas nesta pesquisa irão ilustrar e levantar questões que poderão ser analisadas, a partir da perspectiva de produção do real<sup>2</sup> e as análises como vetores que evidenciam as forças presentes e em luta.

---

2 A genealogia está envolvida com a definição foucaultiana de real, ligada ao primado das práticas e das relações produtoras de um cotidiano que emerge na tensão de forças, movendo o presente.

### 3DISCURSOS E PRÁTICAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA SOCIAL NOS ESPAÇOS POPULARES — OS ANALISADORES

O coração tem que se apresentar diante do nada sozinho e sozinho bater em silêncio de uma taquicardia das trevas. Só se sente nos ouvidos o próprio coração.

*Clarice Lispector*

As situações analisadoras descritas a seguir, referem-se às práticas dos profissionais que fizeram parte de um projeto social direcionada à população em situação de rua, durante o período de 2001 a 2003, realizada por uma organização não governamental humanitária internacional. Localizada no Rio de Janeiro, atua na área da saúde em diversos países do mundo com pessoas de diferentes raças, religiões ou convicções políticas.

O projeto apresenta como seu objetivo principal atuar no atendimento à saúde e psicossocial da população em situação de rua, bem como facilitar o acesso deste grupo as unidades públicas de saúde. A proposta desta pesquisa é analisar algumas situações referentes à população em situação de rua e pensar sobre as produções e os jogos de forças presentes nas práticas dos profissionais da área social e os seus efeitos sobre o público supracitado.

O trabalho realizado por uma equipe multidisciplinar, acontecia no espaço físico da Organização e na rua, através de abordagens, atendimentos individuais, atividades de grupo e algumas interlocuções com equipamentos culturais.

Durante o projeto foi fundamental desenvolver uma forma de atuar que preconizasse um maior entendimento sobre a mobilidade dos moradores de rua na cidade, bem como realizar um mapeamento do cotidiano deste grupo (onde dormiam, descansavam, se alimentavam, tomavam banho, namoravam, se divertiam, etc.) de acordo com o raio de ação do projeto. Entender que não havia um tipo de população em situação de rua, mas pessoas que estavam nas ruas por motivos distintos e, por esta razão, era importante o olhar personalizado, bem como uma atuação profissional que fosse construída respeitando a lógica da rua. Deve-se levar em consideração que estamos falando de um espaço público, aberto, sem



limites bem definidos e sujeito as diversas variáveis que poderiam surgir a cada momento e, conseqüentemente, o mapeamento era modificado. A mobilidade da população em situação de rua nos espaços públicos variava de acordo com os acontecimentos que surgiam inesperadamente. A ideia era que os profissionais desenvolvessem técnicas de abordagem e atendimento, a partir da experiência e das discussões sobre as próprias práticas, levando em consideração as diferentes formações acadêmicas, as experiências profissionais, as dificuldades oriundas do próprio trabalho e por ser uma experiência diferenciada, naquele momento, e em permanente construção. Entretanto, neste tipo de projeto era fundamental rever e repensar a formação acadêmica e profissional do especialista, tendo em vista a especificidade do trabalho de abordagem e do atendimento no espaço da rua. O médico, por exemplo, não iria fazer atendimento visando apenas a saúde “orgânica”, consulta, avaliação clínica e encaminhamento para exames. Claro que o atendimento e a realização de encaminhamentos para os órgãos públicos de saúde eram importantes, mas antes era fundamental o estabelecimento de vínculos, através de conversas aparentemente informais, realizadas em bancos de praças, sentados em caixotes de feiras livres, em locais possíveis para abordagem de assuntos que surgiam a partir da demanda no momento da abordagem. Era importante desenvolver formas de atuação diferenciadas que levassem em consideração a interdisciplinaridade e as possibilidades apresentadas nas localidades em que o projeto era desenvolvido. Ter como premissa, a forma de atuação acontecer, também a partir do olhar e da perspectiva do outro. Era fundamental haver a busca de uma forma diferenciada de atuação que respeitasse a dinâmica daquele grupo que tem um funcionamento muito próprio e bem diferenciado do “padrão” de comportamento determinado pela sociedade neoliberal capitalista. Funcionam “fora do esquema” (sem horários determinados para o trabalho e refeições, sem casa, fazendo a higiene onde era possível, apresentando vínculos afetivos importantes e possíveis de serem vistos entre mães e filhos, entre companheiros, contrariando o que pensa a sociedade, que apenas os vêem como agressivos e violentos).

Rever a forma de atuar e repensar sobre os modos de vida possíveis na rua e na cidade era fundamental para o bom andamento do projeto. Histórias eram contadas em locais onde era, minimamente, possível ter alguma privacidade que privilegiasse a escuta do profissional e a fala do morador de rua.

A construção dos atendimentos e encaminhamentos era realizada, respeitando as possibilidades de cada um. Havia um importante trabalho em rede, que era formada por organizações que atuavam diretamente com a população em situação de rua e se reuniam sistematicamente (pelo menos uma vez por mês) para discussões sobre o tema, bem como para a realização de seminários, estudos de casos, parcerias, encaminhamentos, publicações, projetos em conjunto, entre outros desdobramentos importantes de serem compartilhadas sobre este público.

É importante esclarecer que na denominação deste grupo utiliza-se o termo população em situação de rua, para caracterizar que a situação de estar na rua é transitória e aquele sujeito poderá modificar a sua condição de vida.

### **3.1 Histórias contadas nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro...**

Vou contar a estória. Nem isso, pedaços da estória. Pedaços rasgados como as nossas vidas. Juntamos os bocados, mas nunca completa.

*Mia Couto*

Antes de analisar especialmente a história de N., considero importante descrever algumas situações vivenciadas durante a trajetória de trabalho na Organização Não Governamental responsável pelo projeto, tendo em vista que permitirão análises importantes para esta pesquisa e maior possibilidade de problematizar as práticas profissionais aqui relatadas. As histórias serão contadas também para melhor esclarecimento sobre o funcionamento do projeto e, posterior enfoque na situação de N., tendo em vista a sua peculiaridade e a singularidade na intervenção da equipe técnica.

Baremlitt (1992), faz referências às histórias, como aquelas que, apesar de ocorridas há algum tempo no passado, ainda permanecem vivas no presente, mesmo que se refiram a um passado longínquo da trajetória de vida do sujeito. Algumas situações analisadoras escolhidas para esta pesquisa estão totalmente afinadas com a visão Institucionalista sobre histórias, tendo em vista que, referem-se

a um projeto realizado no período de 2000 a 2004, do qual participei da equipe de profissionais durante dois anos e, até os dias de hoje, estas situações permanecem vivas na minha memória. São histórias que passaram a fazer parte do meu repertório profissional e de momentos importantes vivenciados ao longo da minha vida, gerando reflexões e conseqüentes transformações na minha maneira de atuar. Histórias estas que foram compartilhadas com os profissionais que encontrei pelo caminho, parceiros de trabalho e amigos próximos em diferentes **fases** da vida.

No momento em que venho problematizar as práticas dos profissionais da área social e analisar as suas influências na vida dos sujeitos participantes **dos projetos**, estas situações reaparecem e, novamente, me vejo falando a respeito, mas agora de forma diferente, partindo de novos referenciais teóricos que irão colaborar para uma intervenção de caráter micropolítico na experiência social, reavaliando os enfoques mais essencialistas e abrindo possibilidades de se pensar novas formas de pesquisar e intervir.

Fazer um percurso de retorno, obter novas descobertas sobre o projeto do qual participei e realizar uma análise do funcionamento de situações pertencentes a ele, é instigante e ao mesmo tempo difícil, pois aqui encontram-se as minhas produções, envolvimentos, atravessamentos e análises das minhas implicações. A proposta é olhar para as forças que se encontram nestas realidades, que estão em constante movimento e produzindo efeitos que serão analisados e pensados nestas linhas. Uma análise baseada em autores que contribuíram, e muito, para a minha nova forma de compreender não só as situações aqui apresentadas, mas a forma de funcionamento da sociedade em que vivemos, bem como dos profissionais no cotidiano de suas práticas. Um olhar mais afinado e voltado para o funcionamento das equipes de trabalho, bem como dos participantes dos projetos sociais a partir de uma visão que aponta para o movimento dos processos que estão vivos e acontecendo cotidianamente nos espaços abordados nesta pesquisa.

Reviver, visitar a forma de intervir e repensar sobre os modos de vida possíveis na rua, nas favelas e a relação destes espaços com a cidade, propicia reafirmar a importância de se produzir novas subjetividades e ao mesmo tempo repensar as produções que reforçam as relações hierarquizadas baseadas no poder e nos regimes de verdade. É importante reconhecer o que estava em curso quando o projeto aconteceu, sabendo que estas histórias descritas não são definitivas e nem

obsoletas, mas que apesar de terem acontecido há alguns anos atrás, permanecem vivas nos dias de hoje.

Baremlitt (1992) aborda a questão das histórias como a possibilidade de estar em contato com algo que ainda permanece vivo na vida do sujeito, apesar de ter ocorrido em um passado.

“A história consiste em uma localização daquilo que, de alguma forma, começou, teve início em um passado. Mas o interesse da história institucionalista é de reconstruir o passado enquanto ele está vivo no presente, enquanto ele está atuante e pode determinar ou já está determinado no futuro” (BAREMLITT, 1992,p. 38).

Neste caso, a partir das “histórias que serão contadas” nestas linhas, analisar as práticas da equipe técnica durante o trabalho realizado (com N. e outras pessoas em situação de rua) e o quanto estas práticas influenciaram na vida dos sujeitos envolvidos neste processo, será um dos objetivos desta pesquisa.

Conforme mencionado, o projeto responsável pelas situações relatadas apresenta como objetivo principal atuar no atendimento à saúde e psicossocial da população em situação de rua, bem como facilitar o acesso deste grupo às unidades públicas de saúde do Rio de Janeiro. Os encaminhamentos eram realizados ao sistema de saúde e aos equipamentos sociais, a partir das abordagens e dos atendimentos nas ruas pela equipe técnica da ONG. Também eram realizadas as articulações com a Rede de serviços e os responsáveis pelas unidades públicas supracitadas para receberem este público da mesma forma como era atendida a população da cidade. Esta última ação tinha como objetivo sensibilizar os profissionais da rede para o atendimento deste grupo, tendo em vista a dificuldade que enfrentavam em função do preconceito e da discriminação existente nas unidades e postos de saúde, onde, muitas vezes, não conseguiam atendimento ou se sentiam constrangidos ao acessar este serviço.

As articulações propiciavam a realização de encaminhamentos deste grupo para as unidades mencionadas, no entanto era muito comum, os profissionais da área, sugerirem um dia e um horário específico para o atendimento da população adulta em situação de rua (consulta das especialidades, por exemplo) com o intuito de regular e limitar o atendimento deste grupo, bem como evitar que este se integrasse ou se “misturasse” com a população em geral, pois afinal de contas, eram pessoas que geralmente estavam mal vestidas, sem uma higiene adequada,

geralmente consumiam álcool e outras drogas em quantidade significativa, entre outras questões que poderiam oferecer “algum tipo de risco” à população atendida no sistema público de saúde e aos profissionais envolvidos neste trabalho.

Observa-se então, que essa era uma das “técnicas” desenvolvidas pela direção e alguns profissionais dos equipamentos públicos de saúde, que possibilitava as ações preventivas, bem como o rastreamento dos riscos eminentes que este público, em especial, pudesse oferecer aos demais usuários das unidades de saúde e seus profissionais.

Neste caso, a exclusão deste grupo era clara e “naturalizada” pelos profissionais da área e as situações analisadoras a seguir, permitem identificar as dificuldades e os preconceitos vivenciados por estas pessoas, bem como problematizar as relações de poder que circulavam (e ainda circulam) entre os envolvidos nestas diversas situações. A ideia do projeto analisado também englobava sensibilizar estes profissionais da área de saúde no sentido de disponibilizarem os serviços para este grupo nos mesmos horários de atendimento da população carioca, sem discriminação. Eventualmente, conseguíamos que o processo de atendimento e encaminhamento acontecesse desta forma, mas na maioria das vezes, era estipulado um dia e um horário específico para tal atendimento (uma vez por semana). Era um trabalho gradativo de sensibilização que a equipe teve que incorporar ao cotidiano das suas ações, bem como realizar capacitações, rodas de conversa, encontros, palestras, seminários, reuniões, entrevistas em programas de televisão, entre outras ações de sensibilização dos profissionais e da sociedade a respeito do tema. Foi realizada também uma exposição fotográfica, num espaço cultural da cidade, com o intuito de mostrar para a sociedade como era o cotidiano destas pessoas nas ruas, no período da manhã, da tarde e da noite na tentativa de aproximar os moradores da cidade do Rio de Janeiro desta realidade e contribuir para a diminuição do preconceito e da discriminação existente em relação a este grupo. Esta exposição foi um projeto de três meses realizado junto com algumas pessoas em situação de rua que se interessaram em participar ativamente desta iniciativa.

As análises que estão em curso nesta pesquisa possibilitam perceber o quanto a ONG, no que se refere ao seu funcionamento, se encontra entre relações de poder hierárquicas e determinantes, mas, ao mesmo tempo, entre forças potencializadoras que desencadearam a descoberta e o surgimento de novas

práticas na área social e de saúde. Nos dois campos de atividade observou-se a presença de um modelo de saúde assistencialista e curativa, mas, ao mesmo tempo, diversas possibilidades de transformações ocorridas no andamento do projeto através de práticas que foram surgindo durante o processo de trabalho.

Inicialmente considera-se importante pensar sobre o fato dos profissionais, neste projeto, fazerem as abordagens e os atendimentos, à população em situação de rua, fora de uma organização (ambiente fechado) e realizá-las, literalmente, nas ruas. Desta forma, a primeira questão que se apresenta refere-se ao fato dos profissionais irem até às pessoas em situação de rua, não havendo a procura espontânea deste grupo por tais profissionais. Estes últimos se colocam disponíveis para as demandas que poderiam surgir neste primeiro contato dando andamento ao processo de trabalho a partir de alguns caminhos possíveis, tais como: encaminhar o sujeito ao profissional mais apropriado para orientá-lo, atendê-lo, de acordo com as necessidades apresentadas e, dentro das possibilidades, ter outros encontros posteriores para acompanhamento e acolhimento de novas demandas.

Nota-se então, que eram realizados atendimentos nas áreas de educação, psicossocial e de saúde (Psicólogos, Educadores, Assistente Social, Médicos e Enfermeiros), o que produzia efeitos nos moradores de rua, tais como: as queixas relacionadas à saúde física e à necessidade de fazer exames por conta dos sintomas físicos ou por terem algum comportamento que justificasse tal demanda (índice alto de tuberculose e HIV, uso abusivo de drogas, dores físicas, entre outras), necessidades de natureza psicológica e social, tais como: providenciar documentação, falta de dinheiro e condições para viver, problemas familiares, violência entre os casais, violência urbana, a truculência da polícia no trato com os moradores de rua, as operações da prefeitura realizadas para recolher todos os pertences das pessoas, inclusive documentos, medicamentos e receitas médicas, os mecanismos usados pelos comerciantes e bancos que colocavam canos contendo pequenos furos para molhar as calçadas durante a noite e assim impedir a permanência da população em situação de rua nestes locais. Outra forma também bastante utilizada e que muda parte da arquitetura urbana era impedir que os moradores de rua permanecessem em alguns pontos da cidade (como próximos aos bancos, comércio, viadutos, marquises, etc.) onde eram colocadas pedras pontiagudas e cimentos em alto relevo em determinadas partes das calçadas. Todo

este preconceito desencadeava também processos de muita tristeza e, muitas vezes, de depressão nas pessoas que permaneciam nas ruas da cidade.

Algumas vezes, relatavam sentir dores físicas, mas quando a conversa ia acontecendo e os profissionais se mostravam mais abertos para dialogar, percebíamos que a maior necessidade era de atenção e de serem ouvidos em relação as suas histórias.

No que se refere às demandas, ainda destaco aquelas relacionadas ao uso, muitas vezes, abusivo de drogas (cocaína, maconha e álcool), comum de ser encontrada nas ruas, pois a cachaça, por exemplo, além de diminuir a fome e o frio, também tem o poder de anestesiar a mente e o corpo do cotidiano difícil e, muitas vezes, sofrido desta população por um custo muito baixo.

Desta forma, analisar a demanda é um ponto importante da Análise Institucional, tendo em vista que a autoanálise possibilita o grupo ou o indivíduo identificar e pensar a respeito das suas necessidades e questões que, de fato, fazem parte do seu cotidiano, o que muitas vezes, é diferente do que é instituído pelas organizações ou pelo Estado em um projeto social.

A partir do momento em que fazíamos este primeiro contato, a(s) demanda(s) surgia(m) gradativamente e, por este motivo, a escuta era o primeiro passo neste processo que iniciava no estabelecimento de vínculos e a partir dos encontros sistemáticos, o fortalecimento das relações inicialmente estabelecidas. Desta forma, a intervenção se delineava de acordo com as necessidades apresentadas por cada sujeito ao longo do processo de trabalho.

Pode-se dizer, então, que a demanda produzida pelo projeto era o pedido de escuta das pessoas em situação de rua tendo em vista que era oferecido atendimento de saúde, incluindo a psicologia e a assistência social. Os atendimentos produziam discursos que passavam por narrativas relacionadas às queixas sobre a saúde e os relatos diversos sobre a própria vida, podendo haver também, uma certa modulação deste público, que em alguns momentos, se aproximavam, dos profissionais para pedirem “alguma coisa” que pudesse ser doada ou fornecida a eles. Nas abordagens era comum os moradores de rua pedirem o que estava nas mãos dos profissionais, mesmo sem saber do que se tratava, como por exemplo, uma folha de papel que iria ser jogado no lixo.

O fato das pessoas serem abordadas a partir da escuta e posteriormente encaminhadas ao sistema público de saúde, seguindo os trâmites necessários para

ter acesso a este serviço, faz com que este grupo supostamente incorpore uma forma de funcionar que antes não fazia parte do seu cotidiano e que, naturalmente, obedece às regras e às normas de atendimento à população em geral. Este público passa então a fazer parte do grupo de pessoas atendidas pelos serviços oferecidos pelos governos e/ou municípios, destinados à população do Rio de Janeiro, seguindo assim uma forma de funcionar e de se adequar a um modelo para usufruir deste serviço e de tantos outros que estão disponíveis na rede. Olhando por este prisma, o projeto de alguma forma colabora para o enquadramento das pessoas em situação de rua aos moldes de atendimento a saúde e demais sistemas existentes na sociedade. Entretanto, se diferencia da política pública que será mencionada a seguir, pois o trabalho realizado pela ONG também se dava no sentido de estabelecer encontros que pudessem gerar a autoanálise, tendo em vista a importância da participação ativa das pessoas em situação de rua durante todo o processo, bem como do profissional levar em consideração os saberes trazidos por este grupo para compor o trabalho realizado.

A população em situação de rua não tinha que, necessariamente, seguir um determinado “caminho” para as suas vidas. Isso não era pré-determinado pelo projeto ou pelos profissionais que estavam no campo. O trabalho seguia seu fluxo a partir dos acontecimentos, das demandas surgidas durante o processo, as novas formas de vida que se estabeleciam durante o trabalho e a aproximação com esta nova dinâmica que era completamente diferente da vida de cada profissional. Acredito que a aprendizagem e a valorização da singularidade, de certa forma, também faziam parte do cotidiano deste projeto.

As informações que circulavam nas ruas e a atuação direta dos profissionais com este público também serviram para pensar sobre as práticas adotadas pelos próprios profissionais, mas também para questionar àquelas que serviam para o controle deste grupo, a partir de iniciativas e políticas públicas que hierarquizavam o saber sem levar em consideração os modos de vida existentes nas ruas. Atuações pautadas em algumas ações coercitivas que aconteciam e, ainda acontecem, a partir da perspectiva da higienização das ruas da cidade e do olhar para esta população como sendo perigosa e criminosa. Assim, não havia por parte do poder público, a valorização da história de cada morador, seus problemas pessoais e particulares, suas trajetórias de vida, conforme a posição adotada pelo projeto que está sendo analisado nesta pesquisa.



No primeiro contato com os participantes do projeto, os profissionais enunciavam realizar um trabalho na área de saúde e pertencer a uma Organização Não Governamental. A abordagem englobava dizer o nome da Instituição, deixando claro que não pertencíamos à prefeitura e ao Estado, tendo em vista que estes órgãos públicos realizavam ações que tinham como objetivo “recolher” as pessoas em situação de rua e levá-las, obrigatoriamente, para os abrigos e albergues existentes na cidade, o que parece estar se repetindo não só no Rio de Janeiro, mas também em cidades como São Paulo. Esta política no Rio de Janeiro acontece também em função da proximidade dos jogos Olímpicos que iniciarão no mês de agosto de 2016 e para este grande evento, é importante que as ruas fiquem “limpas” e a população em situação de rua seja, conseqüentemente, recolhida para longe da visibilidade de todos que aqui estarão, principalmente os turistas. Muitos anos se passaram e esta política higienista, coercitiva e discriminatória continua acontecendo nos dias atuais.

Esta forma de atuação era, já naquela época, firmemente criticada pela nossa equipe e, conseqüentemente, pela ONG, pois determinava o que deveria ser feito com este público, vislumbrando apenas uma única possibilidade, o que era uma visão muito reducionista e limitada da questão, sem haver nenhuma participação destas pessoas em relação às discussões de alternativas possíveis e, conseqüentemente, às escolhas e definições sobre as suas próprias vidas. Visão puramente higienista, com o intuito de “limpar” as ruas da cidade e inserir, incluir ou enquadrar este grupo repentinamente em uma dinâmica totalmente diferente da vida que levavam nas ruas. Estes equipamentos da prefeitura (abrigos e albergues) possuem horários fixos e rígidos para a realização das tarefas, refeições, entrada e saída do equipamento, realizavam encaminhamentos para oportunidades de emprego, modulando assim estas pessoas de acordo com o que é considerado correto e mais interessante para elas e para a sociedade. A ideia era torná-los produtivos, a partir de uma visão padronizada e homogeneizada da vida, segundo o modelo de sujeitos que compõem uma sociedade capitalista e totalmente voltada para o mercado e a economia.

A Operação realizada pela Prefeitura naquele período (entre os anos de 2002 a 2004) denominava-se “Cata – Tralha” e era uma ação que recolhia todos os pertences dos moradores de rua, de forma arbitrária e violenta e as colocava nos caminhões de lixo da Comlurb, sem dar nenhuma solução ou alternativa à

problemática da vida nas ruas que fossem construídas e pensadas com essas pessoas. Tratavam os pertences da população em situação de rua como lixo e "tralha". Cabe ressaltar que como "tralha", eram considerados os cobertores e as roupas compradas ou doadas, documentos expedidos pelo próprio poder público com dinheiro do contribuinte, bem como os exames e medicamentos conseguidos com tanta dificuldade através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esta era a política pública da época e que não condizia com a nossa forma de atuação, bem como não tinha ressonância na população em situação de rua, que muitas vezes, literalmente, fugia dos profissionais da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, bem como deste tipo de abordagem. Por este motivo, deixar claro quem éramos e o que fazíamos, era fundamental para o estabelecimento do primeiro contato com as pessoas na rua e, conseqüentemente, para a continuidade do trabalho, através do fortalecimento de vínculos com este público nos possíveis encontros posteriores, pois corríamos o risco de sermos confundidos com os profissionais dos órgãos público citados. Este tipo de abordagem realizada pelos órgãos públicos deixava, muitas vezes, as pessoas em situação de rua, sem agasalhos, remédios e instrumentos de trabalho, infringindo os seus direitos básicos, ao invés de criar uma política pública digna para elas. Este tipo de atuação gerava efeitos "devastadores", tendo em vista o nível de frustração destas pessoas após uma abordagem como esta. Muitos diziam se sentir violentados, discriminados, frustrados, deprimidos e conseqüentemente, estimulados a consumir drogas em maior quantidade para poderem lidar com situações tão desrespeitosas e coercitivas. Todo esse cenário gerava, também, sérios retrocessos no trabalho que estava em andamento pela equipe técnica da ONG, que atuava na tentativa de preservar, de alguma forma, a singularidade das pessoas em situação de rua, no sentido de criar ambientes propícios para a produção de desejos que pudessem colaborar com as possibilidades encontradas para cada pessoa na rua. Os caminhos eram definidos em conjunto com cada um, tendo como base o vínculo estabelecido, a relação de confiança e a participação destes nas escolhas dos caminhos para as suas próprias vidas.

É importante destacar que parte da equipe técnica decidiu acompanhar uma destas operações realizadas no bairro de Copacabana e teve a oportunidade de vê-la acontecendo para obter mais informações a respeito e, posteriormente, pensar como poderíamos nos posicionar enquanto uma Organização Internacional que atua

na garantia dos direitos humanos. A Operação foi realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Educadores e Assistentes Sociais) e a Comlurb.

Inicialmente observamos de longe como a abordagem acontecia e, no caso da orla de Copacabana, tratava-se de uma ação midiática, política partidária, a fim de valorizar o governo em curso, mas sendo bastante desrespeitosa com a população mencionada. Em um determinado momento da Operação, os membros da equipe decidiram tirar os coletes que os identificavam como uma ONG e resolveram avisar e orientar os moradores de rua (para que não tivessem seus pertences retirados e não quisessem ir para os abrigos) a sair dos locais onde estavam para não serem vistos, pegos e levados para algum equipamento social que geralmente era muito longe do centro e da zona sul da cidade. Neste momento, algumas pessoas que estavam andando nas ruas e moradores do bairro viram como a operação estava acontecendo e também resolveram nos ajudar a orientar as pessoas em situação de rua a se afastarem daquela localidade.

A partir desta operação e dos efeitos produzidos no público do projeto, a equipe técnica resolveu se reunir e os profissionais que presenciaram esta Operação, encontravam-se sem condições de trabalho, sentindo-se exaustos, desanimados, tristes e também violentados. A ideia era partilharmos os nossos sentimentos e pensarmos em alternativas que pudessem impedir que essas operações continuassem acontecendo desta forma tão desrespeitosa, tendo em vista que trabalhávamos a partir de outra perspectiva que era mais próxima deste grupo. A ideia era propor ao poder público outras possibilidades de ação e/ou pensar em outras formas de intervir com esta população tão específica e singular.

Como a ONG não recebia financiamento de empresas e nem de governos, teria certa liberdade para se posicionar em relação a esta situação. A organização então tentou alertar as autoridades municipais e estaduais para o desrespeito aos direitos humanos das pessoas que viviam nas ruas, enviando cartas e relatórios não só aos Poderes Executivos do Rio de Janeiro – Prefeito e Governador do Estado - mas também aos presidentes das Comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro.

Uma das conquistas da organização foi conseguir a aprovação da moção de repúdio às operações de recolhimento dos pertences das pessoas em situação de rua da Prefeitura do Rio de Janeiro na Conferência Nacional de Direitos Humanos,

realizada em Brasília que foi também aprovada anteriormente na Comissão Estadual de Direitos Humanos.

A política pública na área social que deveria colaborar com a melhoria da vida destas pessoas, na verdade, causava e, pelo visto, ainda causa, retrocessos importantes, gerando grande descrença destes em relação aos órgãos públicos e autoridades municipais e estaduais que atuavam naquele momento, de forma desrespeitosa, violando todos os direitos destas pessoas.

A visão de mercado também pode ser percebida com clareza como algo a ser alcançado pela política pública adotada para este grupo e que ainda parece vigorar nos dias atuais. Uma visão mercadológica sobre as pessoas em situação de rua e a tentativa de encaixá-las em um modelo que não condiz com a vida e o funcionamento dessas pessoas, pelo menos naquele momento em que estão na rua. É preciso compreender melhor este processo e perceber que as pessoas funcionarão de maneiras distintas e, por este motivo, deve-se pensar nas mais diversas possibilidades e caminhos a serem trilhados.

Quando há maior aproximação dos profissionais da população em situação de rua na ação cotidiana, percebe-se que as demandas são diversas e as políticas destinadas para este grupo não atendem as suas necessidades. Na área da saúde, por exemplo, quando uma pessoa em situação de rua é submetida a uma cirurgia em um hospital público e após o período de internação recebe alta, ela não terá para onde ir e, conseqüentemente, não receberá os cuidados necessários para a sua recuperação. Na verdade, não existem locais adequados para que a pessoa permaneça o período suficiente para o seu restabelecimento. Os abrigos, geralmente, não estão preparados para atender a esta demanda e a pessoa, conseqüentemente, retorna para as ruas sem esses cuidados.

Outra questão, refere-se ao fatoda população em situação de rua, muitas vezes, precisar passar por um local que funcione como uma transição entre o abrigo e a rua, onde ele possa passar o dia, conviver em grupo, lidar com pessoas, limites, ideias distintas e retorne para a rua posteriormente. A mudança radical e imediata, no sentido de submeter uma pessoa que estava morando na rua, ao regime do abrigo, muitas vezes, não funciona, pois precisam de tempo para seguir e construir o seu caminho, seja ele qual for. As políticas públicas existentes para este grupo apenas se limitam ao abrigo ea realização de encaminhamentos para empregos precarizados. A ideia dessas políticas é submetê-las a uma forma “adequada”de

funcionar na sociedade e estabelecer uma única saída para este grupo que é, no mínimo, limitador e desumano.

São políticas que insistem em apenas “inserir” a população em situação de rua em uma sociedade homogênea onde geralmente as organizações e os trabalhadores sociais ainda pensam que apenas o “trabalho dignifica o homem”. A inserção, desta forma, pressupõe um único modo de atender as demandas deste público tão diverso e múltiplo. Como podemos perceber, as demandas são inúmeras e apenas uma política voltada para o trabalho não dá conta de suprir as necessidades deste grupo tão específico.

Como já mencionado no capítulo 2, Foucault (2008) nos traz a questão da ocupação ou do trabalho também como algo que determina a posição que o sujeito ocupará na sociedade durante o século XVIII, e isso era muito mais importante do que as questões que, de fato, faziam parte da vida daquelas pessoas que, por não trabalharem, não eram consideradas cidadãs e classificadas de vadias, marginais e criminosas. Ter um trabalho de acordo com as opções oferecidas pelo poder público era essencial para que estas pessoas pudessem contribuir para o crescimento do Estado sem levar em consideração as possibilidades e desejos destes sujeitos que faziam parte da sociedade da época. Esta visão de que as pessoas devem escolher uma “ocupação”, que apenas contribua para o desenvolvimento do Estado, de alguma forma, perdura até os dias de hoje.

Muñoz (2003) traz alguns questionamentos interessantes, juntamente com profissionais da área social e de saúde, sobre os serviços e atendimentos a este público, trazendo como foco a problematização do que os profissionais da área social denominam de reinserção social, provocando assim uma discussão sobre o tipo de “inserção” ou “reinsersão” que estamos falando e ainda levanta questão sobre a importância de analisar em que sociedade este sujeito será inserido.

Fala-se de reinsersão especificamente através de um caminho que seria o trabalho, sem se questionar o trabalho, sem se questionar se há diversos modos de reinsersão, e sem se questionar a heterogeneidade das histórias pessoais e dos grupos que existem na rua, querendo-se uma fórmula mágica que permita que a reinsersão seja igual para todo mundo. (MUÑOZ, 2003)

Muñoz (2003) traz, ainda, a ideia da importância de se pensar este trabalho não aceitando esta sociedade como já estabelecida, mas numa sociedade que

pudesse ser construída gradativamente, no processo com a população em situação de rua. É importante lembrar que quando se discute valores, a qualidade das relações entre as pessoas, quando fazemos a distinção entre trabalho e emprego, quando conversamos sobre política, entre outros assuntos, estamos construindo uma sociedade a partir da visão deste grupo em conjunto com os profissionais que desejam produzir novas práticas que permitam a existência de novas subjetividades.

Os atendimentos realizados por nossa equipe na rua não tinham como objetivo principal fazer com que estes moradores fossem para um abrigo, casa de familiares, algum lugar pré-determinado ou conseguissem um emprego de imediato. Trabalhávamos sem esta perspectiva e tentávamos colaborar para a construção de caminhos que estivessem de acordo com os desejos deste grupo, a partir das possibilidades de vida que eram pensadas conjuntamente. Não havia, a princípio, a expectativa de saída deles da rua, mas de adaptarmos toda a nossa visão de mundo, de sociedade e forma de atuar para o trabalho na rua (tanto as atividades de grupo quanto os atendimentos individuais), o que exigia do profissional muita flexibilidade, e mudança na forma de atuação que não condizia com a formação acadêmica recebida na universidade, que era direcionada para a realização de atendimentos em espaços delimitados e específicos para tal finalidade. Na verdade, este trabalho tinha como premissa a transformação do profissional, pois ele “mergulha” em um universo totalmente diferente da lógica de funcionamento do que é padronizado pela sociedade e vivido pelos sujeitos que têm uma casa, trabalham durante o dia, dormem a noite, tomam banho diariamente, etc.

Desta forma, os profissionais se permitem vivenciar a experiência como acontecimento, não determinado e sem um a priori, mas lidar com uma relação de forças que se inverte e cria lógicas diferentes das produzidas pela sociedade que, muitas vezes, determina formas de intervir a partir do conceito da verdade universal. Instala-se o tensionamento entre os saberes e o permanente movimento de perguntas e questionamentos durante a atuação dos profissionais, que passa a ser carregado de incertezas e inquietações.

A maior parte do grupo investigado era formado por homens que eram abordados nas localidades onde permaneciam para se alimentar, descansar, trabalhar ou dormir. Algumas mulheres, normalmente, estavam acompanhadas dos seus companheiros, tendo em vista que as mulheres nas ruas sozinhas ficavam

mais expostas a qualquer tipo de violência, sendo o abuso sexual o mais comum. Alguns transexuais também eram participantes do projeto, mas em menor escala.

Para acompanhamento e melhor entendimento de todo este universo, a equipe se reunia sistematicamente para a realização de estudos em conjunto com um pesquisador, que atuava na área social há trinta anos e há dezenove com população adulta em situação de rua. Os encontros aconteciam quinzenalmente no Núcleo de atendimento com o intuito de discutirmos a nossa prática, as intervenções na rua e no espaço do projeto, pensar sobre questões que pudessem colaborar com o nosso trabalho, metodologia e ações a serem pensadas continuamente, até porque a rua também é um espaço muito dinâmico, propício a muitos acontecimentos que podem influenciar diretamente no trabalho com este público. As operações do Estado nas ruas, as manifestações de parte da sociedade por diferentes causas, as operações da polícia contra os camelôs, os próprios grupos de crianças e jovens que viviam nas ruas, eventualmente, agrediam os adultos, o que os faziam mudar dos locais onde normalmente permaneciam, entre outros acontecimentos que surgiam no fluxo dos espaços públicos.

O projeto atuava na dimensão micropolítica, onde a presença e o contato direto com os moradores e com a dinâmica da rua eram os pontos principais para a realização do trabalho, ou seja, a escuta, o atendimento, o acompanhamento e os encaminhamentos de acordo com a necessidade de cada um. O fato de estarmos nas ruas era interessante para a equipe entender melhor a dinâmica destas pessoas no espaço onde viviam, conhecê-lo com maior profundidade, bem como suas movimentações no cotidiano. O trabalho neste formato permitia que os profissionais pudessem lidar com situações que jamais seriam vivenciadas se estivessem em um ambiente fechado e delimitado por portas e paredes, como é o caso de uma organização que realiza o trabalho internamente, em um consultório, uma sala ou um hospital.

Estas inúmeras situações também exigiam dos trabalhadores sociais maior criatividade para lidar com os percalços encontrados nas ruas e a especificidade em intervir diretamente com este público.

Os especialistas são atravessados pelas produções subjetivas, entre elas a formação universitária que, em geral, mostra-se muito distanciada deste tipo de trabalho, principalmente, quando a área de saúde está totalmente relacionada a um projeto social. O aprendizado acontece na prática diária que permite experimentar

possibilidades de atuações, por conta do dinamismo da rua e dos atores sociais que nelas permaneciam e transitavam diariamente. A metodologia de trabalho sendo constituída no dia a dia das ações, revista e repensada constantemente.

Ao mesmo tempo, a estatística e a tecnologia também eram utilizadas para fazer o levantamento das características deste público de acordo com as localidades onde atuávamos e, serviam, de certa forma, para avaliar a melhor maneira de conduzir as ações do projeto através da identificação das doenças mais comuns nas ruas e de maior prevalência em localidades específicas, bem como orientá-los sobre os serviços da rede. Estas ferramentas não determinavam como seriam as intervenções, mas possibilitavam um auxílio na atuação profissional no sentido de sensibilizá-los em relação às doenças existentes e como se prevenir, onde e como se tratar, locais onde poderiam resolver questões de caráter social e de direitos humanos, etc. Um exemplo, refere-se à realização de atividades de grupo na rua que, geralmente, abordavam os temas de saúde mais recorrentes em determinadas localidades do centro da cidade, como era o caso do uso abusivo de drogas no Largo da Carioca e da predominância das pessoas portadoras de HIV na rua Rodrigues Alves. Muitas vezes, os temas eram sugeridos pelos grupos na rua e no Núcleo.

A Biopolítica é uma estratégia de controle composta por mecanismos, que agem pela relação saber-poder regulando a vida e a população. Desta forma, podemos, por um lado, afirmar que o controle deste grupo estava se tornando cada vez mais voltado para a população-espécie e não apenas ao corpo-indivíduo e, desta forma, as estatísticas, as regularidades e as características deste grupo específico também acabam sendo utilizadas como instrumentos de análise e de governo dos outros. As ONGs, de certa forma, produzem estas subjetividades e desenvolvem formas de regulação dos processos apresentados por grupos específicos, como já mencionados nesta pesquisa e, neste caso, refiro-me a população em situação de rua do centro da cidade do Rio de Janeiro. Tudo isso acontece a partir de um acompanhamento sistemático e detalhado de seus hábitos, comportamentos, estipulando campanhas que empreendessem os modos de vida desta população. O intuito é governar a saúde e o comportamento deste público para torná-lo mais saudável e produtivo.

As técnicas de investigação e de controle da população foram se tornando mais intensas ao longo dos séculos XIX e XX, como já mencionado no capítulo 2, e



este projeto, de certa forma, também corresponde a esta forma de atuação, quando identifica as doenças que mais acometem a população em situação de rua, classificando este público e dividindo as formas de atuação de acordo com as incidências de doenças por regiões. No entanto, essa identificação quando associada à ação micropolítica, também pode contribuir muito positivamente para se pensar em formas de intervenções que possam gerar novas subjetividades.

O profissional por melhor intencionado que esteja, pode, como dito anteriormente, reforçar as formas dominantes de produção de subjetividade e isso também pode desencadear uma forma de atuação bastante controladora e, em alguns momentos, chegar a ser policalesca. Neste projeto não me deparei com esta forma tão rígida de controle na atuação da equipe técnica citada, que chegasse a este ponto, mas de alguma forma, como mencionado anteriormente, modulava também a vida da população em situação de rua através dos encaminhamentos, atendimentos e atividades de grupo.

Ao mesmo tempo, a atuação micropolítica processual, no projeto que estamos analisando, permitia também a construção de novos modos de subjetivação que singularizava a atuação do profissional e sua relação com as pessoas em situação de rua, o que não se encontra em atuações mais policalescas. A presença e a proximidade dos profissionais em relação ao público participante do projeto e o fato de o trabalho acontecer no mesmo ambiente em que a população em situação de rua, literalmente vivia, facilitava a equipe colocar em prática uma metodologia que preconizava o atendimento personalizado e a valorização da participação das pessoas em situação de rua na construção de possibilidades para as suas próprias vidas. Tudo isso, parece ter permitido não só os profissionais experimentarem novas formas de atuação, como também as inúmeras tentativas de influenciar na mudança de algumas práticas e políticas públicas para este grupo, que eram limitadas naquele momento, produzindo subjetividades que ainda visavam, e permanecem até os dias de hoje, a modelização desta população, com o intuito de corresponderem às demandas e às necessidades do sistema capitalista vigente e, conseqüentemente, a um estilo de vida, muitas vezes, distante do desejado pelas pessoas que encontram-se nas ruas da cidade. Vale ressaltar que me refiro aqui à política social de “acolhimento” preconizada pelos órgãos públicos que, muitas vezes, visualizam apenas um caminho para a população em situação de rua, que se resumia, e ainda se resume, em apenas retirá-los das ruas, inseri-los em abrigos

e, por fim, encaminhá-los para oportunidade de emprego, desconsiderando todas as necessidades existentes ao longo deste processo. Nota-se que a nomenclatura anteriormente utilizada era recolhimento, mas passou a se chamar acolhimento não havendo nenhuma mudança no trabalho realizado com a população em situação de rua, mas a segunda denominação produz, uma certa, positividade da ação. O que acontece é que a política de higienização continua ocorrendo, no entanto é amenizada por um discurso apaziguador e que declara ter como objetivo “acolher” esta população em abrigos e albergues no sentido de dar uma solução para os moradores de rua da cidade que, segundo a lógica da sociedade atual, conferem certo “risco” a população em geral.

No ano de 2012 o Ministério Público criou um modelo de política de saúde para a população em situação de rua em convergência com as diretrizes da atenção básica e a lógica da atenção psicossocial com sua proposição de trabalhar a redução de danos, garantindo o acesso dessa população às outras possibilidades de atendimento no SUS, com a implantação dos Consultórios na Rua. Considero importante sinalizar que discutir as políticas de saúde existentes na cidade do Rio de Janeiro não é o foco desta pesquisa, mas considero importante citá-las aqui para esclarecer que a crítica a que me refiro está relacionada às políticas sociais e de acolhimento que vêm sendo realizadas pelo município e pelo estado, através das secretarias responsáveis pelas políticas sociais.

Desta forma, é importante destacar que Baremlitt (1996) aponta para o fato de as políticas públicas estarem, geralmente, baseadas na universalização e na naturalização das necessidades dos sujeitos, sendo formuladas e praticadas sem levar em consideração a diversidade dos públicos para os quais se destina.

Segundo Baremlitt (1996):

As políticas públicas muitas vezes partem do pressuposto de necessidades universais nas instituições sociais, como se estas necessidades fossem inequívocas, naturais. O Movimento Institucionalista considera que as necessidades destas instituições são forjadas historicamente, produzidas dentro de um contexto dentro do qual merecem ser avaliadas e questionadas.

Em contrapartida, Guattari (2005) menciona a importância dos trabalhadores sociais estarem atentos as possibilidades de inventar novas práticas, a partir da

atuação micropolítica e da capacidade de articulação com os diversos agenciamentos que a compõe.

A garantia de uma micropolítica processual só pode - e deve - ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis. Invenção que permita, ao mesmo tempo, elucidar um campo de subjetivação e, ao mesmo tempo, intervir efetivamente nesse campo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior. Para o profissional do social, tudo depende de sua capacidade de se articular com os agenciamentos de enunciação que assumam sua responsabilidade no plano micropolítico. (GUATTARI, 2005)

Guattari (2003) aborda também a questão da produção de subjetividades dos trabalhadores sociais, que seriam todos aqueles “profissionais que desenvolvem trabalhos pedagógicos ou culturais em comunidades de periferia, conjuntos habitacionais, etc.” Estes profissionais, segundo o autor, ou encontram-se em um lugar em que podem atuar na produção de modelos que não permitam o escape e, conseqüentemente, a produção de novas subjetividades ou vão atuar de uma forma diferente, estimulando os processos de singularização dentro das suas possibilidades de atuação profissional. Este é um ponto muito importante da nossa discussão nesta pesquisa.

Embarcamos nesse processo de divisão social geral da produção de subjetividade e não há mais volta. Mas, por isso mesmo, devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas, ou no campo de trabalho social - todos aqueles, enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação, por exemplo, analítica (GUATTARI, 2005)

Neste sentido, é muito importante questionar o lugar ocupado pelos especialistas nestes projetos, tendo em vista a valorização dispensada ao saber científico e, conseqüentemente, a própria marginalização de alguns setores da população que acabam não tendo o seu saber levado em consideração e, geralmente é, desqualificado pelos especialistas e a sociedade. As pessoas dos sistemas terapêuticos ou oriundos das universidades, podem atuar como meros

transmissores de conhecimento científico e acabarem reforçando os sistemas de produção de subjetividade dominante.

Desta forma, as situações analisadoras também demonstram na prática como acontece o fluxo do trabalho nos projetos que estão em análise e o quanto, em alguns momentos, pode ser difícil encontrar as linhas de fuga e as brechas para se criar novas formas de atuação em estruturas instituídas, rígidas e que se utilizam de jogos de forças potentes para produzir certa imobilidade. Atuar ora como instituído e ora como instituinte, em uma sociedade que cada vez mais tenta afunilar e limitar as formas de existência diferentes daquelas produzidas e “determinadas” pela sociedade Neoliberal.

Durante o andamento do projeto a Organização em questão e a Rede Solidariedade também se posicionaram no sentido macropolítico, a partir das suas atuações no campo de atividades micropolíticas na tentativa de contribuir para a modificação das políticas públicas para a população em situação de rua em curso, naquele momento, na cidade do Rio de Janeiro. Era uma forma ultrapassada de atuação do governo do estado, constituída de práticas impositivas, assistencialistas, desrespeitosas e que, muitas vezes, foram denunciadas aos conselhos de direitos humanos e divulgadas na grande mídia pela própria ONG, como forma de dar maior visibilidade à questão, bem como sensibilizar a sociedade sobre o tema. O que poderemos observar ao longo desta pesquisa.

O fato das pessoas e dos diversos profissionais considerarem que a população em situação de rua é possuidora de uma identidade fixa e por este motivo, já terem seus “destinos traçados na maternidade”, como dizia Cazusa, dificulta pensar em políticas que, de fato, atendam às necessidades deste grupo, como descrito anteriormente nestas linhas, e gerem a conquista de sua autonomia e políticas públicas que pudessem deixar de ser meta e passassem a ser efeitos de práticas intensivas. Seria uma forma da ONG e seus profissionais contribuírem para a formulação de políticas que atendessem, de certa forma, às demandas apontadas por este público.

Em uma das saídas da equipe técnica na rua, um morador que estava constantemente na Rua General Justos (local caracterizado pelo intenso consumo de drogas durante a noite), no centro da cidade, relatou ter chegado de São Paulo há mais ou menos um mês e disse: “Eu não aguento mais comer. Aqui no Rio as pessoas dão muita comida. Em São Paulo não é assim não”. Acrescentou, ainda

que já havia engordado três quilos em um mês. O Interessante é que o senso comum geralmente produz uma narrativa afirmando que as pessoas que permaneciam nas ruas sentiam muita fome e para tanto era importante doar alimentos. Durante a realização do trabalho com a maior aproximação da dinâmica das ruas, foi possível constatar que tal afirmação não procedia naquela localidade, pois a quantidade de organizações que atuavam distribuindo quentinhas e sopas eram significativas e abarcavam grande parte da população do centro da cidade do Rio de Janeiro. Quando a população em situação de rua não recebia tais alimentos das organizações filantrópicas ou ONGs, iam até algum lugar de distribuição ou formavam uma rede local (onde permaneciam) e estes forneciam alguma refeição ou lanche. Essa rede também servia para estabelecer relações de trabalho (frete ou organização das mercadorias, ajudar os camelôs na montagem e desmontagem das barracas, etc.). Vale ressaltar que estes relatos se referem a uma localização específica, que é o Centro da cidade, e sabe-se que a forma de funcionamento e as necessidades desta população podem variar de acordo com a região e o bairro em que estejam localizados.

Durante as abordagens, também era possível, ouvir frases que “pareciam” ser ditas pelos moradores de rua como algo que a equipe “gostaria de ouvir”, como por exemplo: “Quero arrumar um emprego com carteira assinada e ter uma casa.” A equipe denominava esta fala, em alguns momentos, de “discurso pronto”, pois, muitas vezes, as pessoas nas ruas são estigmatizadas, discriminadas e talvez se sintam na obrigação de apresentar uma fala que corresponda a expectativa das pessoas que compõem a sociedade. Geralmente, aqueles que vivem nas ruas e não têm uma “ocupação” são vistos como vagabundos, marginais, assaltantes e criminosos, conforme já mencionado nestas linhas. Outra possibilidade considerada pelos profissionais é que este discurso poderia servir também para “camuflar” o desejo de alguns moradores de rua, por não estarem interessados e dispostos a conversar, ou melhor, “confessar” suas questões mais íntimas sobre as suas vidas com pessoas, que a princípio, eles não conheciam, não eram vinculadas e ainda não confiavam. Alguns não queriam revelar a sua identidade (nome, dados pessoais, etc.) nem poderiam ser filmados ou fotografados, por se sentirem envergonhados, caso os familiares os vissem e soubessem de seus paradeiros ou por terem cometido algum delito, roubo, etc.

Esta resposta “pronta” poderia ser uma saída para as situações relatadas acima ou por outras razões que não conseguimos perceber. Poderia também ser a resistência à possível captura e ao controle do desejo, por parte dos diversos profissionais que, em geral, já tinham um destino determinado para este grupo através de políticas de higienização da cidade, o que pode ser percebido, através da política de governo já descrita nesta pesquisa, que tem como objetivo recolher as pessoas que viviam nas ruas da cidade. Essa captação “bem-intencionada” estaria calcada no fato da população em situação de rua ter que necessariamente falar, o que é denominado por Foucault de “prosseguimento disciplinar da confissão”, podendo fazer parte da escuta do psicólogo (seja qual fosse a linha teórica), mas também de qualquer outro profissional. A captura do desejo está relacionada a um tipo de atendimento que controla e direciona a vida das pessoas para um único caminho.

Muitas vezes, esta forma de escuta atravessada pela psicologia e pela psicanálise, assume um formato mais essencialista, positivista e estabelece de certa forma uma relação hierárquica de poder, reforçando assim, a tendência das pessoas a definirem certas vivências como assuntos a serem abordados, tais como: família, intimidades, neste caso específico, saúde, entre outras e, conseqüentemente, esperar respostas técnicas.

Como os encontros eram realizados de forma sistemática nas ruas, o que facilitava o fortalecimento de vínculos e o convívio com este grupo, as relações acabavam se tornando mais confiáveis e as ditas “frases prontas” iam desaparecendo do contexto daqueles que com o tempo se aproximavam para uma conversa e já eram conhecidos pelos profissionais, possibilitando o surgimento das necessidades e dos desejos gradativamente. Convivendo com este público, foi possível perceber que muitas outras questões iam surgindo e não tinham exatamente relação com emprego, organização da vida e moradia.

O fortalecimento de vínculos propiciava também a participação dos profissionais de momentos mais descontraídos nas ruas, como as festas de aniversário, os momentos de carinho e de brincadeira entre mães e filhos, os encontros musicais (alguns moradores de rua tocavam instrumentos, tais como pandeiro e violão e cantavam muitas canções), o convite para a visita as novas “moradias” que eram as ocupações realizadas em prédios públicos abandonados no Centro da cidade e na Lapa. Os dias eram distintos uns dos outros, pois as histórias

e os acontecimentos eram múltiplos, diversos e heterogêneos, como o público do projeto analisado nesta pesquisa.

Outra questão importante era que neste tipo de trabalho os profissionais deveriam se despojar de padrões, preconceitos, formas predeterminadas de olhar a vida e a sociedade para estarem mais presentes e abertos para lidar com a forma de viver da população em situação de rua, que possui uma lógica muito própria e distinta da sociedade vigente. Os profissionais deveriam estar atentos ao que estas pessoas tinham a dizer e também poder lidar com o fato de alguns não quererem falar sobre si. Assim o trabalho poderia ser “tecido” de forma mais detalhada, minuciosa, sem julgamentos e imposições do ponto de vista dos profissionais e seguindo o fluxo dos acontecimentos. Era importante mergulhar naquela nova forma de funcionar.

Algumas pessoas, realmente gostariam de ter um “emprego fixo” e, obviamente, de acordo com o momento de cada um, foram encaminhadas para as entrevistas, a partir das oportunidades que surgiam durante o processo, pois até chegar a solicitar um emprego, o sujeito ainda passaria por outras questões anteriores e mais urgentes para ele na vida. É importante dizer também que a solicitação de emprego raramente acontecia, tendo em vista que muitos trabalhavam informalmente, o que possibilitava fazer o próprio horário e trabalhar de acordo com as suas necessidades.

Depois de algum tempo já constituída e funcionando de forma mais ativa, a Rede Solidariedade passou a ser integrada também por representantes da população em situação de rua que trazia reflexões importantes que puderam ser discutidas e pensadas com os profissionais e as Organizações participantes. Era, inclusive, a oportunidade e a possibilidade de se pensar em políticas que fossem ainda mais próximas da realidade deste grupo e criar novas formas de atuação no campo, o que também subsidiaria as propostas que poderiam ser levadas pelas organizações da Rede ou pela própria ONG, para os órgãos públicos responsáveis pelas políticas públicas para a população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro.

Desta forma, era muito importante, os profissionais estarem atentos para avaliar se o dispositivo montado pela equipe era um deflagrador apropriado para processos autoanalíticos e autogestivos ou se este se multiplicaria em demandas faltosas.

As queixas produzidas pela população em situação de rua estavam relacionadas à forma de atendimento realizado pelos profissionais, que, em um primeiro momento, por apenas se aproximarem das pessoas que estavam nas ruas, já produziam nelas discursos e queixas relacionados às faltas e as suas próprias necessidades. Mesmo que as conversas acontecessem de maneira informal, em espaços onde a população em situação de rua se sentisse um pouco mais à vontade, apenas o fato de irmos até este grupo para realizar a abordagem, era o momento em que geralmente as conversas iniciais produziam relatos que também contemplavam pedidos de ajuda, de dinheiro, de roupas, produtos de higiene, falta de atenção, entre outros. Talvez neste primeiro contato este grupo nos visse como uma organização que fosse fornecer algo de concreto, como roupas ou alimentos, conforme acontecia com muitas organizações que normalmente atuavam no centro da cidade. Com o tempo e a sucessão de novos encontros para acompanhamento das pessoas que continuavam vinculados ao projeto, os discursos não expressavam apenas a falta, mas também os desejos, os saberes de cada um, as histórias de vida, as memórias e os acontecimentos cotidianos. O processo também propiciava, ao longo do tempo, maior sociabilidade destas pessoas e, conseqüente acesso às redes de serviço existentes, maior reflexão sobre a própria vida, posicionamentos políticos diante das questões que os envolviam, entre outras possibilidades. O projeto propiciava ainda, a partir do trabalho de Educação realizado pela ONG a integração de atividades em equipamentos culturais (biblioteca, teatro, cinema, centros culturais, espaços multiusos, etc.).

Muitas vezes os encontros abordavam assuntos relativos aos conhecimentos de cada um sobre história, literatura, poesia, teatro, as experiências profissionais e de vida, entre outros conhecimentos, que possibilitavam a troca de experiências e de ideias entre os participantes do projeto.

Nestes momentos, também surgiam diversas histórias que se referiam às viagens realizadas pelos moradores de rua para vários lugares do Brasil e, geralmente, aconteciam de ônibus ou de carona, este último, muitas vezes, na base da troca de favores ou de trabalhos pontuais.

De certa forma, havia uma liberdade neste modo de vida que se diferenciava da forma de vida capitalista neoliberal presente na nossa sociedade, onde o sujeito ou trabalha em um emprego com horário fixo diariamente ou como empreendedor (sem horário), este último geralmente, exige grande dedicação ao trabalho,



incluindo, os finais de semana. A questão da liberdade das pessoas que estão em situação de rua também é algo interessante de se pensar, tendo em vista que a equipe trabalhava em um regime formal, com horários fixos, carteira assinada, com intervalo de uma hora para o almoço. Então como era para os profissionais lidar com a liberdade dos participantes do projeto? Como lidar com esta forma diferenciada de viver sem querer “normatizar” e “encaixar” este grupo em um modelo de vida que atendesse à sociedade capitalista atual? Para tanto, era preciso ter uma atuação que acontecesse na dimensão da micropolítica, permitindo que os profissionais olhassem e atuassem a partir da lógica das pessoas que estavam em situação de rua, possibilitando, de alguma forma, a transformação dos próprios profissionais. Conhecer a rotina da população em situação de rua e dos espaços onde viviam, se aproximar desta realidade que é móvel, dinâmica, mutável e estar aberto para seguir o fluxo, era o mais interessante neste processo de trabalho. Conhecer como funcionava o cotidiano deste grupo, ou seja, onde dormiam à noite, como faziam a higiene pessoal, onde e como se alimentavam, que tipo de trabalho realizavam nas ruas, onde descansavam durante o dia, etc. Conhecer este funcionamento permitia aos profissionais pensarem na atuação a partir desta aproximação aliada à análise das próprias práticas.

É importante salientar que, pessoas em situação de rua que encontrávamos no momento das visitas nos pontos mapeados (duas vezes por semana) algumas vezes, não queriam falar com os profissionais e isso era respeitado. Pareciam desconfiar do trabalho por não nos conhecerem e, neste caso, a equipe se colocava disponível em outros momentos, se fosse o caso, realizar a continuidade do trabalho. Esta situação era rara em atendimentos sistemáticos, mas em um primeiro contato era bastante possível. Quando a pessoa percebia que outros moradores nos conheciam, ficavam mais tranquilos e, geralmente, vinham nos procurar.

Um exemplo interessante refere-se a um morador de rua que foi atendido sistematicamente pela equipe, passou por diversos momentos no projeto (atendimentos na rua e no núcleo, encaminhamentos para saúde (médico e dentista) e participou dos nossos grupos no Núcleo e das idas aos equipamentos culturais da cidade, entre outras atividades) e em uma determinada fase do processo, explicitou o desejo de trabalhar formalmente. Depois de todas estas etapas foi encaminhado para uma entrevista onde havia 20 candidatos disponíveis para uma vaga. Ele participou do processo seletivo e, para nossa surpresa, foi o escolhido para o cargo

de Auxiliar de Serviços Gerais em uma empresa de limpeza. É importante destacar que durante o processo seletivo, a informação sobre ele não ter uma residência, foi ocultada, tendo em vista a provável discriminação que pudesse sofrer e, desta forma, forneceu como referência de moradia o endereço de uma igreja católica, situada no Centro da Cidade, onde recebia as correspondências enviadas pelos seus familiares, fazia uma refeição por dia (café da manhã), frequentava a igreja diariamente e havia estabelecido uma relação de confiança com o padre responsável. Ele era usuário de drogas e, apesar de ter sido encaminhado para o tratamento, se recusou a fazê-lo. Iniciou no emprego e foi bastante elogiado durante o primeiro mês de trabalho, informação que pôde ser compartilhada com a equipe técnica pela Assistente Social que o acompanhou durante todo o processo de trabalho. Ele parecia se sentir feliz, empolgado e bastante satisfeito com o novo momento de vida. Quando recebeu o seu primeiro salário, no final do mês, relatou ter ido para uma favela e lá permaneceu por, pelo menos, três dias, consumindo drogas (cocaína e bebidas alcoólicas) e se “divertindo” com as mulheres. Desta forma, não continuou no emprego mencionado, tendo sido desligado pela empresa por motivo de faltas injustificadas.

Quando os profissionais iam fazer as abordagens na rua, passávamos, entre outros locais, pelo lugar onde ele normalmente permanecia, mas se distanciava, demonstrando não querer conversar com os membros da equipe, o que perdurou por, pelo menos, 2 meses. Atuávamos, então, no sentido de respeitar o seu momento e não o abordamos neste período até que ele sinalizasse algum desejo de aproximação. Após algum tempo, ele se aproximou de mim e disse: “Eu estava com muita vergonha de falar com você e o pessoal todo do projeto. Você já sabe o que aconteceu, né? Eu cheirei todo o meu salário, gastei o meu dinheiro com as mulheres e perdi o meu emprego. Nem sei se eu tô com alguma doença”.

Estava muito abatido e falava comigo olhando para o chão. Após uma longa conversa e escuta, foi explicado que poderíamos retomar os atendimentos dando continuidade ao processo de trabalho, caso ele desejasse, incluindo o encaminhamento para a realização de exames e outras questões surgidas naquele momento. Neste caso, a ideia era trabalhar com as necessidades e as (novas) demandas apresentadas por ele e o que mais pudesse aparecer pelo caminho.

Destaco o atendimento como uma questão importante para ser abordada nestas linhas, tendo em vista, o quanto nós profissionais da área social e, em

especial, os Psicólogos, somos atravessados por diversas instituições. Não só pela formação na área, mas também pelo formato de atuação voltado para o atendimento e a escuta que, muitas vezes, predetermina os próximos passos do trabalho. A prática da psicoterapia e a atuação de acordo com o formato da assistência social, muitas vezes, trabalham com a visão de sujeito transcendental, com uma subjetividade individualizante e inserido apenas em uma interioridade, sem relacioná-lo ao ambiente em que vive, ao espaço onde mora, ao sistema político vigente, as questões sociais, tecnológicas, econômicas, as relações que estabelece no cotidiano, entre outros. Esta visão nos faz reforçar, em muitos momentos, práticas voltadas para as produções subjetivas que acontecem a partir da presença de um a priori nas relações que vão sendo tecidas entre profissionais e a população em situação de rua, o que poderá gerar efeitos que fortaleçam práticas que preconizem a padronização, bem como as formas de vida produzidas pelos sistemas dominantes de poder.

Desta forma, o profissional, muitas vezes, encontra-se em “conflito” entre as formas apreendidas ao longo da sua formação profissional e estudantil e a busca de um novo olhar sobre a sociedade e de práticas sociais que possuem uma concepção de sujeito que faz parte de um campo de relações que se dão em rede.

A partir destas passagens e de tantas outras não relatadas aqui nesta pesquisa, muitas questões surgiram e ainda continuarão surgindo.

Na situação a ser analisada a seguir, será possível perceber a gama de perguntas e pontos de interrogações que pairavam sobre nossas mentes e as respostas dependiam do ponto de vista e do posicionamento dos profissionais diante dos acontecimentos diários e no contato direto com a população pesquisada.

### **3.20 olhar singular no Aterro do Flamengo...**

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços.

*Gilles Deleuze*

A situação a ser analisada refere-se a um morador de rua atendido durante dois anos pela ONG em questão e foi apresentada à equipe técnica, a partir do encaminhamento realizado por uma organização espírita, que distribuía quentinhas nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro e que também fazia parte da Rede Solidarietàade.

A situação tem como personagem principal N. que aparentava 35 anos de idade e permanecia diariamente sentado na grama do Aterro do Flamengo, próximo ao Clube de Regatas Vasco da Gama. Balançava o corpo para frente e para traz, sem se comunicar e aparentava ter pouca interação com o meio.

O rapaz denotava sair pouco da localidade, indicando não circular muito pela cidade. Conseguia sua alimentação com uma moça que trabalhava no clube que todos os dias, sensibilizada com a situação de N., fornecia o almoço em uma quentinha para ele, o que já era um indicativo que havia uma rede local que colaborava com a sua sustentação na rua e, de alguma forma, foi organizada por ele.

Quando N. foi indicado para ser abordado pela nossa equipe técnica, a principal demanda apontada pela organização que o encaminhou era relacionada à sua saúde física, pois apresentava uma ferida na perna esquerda que necessitava de tratamento minucioso, sistemático e urgente, o que pôde ser verificado e avaliado por uma das enfermeiras do Projeto. Na avaliação, foi possível a identificação de outras demandas que, possivelmente, seriam verificadas e analisadas ao longo do processo.

No caso específico de N., o que surgiu como prioridade de atendimento, foi o cuidado da ferida supracitada. De certa forma, a equipe do projeto recebeu uma encomenda que deveria ser analisada e posteriormente atendida de acordo com as possibilidades da Organização em questão.

Segundo a socioanálise encomenda tem origem em demandas que podem ser individuais e/ou de grupos que compõem o processo a ser analisado.

A Encomenda é um conceito operatório da Socioanálise. Em outros métodos, contudo, vamos encontrar análises de encomenda. A encomenda tem origem em demandas. Em uma socioanálise, por exemplo, em demandas individuais e dos grupos que compõem o grande grupo de intervenção em processo. Os responsáveis, as pessoas que têm autoridade para requerer uma intervenção que, enfim, passam a encomenda, também têm demandas individuais. Portanto, existe uma grande diversidade e

muitas contradições entre todas as demandas possíveis da população envolvida(LOURAU, 1993)

Avaliar as demandas desta situação era realmente importante, pois foi possível verificar que não era apenas uma ferida na perna e sim uma situação muito mais complexa do que havia sido relatado. As Organizações realizariam o trabalho de forma integrada através do estudo e da discussão da situação apresentada, respeitando a limitação de cada organização envolvida. A verificação e a tradução das demandas, ou pelo menos de algumas delas, seria o primeiro passo da equipe técnica para poder intervir, de fato, nesta situação.

Inicialmente, os profissionais se aproximaram para verificar a possibilidade de realizar o trabalho com N., tendo em vista que esta era uma nova forma de atuar para todos os envolvidos.

A escuta a N. se deu de forma mais ampla, tendo em vista que ele não se comunicava verbalmente com desenvoltura, mas através de gestos, sorrisos, balançando a cabeça (indicando positivo ou negativo) e mais algumas gesticulações que surgiam durante o processo. Aos poucos ele foi verbalizando algumas palavras, mas sempre com muita discrição. E assim íamos seguindo o trabalho solicitando a sua participação, contribuição e decisão conjunta, dentro das suas possibilidades. Na tentativa de intervir a partir do desejo e da fluidez dos acontecimentos diários, o trabalho com N. ia se constituindo nas relações que iam se estabelecendo durante o processo.

Guattari (2005), afirma a natureza produtiva do desejo e, desta forma, não fala de desejo individual associado a uma identidade, mas do desejo visto como imanente a todas as formas de produção do real, como um campo de forças e fluxos que diluem formas de existências definidas e já consolidadas. São estes fluxos que produzem o novo, o diferente do já existente.

Baremlitt (1990), marca a diferença do significado de desejo apresentado pela Análise Institucional da Psicanálise, definindo o desejo como algo essencialmente produtivo.

Se pelo contrário, se subscreve uma concepção Produtiva de Desejo, (o Desejo como força que procura síntese ativa de 'criação', de luta, de militância, de invenção, de coletivização, de solidariedade, fraternidade iniciativa; o Desejo como energia simultânea e imanentemente natural, social, tecnológica, ou industrial, política e libidinal que não carece de nada, pura positividade que o engendra todo e que pode até produzir a falta, a

carência e a 'patologia', quando é compelido de realizar-se contra a sua natureza e dirigido contra si mesmo (BAREMBLITT, 1990)

Barembritt (1996) aponta ainda para a importância de se criar condições históricas para que o desejo se realize, tornando-o, de fato, produtivo e criativo.

O desejo, neste caso é visto como uma forma de propiciar estados permanentemente novos e de criação de novas subjetividades.

O desejo é essencialmente produtivo, revolucionário, inventivo. Apenas se deve criar condições para que ele possa animar dispositivos e máquinas revolucionárias capazes de realizá-lo [...] Para o institucionalismo o desejo realiza-se sempre, apenas é preciso produzir condições históricas em que ele possa realizar-se produtivamente. Isso inclui engendrar modos de subjetivação que co-protagonizem este processo (BAREMBLITT, 1996, p.55)

A análise deste projeto e, especialmente, das situações que fazem parte desta pesquisa, nos permite identificar e entrar em contato com o jogo do instituído e do instituinte, do que se reproduz e do que se transforma nas práticas profissionais na área social.

Esta situação em particular, difere das outras com as quais nos deparamos neste projeto e, talvez, por este motivo, será uma possibilidade de fazer uma análise mais detalhada nesta pesquisa pelo fato de envolver uma multiplicidade de acontecimentos e abarcar uma série de questões sobre N. Tenho a impressão de que poderíamos começar a atuar, a partir de qualquer uma delas, no entanto como a urgência era a ferida na perna e esta era a área de atuação primordial (saúde) da ONG, então foi a nossa escolha inicial. Começar não necessariamente do início, tendo em vista que também não haveria um início, de fato, e sim "um meio" e a continuidade se daria nos acontecimentos e possíveis encontros do cotidiano.

Segundo Katia Aguiar (2007), a realidade criada na perspectiva da imanência recusa um ponto de partida ou uma ideia de deflagradores dos acontecimentos, mas o possível passa ter a concepção de engendramento, de invenção e de transformação dos sujeitos e das práticas em curso.

A transformação do existente (nos grupos, nas organizações, nos indivíduos) não se limita à criação de condições ou meios adequados à realização de um potencial, mas refere-se a uma micropolítica que implica o intensivo, os processos de constituição de realidades, que abre o atual à pluralidade do *socius* e qualifica a transformação enquanto criação de possíveis. A dimensão micropolítica revela ser mais que uma dimensão na

escala espacial (a do lugar) ou que uma temporalidade (a do cotidiano), abrindo a história à experiência que se espreita no cotidiano (AGUIAR, 2007).

A micropolítica permite aos profissionais experimentarem atuar em uma situação complexa como esta e a partir daí, sugerirem novas práxis e repensar junto com outros profissionais, formas de realizar o trabalho, a fim de estabelecer relações mais humanas e que, de fato, ampliem o olhar sobre o outro e também nos permita atuar com o outro.

Os primeiros profissionais a fazerem a abordagem a N. foram o Educador Social (era quem normalmente fazia a primeira abordagem à população em situação de rua) e a enfermeira, esta última por conta da demanda apresentada pela organização parceira - a ferida na perna - neste caso específico, era fundamental para avaliar o ferimento e a situação de N. para, posteriormente, compartilhar com a equipe técnica uma forma de realizar um trabalho na rua que pudesse dar conta daquela situação, que, na realidade, era mais complexa do que havia sido apresentada pela organização parceira.

N. era morador de rua, apresentava uma ferida significativa na perna (com miíase), era paciente psiquiátrico (sem diagnóstico até aquele momento), sem referências familiares e amigos próximos. Não se comunicava com clareza, apresentando dificuldades na fala, bem como de interagir com outras pessoas, o que também poderia ser proveniente das questões psiquiátricas. Tudo isso faria parte de um suposto planejamento de atendimento que seria pensado e discutido pelo grupo de profissionais.

A partir do quadro apresentado e da avaliação de N., a equipe técnica organizou uma forma de realizar o trabalho, levando em consideração todos os aspectos e questões que o envolviam.

Esta situação provocou a necessidade de uma reorganização de todo o funcionamento do projeto, bem como maior flexibilidade em relação ao trabalho na rua, tendo em vista a necessidade de realizar um atendimento singular e diário a N. Como o projeto atendia os moradores de rua do centro da cidade do Rio de Janeiro, essa dinâmica do atendimento a N. mudaria parte do planejamento da equipe, que seria reestruturado e flexibilizado, respeitando a complexidade desta situação.

É importante destacar que os profissionais do Projeto se dividiam em duas equipes que seguiam diariamente um roteiro previamente organizado, distribuído em

treze localidades do centro da cidade do Rio de Janeiro. Estes locais eram visitados pelas equipes, avaliados e organizados os roteiros de acordo com as suas características, os critérios de segurança, melhores horários para realizar o trabalho em cada um deles e o planejamento das atividades a serem realizadas respeitando a especificidade de cada espaço. Havia a reorganização destes roteiros, de acordo com as mudanças ocorridas na dinâmica da rua, bem como os acontecimentos oriundos de diversos fatores, sejam relativos às novas configurações no funcionamento das localidades, política de segurança e/ou de ação social adotada pelo município ou Estado, entre outras questões que impactariam na movimentação desta população nos espaços mencionados e, conseqüentemente no trabalho da equipe técnica do Projeto.

Na primeira abordagem a N. a Enfermeira se aproximou, os profissionais se apresentaram, ela explicou o trabalho realizado pela Organização e como funcionava o projeto de forma simples e objetiva visando facilitar a comunicação e a compreensão de N. Em seguida, a perna foi avaliada e, informado a ele sobre a necessidade de cuidar do ferimento por conta da gravidade da situação e da necessidade de ser feito o curativo diariamente. N. fez sinal com a cabeça sinalizando concordar com o procedimento, mostrando-se introvertido e retraído. Para o retorno no dia seguinte foi combinado um horário visando “garantir” a sua presença no local e, conseqüentemente, ser possível a realização dos procedimentos necessários. É importante ressaltar que para a equipe técnica, ainda era uma incógnita saber se realmente conseguiríamos dar início ao processo de trabalho, pois não sabíamos se N. estaria no local, conforme o combinado.

Nos primeiros contatos, nos perguntávamos se estava claro para N. sobre o que estávamos fazendo naquele espaço do Aterro do Flamengo para realizar os atendimentos. Como a escuta vinha acompanhada da ferida na perna, parecia que para ele estava claro o motivo da nossa presença no local, tendo em vista ser algo, a princípio, bastante concreto. Então este caminho, de certa forma, facilitou a nossa comunicação. O fato da Enfermeira não atuar apenas como uma especialista que estava somente voltada para “tratar” da ferida, mas tendo uma abordagem mais social e aberta para olhar N. com todas as suas questões, pode ter colaborado, e muito, para a aproximação entre a equipe e N. ter acontecido com certa tranquilidade. O Educador Social, que acompanhou todo este processo inicial, também foi importantíssimo neste momento pela facilidade de abordagem e contato



com este grupo, a experiência no trabalho e a habilidade em abordar assuntos delicados com bom humor, gentileza e afeto.

Todos os dias os profissionais se revezavam em duas equipes técnicas, sendo que uma delas teria que incluir no seu roteiro o local combinado para a realização do trabalho com N. enquanto a outra estaria em outros pontos do centro da cidade, previamente estabelecidos, realizando o trabalho com as outras pessoas em situação de rua. No entanto, era fundamental sempre haver a presença de uma das enfermeiras nestes primeiros encontros com N., tendo em vista a necessidade de ser feito o curativo.

A dinâmica natural de trabalho preconizava a ida das equipes, pelo menos, duas vezes por semana em cada localidade, seguindo a metodologia do projeto, o planejamento mensal e a garantia da organização dos pontos de abordagem, a partir do mapeamento realizado com as especificidades de cada ponto (distribuição de quentinhas, distribuição de sopa, local para dormir a noite, local para descanso a tarde, outro para tomar banho, etc.), levando em consideração a concentração de moradores de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Os encontros com N. eram importantes para o fortalecimento de vínculos, bem como a possibilidade de estabelecer com ele uma relação de confiança, o que não só facilitaria o bom andamento do trabalho, mas também possibilitaria pensarmos nos próximos passos gradativamente.

Como os atendimentos eram diários, a equipe se organizou no sentido de todos os profissionais participarem de forma intercalada e assim atuarem diretamente na construção do processo de trabalho que era tecido pouco a pouco.

Em relação às especialidades, é importante destacar que apesar de cada um ser de uma área diferente, o trabalho acontecia, necessariamente, de forma integrada, o que exigia do profissional não só um olhar voltado para a saúde, mas uma visão mais ampla e social da questão, tendo em vista que se tratava de um projeto social. Os profissionais de saúde são atravessados pela formação universitária, que em geral, valoriza a classificação das pessoas a partir das doenças e com uma visão geralmente voltada para a hierarquização das relações e a fragmentação do conhecimento, onde a visão positivista, geralmente, prevalece sobre aquelas que valorizam os saberes populares e que eram chamados por Deleuze, de saberes desqualificados. Por outro lado, é importante ressaltar que, algumas mudanças vêm acontecendo no âmbito das universidades, no sentido de

ser possível haver maior integração entre os saberes populares e universitários, onde nos últimos anos, talvez por conta das políticas afirmativas, bem como a política de cotas, é possível verificarmos a maior participação dos moradores de favelas nesses espaços que eram mais voltados para os intelectuais, permitindo a realização de pesquisas e discussões mais próximas das questões sociais levando em consideração os saberes populares e locais. É possível, mesmo que timidamente, haver algumas poucas disciplinas em que as aulas são ministradas em parceria com MC's, lideranças comunitárias e universitários, moradores dos espaços populares da cidade.

No caso desta equipe, os atendimentos se davam de forma integrada e, durante o processo, o que N. trazia de conhecimento, interesse e sugestão, era muito importante para que o trabalho em conjunto fosse adiante.

É importante destacar que a rua e seus moradores apresentam importantes formas de viver e de existir que são fundamentais serem apreendidas e valorizadas pelos trabalhadores sociais no sentido também de incorporarem esses saberes e conhecimentos locais à metodologia do projeto. Propiciar novas formas de atuação que serão descobertas a partir da intervenção micropolítica e, desta forma, mais próxima do cotidiano dessas pessoas. A partir desta forma de intervenção, é possível o profissional ter um olhar para os fluxos contínuos e inacabados e o trabalho se tornar cada vez mais criativo pela possibilidade de adicionar constantemente conteúdos novos aos processos de trabalho em andamento, dando maior movimento à maneira da equipe de intervir.

Além de morar na rua, N. não tinha uma higiene pessoal adequada e, todas as questões apresentadas por ele, contribuía para que não tomasse banho diariamente. Neste caso específico, tomar banho era muito importante para a sua recuperação, principalmente no que concerne ao ferimento na perna que apresentava miíase. Como trabalhar a questão do banho com uma pessoa em situação de rua que além do ferimento na perna apresentava um quadro psiquiátrico ainda não tão claro para a equipe técnica e que, até então, não se comunicava verbalmente com as pessoas? Como fazer os acordos e as combinações com ele? Será que N. iriam manter o combinado? A cada avanço, novas dúvidas surgiam e, por este motivo, era um trabalho que exigia maior flexibilidade por parte dos profissionais, principalmente, no sentido de experimentar novas formas de atuação e caminhos para lidar com N., tendo em vista que estávamos realizando um trabalho

fora de um espaço delimitado e lidando com diversas questões que se apresentavam ao mesmo tempo. Eleger prioridades era importante, bem como construir junto com N. este processo de trabalho.

O atendimento inicial na rua, que fazia parte da metodologia, facilitava parte da questão relativa aos encontros, tendo em vista que íamos onde ele permanecia a maior parte do tempo. Como ele vinha cumprido o combinado, corríamos pouquíssimos riscos de não o encontrar ou de ele não comparecer ao local, conforme o combinado, principalmente neste primeiro momento que era importante para a construção de vínculos entre N. e a equipe técnica, bem como o cuidado da perna.

O ferimento foi então a porta de entrada para um universo novo, abria-se um caminho de novas possibilidades para N. e para os profissionais que se deparavam com uma nova configuração de abordagem e atendimento. O trabalho da equipe ia sendo construído gradativamente, mas o que era interessante e nos ajudava, era que a necessidade de fazer o curativo diariamente (antes seria um problema em relação ao deslocamento e a divisão dos atendimentos dos profissionais), permitia um contato constante e sistemático com N. e assim, o trabalho ia sendo constituído a partir dos encontros, que pareciam estar cada vez mais potentes. As pistas iam surgindo nestes contatos e o trabalho sendo realizado, aproveitando as brechas que iam abrindo possibilidades de ampliar a nossa atuação para as outras questões apresentadas por N., além da ferida na perna. Entre elas, trabalhar a higiene pessoal, o tratamento psiquiátrico, a conquista de maior autonomia e mobilidade na cidade, a sociabilidade, o acesso aos equipamentos de saúde e de cultura, estabelecer contato com a família de origem, etc. Todas estas questões eram trabalhadas por nós com as pessoas em situação de rua do projeto, respeitando o momento de cada um e, no caso de N. não seria diferente. Poderia acontecer de não atuarmos em algumas das questões supracitadas e surgirem outras, mas isso dependeria do processo de trabalho que ia se constituindo pouco a pouco.

Como disse anteriormente, era importante N. tomar banho, mas pensávamos onde? Como? Em que condições? Neste caso, trabalhamos com as possibilidades e as adaptações necessárias àquela circunstância, bem como usamos a criatividade que a situação, de certa forma, exigia. O Aterro do Flamengo é cercado por água e então solicitamos a Norberto que tomasse banho no mar, tendo em vista o que era possível naquele momento, de fácil compreensão para ele e por ser um recurso que

possivelmente ele utilizava eventualmente. Mesmo assim, não tínhamos garantia que ele cumpriria o combinado. A equipe tentou trabalhar com os recursos disponíveis na localidade que fossem de fácil acesso e compreensão para N.

Para estimulá-lo a fazer a higiene pessoal, a equipe levava o álcool gel (perfumado) e assim poderíamos trabalhar a higiene também através do cheiro. N. passava o álcool nas mãos, esfregava uma na outra, sorria e dizia: “É bom”.

Durante a realização do trabalho, vários momentos foram significativos e alguns serão relatados nesta pesquisa.

Em um dos atendimentos, estava um sol muito forte e N. estava sentado na grama e balançava o corpo para frente e para trás, o que chamou atenção dos profissionais, tendo em vista que N. suava muito, mas não saía do lugar para se proteger do sol, mesmo havendo algumas árvores próximas. Neste momento, foi sugerido pela equipe que ele buscasse uma sombra para diminuir o calor e assim o fez, dizendo que “tava melhor”.

O mesmo aconteceu quando choveu muito em outro dia de trabalho e N. não se protegeu da chuva e, da mesma forma, foi orientado pelos profissionais a ficar embaixo de uma marquise próxima ao lugar onde permanecia diariamente. Pode-se observar que, na verdade, N. não distinguia o sol da chuva e por este motivo não buscava se proteger nestes momentos.

Esta questão não só chamou a atenção dos profissionais como deixou a assistente social muito mobilizada com a situação, ao ponto de ela chorar muito e não conseguir fazer o atendimento naquele momento. Quando isso acontecia, a equipe se organizava no sentido de um de seus membros dar o apoio necessário ao profissional, enquanto os outros davam continuidade ao trabalho.

É importante sinalizar que a atuação da equipe propiciava estar em contato direto com a dinâmica da rua, a partir da interação com esse grupo e da observação da “movimentação” e do comportamento de seus moradores. Lidar diretamente com questões muito diversas e significativas como, as doenças muito sérias com grande possibilidade de morte, pessoas querendo adoecer para conseguir um benefício social do governo, pacientes psiquiátricos, dependentes químicos, trabalhadores (camelôs, catadores e auxiliares de serviços gerais) que permaneciam nas ruas durante a semana e retornavam para casa no final de semana ou algumas vezes pagavam o hotel que era específico para a população em situação de rua para pernoitar, entre outros.

Os atendimentos a N. na rua foram realizados diariamente durante, aproximadamente, 6 meses. Após este período iniciamos uma nova etapa do processo que consistia em fazer os atendimentos intercalados na rua e no Núcleo de Atendimento, já que a necessidade de fazer curativo diariamente diminuiu e este poderia ser realizado em um espaço com condições técnicas e de higiene mais adequadas.

Além da intervenção do médico, das enfermeiras e do Psicólogo, também eram realizadas atividades com os Educadores e Assistente Social que ocorriam, eventualmente, de forma integrada. A ideia era estimular a interação de N. com o meio, o fortalecimento de vínculos com a equipe e gerar, dentro do possível, maior autonomia para ele na vida. Trabalhar a partir do olhar da potencialização e fazer as parcerias necessárias que pudessem atender as demandas surgidas ao longo do processo, contribuindo assim para a sua evolução. Buscar as parcerias (acionando a rede), bem como realizar os encaminhamentos necessários.

É interessante analisar que o projeto atendia a população em situação de rua adulta, mas não as pessoas que possuíam claramente algum transtorno mental, tendo em vista que não havia um Psiquiatra no grupo de trabalho e tratar estas pessoas na rua era bastante complexo e, sendo paciente psiquiátrico, seria mais difícil. Como a ferida na perna era algo muito grave e precisava ser tratada com urgência, consideramos abrir este precedente, pois N. não conseguiria ser tratado nas unidades públicas de saúde, caso não tivesse uma equipe que o acompanhasse e adaptasse este trabalho para ser, pelo menos, iniciado na própria rua.

Apesar de N. ter transtorno mental, ele não foi, no primeiro momento, acompanhado por um Psiquiatra, pois seria mais um profissional de outra organização para atuar e, na verdade, ainda não sabíamos se existiam profissionais em outras organizações com disponibilidade em realizar o trabalho na rua. É importante lembrar que naquele período não era comum a realização de abordagens e atendimentos na área de saúde (principalmente psiquiatria) nas ruas, como acontece atualmente. Outra questão também, referia-se ao fato de termos um tempo para avaliar se o trabalho iria acontecer de forma sistemática conforme a situação exigia. Ter um diagnóstico de imediato para a equipe técnica não era o mais importante naquele momento, tendo em vista que o trabalho estava caminhando no seu tempo e sem a determinação de um Psiquiatra na sua condução, o que, muitas vezes, é comum acontecer em casos de pacientes com transtornos mentais. Este

profissional foi incorporado posteriormente ao processo, de forma gradativa e passou a compor os atendimentos na rua em conjunto com a nossa equipe. Teve início então o atendimento psiquiátrico, associado a uma medicação que era administrada apenas uma vez por semana na rua, durante 3 meses.

Com a realização dos atendimentos em conjunto, N. foi evoluindo gradativamente, a ferida na perna melhorando aos poucos, o que gerou uma diminuição dos atendimentos na rua e propiciou o início de uma nova etapa no trabalho que intercalava o atendimento na rua e no Núcleo de Atendimento da ONG.

Para que fosse possível o atendimento de N. no Núcleo, era importante que ele aprendesse o caminho e cumprisse o combinado, comparecendo ao local na data e hora marcada. Desta forma, o Educador Social foi até o local onde N. permanecia diariamente e caminhou com ele até o Núcleo de atendimento para que pudesse aprender o caminho e iniciar os atendimentos em um espaço que era constituído para tal finalidade.

A ida de N. ao Núcleo foi agendada para o dia seguinte, às 14 horas, o que gerou uma grande expectativa por parte da equipe técnica que considerava muito possível o não comparecimento de N. ao Núcleo. Este comportamento era comum acontecer com os moradores de rua e, neste caso, especialmente, as chances eram grandes por conta da diversidade de questões envolvidas.

Para a surpresa de todos, no dia e na hora marcada, N. compareceu ao Núcleo, para o atendimento. Este fato causou grande alegria na equipe técnica e também estimulou a todos a darem continuidade ao trabalho da forma que estava sendo realizado, sendo mais um indício de que estávamos no caminho certo.

Cada dia, quando observávamos os avanços de N., era muito emocionante para cada um de nós, além de considerarmos que estávamos indo por um caminho interessante para ele e também para nós, tendo em vista que a equipe estava disponível e aberta a arriscar, experimentar novas possibilidades, novos (des) caminhos, aprendizados e a possibilidade de transformação de todos, pois havia muito aprendizado envolvido neste processo. N. passou a frequentar o Núcleo e a comparecer aos atendimentos agendados no espaço.

Posteriormente, passou a participar das diversas atividades de artes, oficinas de música, eventos relativos a datas comemorativas (Natal, carnaval, entre outros), atividades em Centros culturais, cinemas e teatros da cidade seguidos de rodas de

conversa, o que também contribuiu para a sua ressocialização e participação em atividades com outras pessoas, mesmo que ele se mostrasse mais introvertido.

Estas idas de N. aos espaços contribuía também para a maior mobilidade dele na cidade. Poderia ser o início de uma nova relação com os locais, as pessoas, a rua e as organizações. N. passou a ser visto No Largo da Carioca, na rua Uruguaiana, o que nos fez pensar que o trabalho realizado poderia estar contribuindo para uma maior autonomia e circulação de N. no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Destacar este ponto é importante, pois agora, depois de tantos anos, pôde-se perceber a importância da equipe ter dado uma dimensão mais ampla e social ao trabalho, sem reduzir esta situação a apenas um tratamento psiquiátrico, evitando que todas as outras questões, principalmente, as de cunho social, fossem submetidas a apenas uma patologia. A dimensão social e a visão ampla sobre a situação permitiu também a inclusão de outros profissionais no processo de trabalho, quando fosse, de fato, necessário e adequado, o que não dependeria apenas da nossa “vontade” ou definição, mas do andamento e do acompanhamento que estava em curso e sendo construído pouco a pouco junto com N.

Uma das questões abordadas por Castell (1987) aponta para as pessoas com transtornos mentais serem vistas pela perspectiva da deficiência. Destaca que estas podem ser abordadas a partir deste ponto de vista, sendo também uma forma de encobrir a desigualdade existente entre o normal e o patológico, bem como reforçar a relação hierárquica de poder geralmente estabelecida entre os especialistas e a pessoa com transtorno mental. Psiquiatras e Psicólogos, normalmente são vistos como os detentores do saber científico e como aqueles que determinam o que irá acontecer com as pessoas que são denominadas deficientes, a partir da elaboração de pareceres e diagnósticos que definem o “destino” destas pessoas que são consideradas, inclusive, “sujeitos da falta” e da carência.

O diagnóstico é utilizado como uma “ferramenta” poderosa dos profissionais que atuam no sentido de reforçar a hierarquização do saber e do regime de verdade, que classifica e enquadra o sujeito em uma determinada patologia que já possui uma forma de tratamento preestabelecido. O diagnóstico, geralmente, serve como um instrumento “condutor” do trabalho que será realizado, a partir da classificação da patologia que acomete o sujeito. Desta forma, as pessoas são vistas e “tratadas” isoladamente e quando há a tentativa de compreendê-las, vemos a existência de

classificações que reforçam o binarismo. População em situação de rua x especialistas, carente x potente, saúde x doença, normalidade x loucura e por aí vai.

Segundo Castell (1987) muitas vezes, a categorização médico-psicológica pode reduzir as pessoas a uma suposta patologia, inviabilizando o surgimento de suas potencialidades que poderiam aparecer, a partir de ambientes e profissionais que facilitem e propiciem maior expansão do sujeito e da sua relação com os acontecimentos. É comum os diagnósticos reduzirem as pessoas a certas etiquetas, classificando-as em categorias, vendo-as como identidades fixas, sem possibilidades de mudanças, de maior ação e atuação na vida.

No caso de N, pôde-se perceber que a forma de atuação da equipe técnica e o conhecimento sobre o espaço onde acontecia o projeto (Centro da Cidade do Rio de Janeiro e, naquele momento, o Aterro do Flamengo) pelos profissionais envolvidos, proporcionou a ele maior autonomia, apesar de todas as limitações que poderiam reduzi-lo a apenas um paciente psiquiátrico e morador de rua, que ainda carregava um saco preto de lixo nas mãos, contendo todos os seus pertences e era, praticamente, uma extensão do seu corpo. Levava-o para todos os locais por onde andava, inclusive para as atividades que realizávamos em equipamentos culturais.

Desta forma, N. poderia ter sido apenas encaminhado para um abrigo ou levado para um hospital psiquiátrico, conforme era o procedimento normalmente realizado com este público pelos especialistas. Mas não foi essa a condução da equipe técnica da ONG mencionada nesta pesquisa.

Castell (1987) aponta ainda, para a questão das novas políticas preventivas que diminuíram a relação direta entre os sujeitos no mesmo espaço físico e os psiquiatras decidem através do relato “do caso” realizado pelos profissionais que estão no dia a dia do trabalho, utilizando-se das supervisões e das orientações para determinar a melhor forma de proceder, sem sequer ter tido contato direto com a pessoa envolvida. Ora, como um profissional define algo sobre alguém sem estar no cotidiano das ações e do trabalho? Sem encontrar a pessoa e ter algum contato com ela?

Muitas vezes, Psicólogos e Psiquiatras são “convocados” para supervisionar os profissionais que estão atuando no campo diretamente com o público participante dos projetos ou fazer diagnósticos sem ter um contato mais próximo e direto com este público.



O interessante neste processo foi perceber que os profissionais que faziam parte da equipe técnica, bem como a psiquiatra que atuou como parceira posteriormente, estavam dispostos a experimentar novas formas de atuar na rua, de romper com as formas instituídas de intervir para realizar este trabalho tão complexo e ao mesmo tempo tão importante e buscar novas práticas na área de saúde e social. É claro que escolhemos um caminho, mas poderia ter sido outro e não sabemos o que iria acontecer. Nota-se que experimentar traz o movimento, a possibilidade de reinventar a forma de atuar, de criar novas subjetividades, mesmo entrando em choque com as produções subjetivas que limitam, não trazem inovações e pretendem controlar a qualquer custo o que vem sendo produzido de forma inovadora, molecular, diferente e instituinte.

Durante todo este processo em um determinado momento, N. foi perguntado sobre a possibilidade de conhecer um abrigo junto com os membros da equipe e ele concordou. O combinado foi que iria conhecer o espaço e a partir daí, avaliar a sua permanência ou não, o que dependeria, também, da sua decisão, além da avaliação dos técnicos envolvidos. Quando chegou neste abrigo e acompanhado por parte da equipe técnica da ONG, N. foi apresentado aos profissionais que lá atuavam (Assistente Social, Psiquiatra e Psicólogo), andou pelo local com o intuito de conhecê-lo melhor, mas decidiu não permanecer e, desta forma, a equipe conversou com ele a respeito e a sua decisão foi respeitada, conforme havia sido anteriormente combinado. Retornou para a rua, no mesmo lugar onde sempre permaneceu, e a equipe deu continuidade aos atendimentos, conforme o trabalho vinha sendo realizado.

A passagem de N. pelo abrigo retrata exatamente a forma de atuação instituída por grande parte dos profissionais da área social e de saúde, que consideram a nossa prática em acatar a decisão e o desejo de uma pessoa em situação de rua de não permanecer naquele equipamento social, como inconsequente. Profissionais que se consideram como detentores do saber científico e médico, e decidem sobre a vida de outras pessoas, sem levar em consideração o desejo e a participação destas, que seriam os maiores interessados, nas decisões.

Neste caso, o jogo de forças por parte daqueles que militam em defesa do instituído, se dá no sentido de atuar no constrangimento das práticas, instruindo regulações e apresentando uma forma fixa de intervir, como também tensionar

outras que investem no desvio, no escape, na reinvenção da intervenção, como estávamos fazendo naquele momento.

A visão positivista muito presente na prática cotidiana e, nesta situação, em particular, nos mostra também a dificuldade dos profissionais da equipe técnica da ONG de romper com essa lógica que é produzida “automaticamente” pelos especialistas do abrigo citado, que nem sequer se questionaram sobre a possibilidade de nova(s) forma(s) de intervenção, tendo em vista termos apresentado este formato, mas poderíamos ter conversado a respeito e pensado juntos em outras possibilidades, outros caminhos. Mas não houve nenhum espaço para este tipo de diálogo.

Naquele momento, a equipe se perguntou o que se passou pela cabeça de N. para não permanecer no lugar “aparentemente” mais seguro do que a rua? Quais são as lógicas que nos fazem crer que para N. aquele espaço fechado seria o mais adequado para ele naquele momento?

Entendemos que, talvez, N. não quisesse permanecer em um espaço fechado, com muitas normas, regras e um certo, conservadorismo que pairava naquele lugar. Seria uma mudança abrupta, pois na rua ele teria, logicamente, liberdade para circular, sem horários para realizar as suas atividades, se relacionar com quem quisesse, mas no abrigo, teria horários determinados e bastante rígidos para se alimentar, acordar, dormir, sair e retornar ao abrigo, etc. Esta foi uma das nossas suposições. No momento do ocorrido, ele apenas disse que não queria permanecer e gostaria de retornar conosco (sic). Nitidamente, havia sido estabelecida uma relação de confiança entre ele e a nossa equipe técnica e os vínculos estavam cada vez mais fortalecidos, o que, de certa forma facilitava o andamento do trabalho que estava acontecendo de forma fluída e singular, pois a qualidade do vínculo é uma das partes essenciais deste processo.

Vale ressaltar que as pessoas em situação de rua relatavam, durante as conversas com a equipe técnica, que eram obrigadas a sair dos albergues e abrigos as seis ou sete horas da manhã, tendo que ir para as ruas, mesmo sem ter o que fazer. Política de Estado e do município sem continuidade das ações, não havendo um projeto que atendesse, de fato, a essas e tantas outras demandas deste grupo que é heterogêneo e múltiplo. Acrescento ainda, que não havia naquele momento, e, pelo visto, ainda não há nos dias de hoje, a inclusão das reais necessidades deste grupo nas iniciativas e políticas públicas produzidas pelos governos, como é o caso

de criarem locais para estacionamento do instrumento de trabalho de alguns, que corresponde a uma carroça e serve para fazer frete, trabalharem como Catadores de material reciclável, além de não poderem levar os cães que os acompanham para estes locais. Sendo assim, existem muitos motivos que fazem com que as pessoas em situação de rua permaneçam nas ruas e não queiram ir para os albergues e abrigos existentes nas cidades.

É muito importante dizer que, neste momento, muitas questões e dúvidas passaram pela cabeça dos profissionais da ONG: Será que estávamos, de fato, no caminho certo? No período em que este projeto aconteceu, ainda não havia nenhuma organização que atuasse desta forma nas ruas da cidade do Rio de Janeiro e o nosso olhar era muito distinto das práticas profissionais em curso naquela época.

A certeza daqueles profissionais do abrigo sobre a nossa forma de conduzir o trabalho e o nosso posicionamento não ser o mais “correto” era tão grande, que por alguns segundos, tivemos certa dúvida sobre a nossa decisão. Sair do previsto e tentar novas formas de atuação levando em consideração o desejo de N, muitas vezes, foi visto como inconsequente e pouco profissional. Mesmo diante dos constrangimentos mantivemos o nosso posicionamento, bem como a continuidade do trabalho da forma que vinha sendo construído, contando com a participação de todos os envolvidos. Estávamos também, respaldados pelas nossas discussões em conjunto, os grupos de estudos sobre o tema, a nossa prática, além dos estudos realizados sobre a situação em questão.

Neste caso específico, a participação e a contribuição de todos os profissionais era muito importante para o fortalecimento e a ampliação do trabalho realizado com N., que contava com diversos olhares e também com uma equipe que pensava em conjunto sobre os próximos passos. Os profissionais então faziam as intervenções de forma diferenciada, contrariando a noção mais geral que se tem sobre o modo de atuar frente a este público tão heterogêneo, dinâmico, potente e, ao mesmo tempo, tão discriminado, oprimido e violentado pela sociedade em que vivemos.

Como depois de algum tempo, com o trabalho da psiquiatra na rua tendo ocorrido durante em torno de 3 meses, N. já estava mais autônomo e vinha tendo uma evolução muito positiva. Foi encaminhado para ser atendido pela psiquiatra na própria organização de saúde mental – CPRJ – Centro Psiquiátrico do Rio de

Janeiro, onde havia um projeto específico de atendimento à população em situação de rua com transtornos mentais.

É importante ressaltar que o atendimento psiquiátrico na rua não era comum, tendo em vista a dificuldade de encontrar residentes que tivessem interesse em realizar esse trabalho - atendimento fora dos muros das organizações. A psiquiatra responsável pelo atendimento relatava as suas dificuldades em conseguir profissionais residentes de medicina, que fizessem o trabalho junto com ela.

Iniciamos então, junto com a Psiquiatra o encaminhamento de N. para ser atendido na própria Unidade de Saúde. No primeiro momento, ele foi acompanhado por dois profissionais da nossa equipe para conhecer o local e fazer uma ambientação em conjunto com os profissionais de saúde mental. É importante sublinhar que a Unidade de Saúde era destinada ao tratamento de pessoas acometidas por transtornos mentais como objetivo de coordenar a articulação entre a atenção à crise e assistência ao processo de ressocialização da população com atendimento integrado aos demais serviços internos e aos da rede de atenção à saúde mental. O trabalho é constituído por atendimento psicológico, psiquiátrico, oficinas de geração de renda, artes, música, entre outras atividades.

N., no dia da ambientação, andou pela unidade, observou o lugar, as pessoas, as atividades, interagindo muito pouco com os outros pacientes psiquiátricos. Assumiu uma postura bastante observadora e em alguns momentos esboçou algumas reações surpreendentes e até engraçadas. Enquanto conhecíamos o local, nos deparamos com uma banda de Rock constituída por pacientes psiquiátricos, médicos, enfermeiros, entre outros. N. quando questionado sobre a banda, apenas respondeu que “achava muito barulho” e não gostava daquele tipo de música. Em relação aos filmes, dizia preferir os “antigos”, pois os mais populares eram denominados por ele de “filmes baixos”. Neste dia almoçamos todos juntos no refeitório, o que era comum acontecer nesta unidade de saúde e, posteriormente, fomos embora.

Desta forma, N. passou a ser atendido no Núcleo da ONG e na unidade de saúde do Estado de forma intercalada, até que ele pudesse se vincular totalmente a unidade mencionada, o que caracterizava a sua entrada no sistema público de saúde direcionado para a questão da saúde mental, tipo de trabalho que não fazia parte da atuação da ONG que atendia saúde e psicossocial de forma menos específica, tendo em vista que não tínhamos psiquiatras na equipe para a realização

deste trabalho, de fato. Como escrito anteriormente, a queixa inicial era a ferida na perna e então fomos realizando o trabalho dentro do que nos cabia e formando a rede social, bem como as parcerias necessárias de acordo com os limites de atuação de cada organização e projeto. N. participava dos atendimentos individuais e das atividades em grupo durante o dia todo e a noite retornava para a rua.

O atendimento psiquiátrico foi incorporado, de fato, ao processo de trabalho, o que foi de grande contribuição para a evolução de N. e agora já acontecia dentro do CPRJ, no entanto é importante ressaltar que todos os profissionais foram importantes no desdobramento desta situação, que era nova, inclusive para as Organizações parceiras. Notava-se também, uma transformação que acontecia gradativamente, não só com os profissionais, mas com as Organizações que compunham a Rede Solidarietà. Como por exemplo, a Organização que distribuía alimentos já começava a atuar de forma diferente e a olhar aquela pessoa que estava nas ruas para além da necessidade de alimentos, mas como alguém que teria outras necessidades que poderiam ser abordadas e “supridas”, de certa forma, por outros profissionais através das articulações e parcerias necessárias. A ideia aqui é chamar a atenção para o amadurecimento desta organização que agora enxergava a importância de realizar o trabalho de forma integrada com outros órgãos, visando a autonomia e a ampliação de possibilidades para N. e demais pessoas que estivessem em situações semelhantes, potencializando assim, o trabalho em rede. Em contrapartida, nós pudemos perceber o quanto estas Organizações assistencialistas, de certa forma, eram importantes para a realização do nosso trabalho, que era relacionado à saúde e, os alimentos que eram distribuídos contribuíam para esta população poder ser atendida na rua ou encaminhada para as unidades de saúde e equipamentos sociais. O mesmo aconteceu com o CPRJ, neste caso, representado pela Psiquiatra, que atuava com a concepção contrária à internação do paciente psiquiátrico (política antimanicomial) e trabalhava a partir desta perspectiva com moradores de rua visando a ressocialização, a utilização de menor quantidade de medicação e a valorização da participação destes em oficinas de arte, música, geração de renda, etc. O trabalho continuado e sistemático da rede proporcionou, neste caso específico, a transformação de todos os atores sociais, tendo em vista a real possibilidade de uns aprenderem com os outros, (incluindo a população em situação de rua que também compunha a Rede Solidarietà). A rede vista e utilizada como mais um

componente potente que colabora com a melhor forma de atuação das Organizações e, conseqüentemente, dos atores sociais envolvidos, contribuindo assim, com as pessoas que usufruem destes serviços e projetos.

O trabalho interdisciplinar realizado pela ONG, em parceria com as organizações que compunham a rede, também gerava efeitos que possibilitavam maior autonomia deste público no sentido de terem maior mobilidade na cidade, maior possibilidade de escolhas na vida e até mesmo, de reinventar as formas de participar da sociedade vigente. Segundo Katia Aguiar (2003) a autonomia, neste contexto, é entendida como algo em movimento. Está referida ao presente e às circunstâncias em que o cotidiano é produzido. Não é uma condição a ser conquistada para atingirmos o equilíbrio permanente, mas um exercício que também afirma o poder das experiências, das práticas de transformação, do movimento. É através da afirmação do poder das experiências que os trabalhadores sociais se reconhecem e também são reconhecidos nos espaços diferenciados que os compõem.

Todas estas questões supracitadas colaboram não só para a modificação e transformação das práticas profissionais cotidianas, mas também para problematizar e discutir as políticas públicas que estão em curso até os dias de hoje para este público. É a possibilidade de se pensar em atuações macropolíticas a partir da micropolítica e sugerir novas formas de intervir também em uma esfera mais ampla.

Katia Aguiar (2003) ainda aponta a importância do cotidiano no sentido de permitir o exercício das análises micro e macropolíticas, bem como o surgimento das formas de singularizar propiciando o confronto entre as subjetividades existentes (e distintas), ou seja, aquela que reinventa as formas de caminhar e a que mantém a forma dominante de existir.

O cotidiano entra em cena, como espaço/tempo privilegiado ao exercício de articulação das análises micro e macropolíticas. Facultar as formas singulares de participação em que se estabeleçam o confronto de subjetividades, a intensificação das relações de poder e a abertura de espaços polêmicos para o exercício da cidadania, torna-se hoje imperativo ante os caminhos de libertação já circunscritos nas metanarratividades (AGUIAR, 2003, p.69)

O que se percebe, na situação analisadora, é a presença de formas singulares de participação em que se estabelece o confronto de subjetividades, e a abertura de espaços tensionados para o exercício da cidadania entre os

profissionais do projeto analisado nesta pesquisa e àqueles que compõem a rede pública de saúde e de assistência social do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Como já mencionado, N. passou a ser atendido nas Organizações supracitadas e a participar gradativamente das atividades realizadas com outros moradores de rua. Era o início de uma outra etapa na vida de N. e do estabelecimento de novas relações com os espaços, as organizações e as pessoas que faziam parte destas localidades.

Passou então a frequentar diariamente o CPRJ, local onde passava o dia, participava das oficinas e recebia os atendimentos psicológicos, psiquiátricos e de assistência social.

Alguns anos depois, ao encontrar a Psiquiatra que fazia parte da equipe da Organização pública de Saúde Mental e que atuou diretamente com N, ela me informou que N. estava em uma República com mais três pessoas, com acompanhamento da equipe de saúde mental e, provavelmente, retornaria para a casa de seus familiares, tendo em vista que a Assistente Social do CPRJ, conseguiu ter contato com eles em Campo Grande, Rio de Janeiro.

O caminho percorrido pelos profissionais não cessa aqui. A continuidade de se pensar em novas formas de atuação e de reinvenção de práticas profissionais que se diferenciem das já existentes se torna cada vez mais necessário, bem como a criação de ambientes que facilitem e estimulem o surgimento dessas possibilidades de escape e de produção de novas subjetividades para a conquista de vidas mais potentes e fluídas.

### 3.2.1 Jovens da Cidade de Deus: modelizações e escapes atuando como forças presentes em um programa social

Achar a porta  
que esqueceram de fechar.  
O beco com saída.  
A porta sem chave.  
A vida.

*Paulo Leminski*

As histórias que serão contadas nestas linhas referem-se ao projeto mencionado no capítulo 2, que apresenta como objetivo principal desenvolver habilidades dos jovens com o intuito de transformar as suas vidas a partir da inserção no mercado de trabalho. Para tanto, oferece cursos que combinam formação profissional e educação básica.

A equipe é formada por um Assistente Social, dois Psicólogos, um técnico na área de emprego e renda (Psicólogo), um Pedagogo e três Agentes Comunitários. Estes últimos são necessariamente moradores das favelas contempladas pelo projeto – Cidade de Deus, Jacarezinho e Rocinha – possuíam boa mobilidade e circulação nos espaços populares de origem, bem como certa participação na rede comunitária local.

Os dois Psicólogos e o Assistente Social se dividiam em duplas para a realização de atividades de grupo e acompanhamentos individuais com os jovens e seus familiares.

As situações abordadas nesta pesquisa serão referentes ao grupo da Cidade de Deus, mas mencionaremos as demais favelas quando for necessário para melhor contextualização e composição das histórias aqui relatadas. O grupo da Cidade de Deus era formado por jovens, na idade de 17 à 23 anos que, em sua maioria, permaneciam na favela, ociosos, sem realizar atividades que pudessem contribuir para a criação de novas possibilidades na vida, relacionadas ao ensino, ao trabalho e que trouxesse mais possibilidade de conhecimento para todos que ali viviam. Isso pôde ser avaliado nas entrevistas iniciais e durante o processo de trabalho no Programa. Antes de ingressarem no projeto, alguns permaneciam, praticamente, todos os dias nas ruas durante a noite e a madrugada, fora da escola, sem hora para dormir e acordar e, geralmente, trocavam o dia pela noite.

A maioria dos jovens era usuário de drogas (consumiam álcool, balinha, loló, maconha e/ou veneno - mistura de maconha com cocaína, etc) e muitos deles tinham parentes que faziam parte do tráfico de drogas em diferentes pontos das favelas. Muitas vezes, quando a família passava por algum problema e não conseguia uma resolução, seja relacionada à saúde, à falta de dinheiro ou de alimento, desavença na favela, o jovem ou a mãe (esta última, geralmente, assume a posição de chefe da família) solicitava ajuda ao tráfico de drogas, ou seja, o “dono da boca” era quem, muitas vezes, resolvia a situação seguindo a lógica paternalista e do poder “soberano” onde as normas e as regras locais eram determinadas a partir



da definição de quem será beneficiado ou punido, bem como quem irá viver ou morrer na favela.

Alguns jovens deste grupo estudavam, mas boa parte permanecia fora da escola (dos dezenove jovens da Cidade de Deus, aproximadamente, cinco deles estavam inseridos no sistema público de ensino). É importante salientar que, não era uma condição o jovem estar estudando para participar do programa, mas era o papel da Pedagogia fazer a articulação entre as escolas e os jovens, visando uma maior aproximação entre ambos e o possível retorno destes ao sistema de ensino público próximo a sua residência. Vale lembrar também que, muitas vezes, não haviam vagas disponíveis nas escolas do estado e/ou do município, o que dificultava ainda mais tal tarefa. Outra questão, referia-se à alguns jovens que não retornavam para a escola por considerá-la desinteressante e sentiam-se desestimulados em continuar estudando. A gravidez na adolescência, muito comum nestes espaços, também poderia contribuir para a não continuidade, principalmente, das meninas nos estudos.

O programa funcionava em horário integral (de 9h às 17h com intervalo de 1h para o almoço) e os jovens que estudavam, o faziam no turno da noite, o que dificultava bastante a organização da vida daquelas que eram mães, pois teriam que conseguir alguém para cuidar dos filhos neste período e, praticamente não teriam um momento do dia com eles. Como podemos observar, o programa seguia o modelo clássico de “inserção” dos jovens no mercado de trabalho e do ensino formal, sendo bastante direcionado para essa finalidade, conforme preconiza a sociedade disciplinar e de controle, seguindo e retratando um horário de funcionamento compatível com aqueles estipulados para os empregos formais.

Permaneciam no programa durante um ano (recebiam uma bolsa mensal) para posteriormente serem encaminhados para participarem dos processos seletivos e, conseqüentemente, conseguirem um emprego. Vale ressaltar que todo o programa era direcionado para a geração de emprego e renda e, neste sentido, tinha como pano de fundo a padronização do comportamento destes jovens, mesmo que a intenção da equipe fosse proporcionar o que, na visão dos profissionais, era a melhor condição possível para eles. O resultado do projeto era, muitas vezes, medido pela quantidade de jovens que foram direcionados para as oportunidades de emprego.

É importante destacar que muitas políticas e projetos voltados para a juventude visam “inserir-los” nas áreas de serviços, comércio, entre outros, que não são suficientes para dar conta das demandas apontadas pela juventude, bem como da qualificação necessária para ocuparem as oportunidades oferecidas e disponibilizadas pelas empresas. Outra questão refere-se aos projetos e iniciativas que não contemplam a valorização do que vem sendo realizado e produzido nas favelas pelos jovens e que, muitas vezes, não fazem parte das “tendências do mercado”. As invenções existentes nestas localidades poderiam abrir novos espaços para se pensar em uma sociedade mais heterogênea, menos excludente e que abarcasse novas formas de existir. No entanto, quando o “mercado” reconhece alguma iniciativa oriunda dos espaços populares da cidade, geralmente, são cooptadas e transformadas em “produtos” para serem comercializados de acordo com a lógica de consumo, do lucro e da produção de subjetividade dominante.

A inserção no mercado de trabalho apresentava algumas possibilidades que, muitas vezes, não condiziam com a expectativa em conseguir um emprego diferente dos já conhecidos por este público, tais como: caixa, recepcionista, atendente, auxiliar de serviços gerais, camareira, cozinheira, jovem aprendiz, entre outros que seguiam o mesmo padrão. Tornarem-se empreendedores era outra possibilidade, mas geralmente não acontecia, de fato. O máximo alcançado neste sentido era o jovem fazer trabalhos por conta própria na área da estética (Cabelereiro e Design de sobrancelha) o que poderia ser realizado em sua própria casa ou na casa das pessoas que, geralmente, eram localizadas na própria favela. Na Rocinha, por exemplo, foi uma das formas encontradas pelos jovens durante o período das festas de final do ano, mas vale ressaltar que na Cidade de Deus o curso profissionalizante adotado era na área administrativa.

Alguns sentiam-se visivelmente frustrados, tendo em vista que o programa, de certa forma, criava uma expectativa significativa em relação às oportunidades de trabalho a serem conquistadas, mesmo sem perceber. Quando se deparavam com os empregos oferecidos pelo mercado e conseguiam um trabalho (o que também não era tarefa fácil), vivenciavam uma experiência impactante e não condizente com o esperado. A gestão da pobreza passa a ser constituída por programas disciplinares e/ou voltados para a geração de emprego e renda direcionados aos desempregados, aos jovens “vulneráveis” com o objetivo de direcioná-los

paratrabalhos precários e menos valorizados, reforçando a política neoliberal vigente.

Todas as ações do projeto tinham como objetivo e expectativa de impacto social, ter os jovens empregados, como se isso fosse o mais importante para este grupo e fácil de ser alcançado, apesar das parcerias realizadas pelo Programa com empresas públicas e privadas para a realização dos “encaminhamentos necessários”. O programa pertence a uma empresa que atua na área da indústria, o que já nos traz algumas pistas e uma série de elementos importantes para serem analisados e pensados nesta pesquisa. O poder disciplinar surge na nossa sociedade nos séculos XVII e XVIII com o intuito de formar corpos úteis, dóceis e preparados para a produção e o futuro, o que se dá através da vigilância das atividades do corpo, do controle dos horários, pela observação dos procedimentos, dos comportamentos de forma minuciosa e pela presença física de quem vigia, como acontecia no Programa pesquisado durante as atividades realizadas, quando o poder disciplinar era exercido pelos profissionais de forma sistemática e contínua, coexistindo com a sociedade de controle. O desenvolvimento de saberes sobre os indivíduos, através da descrição dos padrões desejados de comportamento e de um controle que se interioriza nas pessoas em função daquilo que deveriam ser, estabelece um modelo a ser seguido. A disciplina é uma técnica de poder, um dispositivo que permite o controle minucioso das operações do corpo e produz homens necessários ao funcionamento e a manutenção da sociedade industrial, muito presente em nosso cotidiano. Estes e outros aspectos mostram-se muito presentes no programa analisado e, conseqüentemente, são também produzidos pelos profissionais que o compõe. De acordo com Foucault (1979), o olhar que observa para controlar é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para pontos mais altos da hierarquia de poder.

O programa funcionava com atividades de ensino básico, ensino profissionalizante e atividades de grupo (desenvolvimento humano) com os profissionais de Psicologia e Assistência Social. Estes grupos, segundo a visão estratégica da organização responsável, deveria seguir uma metodologia específica, apreendida pelos profissionais, que passaram, necessariamente, por um processo de formação em Terapia Comunitária Integrativa (TCI), no Estado do Ceará. Qual era a finalidade dos grupos? Que tipo de questões eram e/ou deveriam ser abordadas neste espaço?

É importante lembrar que, para o programa, o objetivo dos grupos era desenvolver habilidades destes jovens para a inserção no mercado de trabalho após um ano e quatro meses de participação deles neste processo. Habilidades estas que compõem o capital humano e a possibilidade de conseguir um emprego de acordo com o que era oferecido pelo mercado de trabalho e, como já relatado no capítulo 2, a possibilidade de analisar e reinterpretar em termos estritamente econômicos um campo que, até então, era considerado não econômico. A economia passa a ser também definida como a ciência do comportamento humano.

O questionamento sobre a finalidade do grupo será melhor respondida e problematizada ao longo desta pesquisa que terá como analisador a situação descrita a seguir.

Desta forma, este breve relato possibilitou dar maior visibilidade sobre o programa em questão, destacando alguns pontos considerados importantes e que servirão para melhor análise da situação descrita. Esta, por sua vez, se aterá à atuação dos profissionais que intervêm sistematicamente na Cidade de Deus, principalmente, nas atividades de grupo realizadas pelas duas profissionais da área psicossocial. O trabalho realizado nas outras favelas que faziam parte do Programa e pelos outros profissionais será mencionado, mas a ideia não será aprofundá-lo nestas linhas.

### 3.2.2 Cidade de Deus: o grupo como possibilidade de produção de desejo

Um pouco de possível senão eu sufoco

*Gilles Deleuze*

Diante deste cenário inicial sobre o projeto, a pesquisa, como já relatado nestas linhas, terá como recorte as atividades de grupo realizadas por duas Psicólogas do Programa com os jovens moradores da Cidade de Deus.

Os profissionais iniciaram as atividades em janeiro de 2014, período em que os encontros ocorreram nas três favelas que faziam parte do programa – Cidade de Deus, Jacarezinho e Rocinha.

Nos anos anteriores os profissionais tentaram utilizar a metodologia preconizada pelo projeto sem muita problematização e análise sobre os seus efeitos no coletivo pesquisado. No entanto, quando este novo grupo iniciou, em 2014, parte da equipe técnica já havia avançado um pouco mais, em relação à discussão sobre a metodologia de trabalho e o fato de envolver os jovens na construção das atividades se mostrava cada vez mais necessária. Desta forma, os profissionais iniciaram as atividades com um seminário sobre juventude que fora construído com a participação dos jovens das turmas anteriores, iniciadas em 2013, em conjunto com aqueles pertencentes às novas turmas (2014). O evento foi claramente organizado para e por jovens em conjunto com a equipe técnica, o que se mostrou um avanço neste projeto.

É importante ressaltar que as mudanças na forma de atuação ocorreram a partir da iniciativa dos profissionais da equipe, contrariando, em alguns momentos, as diretrizes estabelecidas pela Coordenação estratégica do Programa, situada em Brasília. Preconizavam o uso de algumas metodologias que enrijeciam o processo de trabalho e geravam efeitos nos jovens e nos profissionais que serão analisados nestas linhas. Um dos exemplos é a proposta da utilização, na íntegra, da Terapia Comunitária Integrativa nas atividades de grupo.

Os psicólogos e o assistente social até pensavam em utilizar tal metodologia da forma como fora aprendida, muito mais pelas cobranças que vinham da Coordenação estratégica do que, de fato, considerá-la interessante para ser aplicada na íntegra, o que não foi possível acontecer, tendo em vista a necessidade de adaptação da metodologia para as localidades onde seria utilizada (estrutura, espaço físico, material disponível, cultura regional) e para os grupos, neste caso, formados por jovens cariocas, que apresentavam as suas especificidades em função da localização onde residiam, modos de vida, interesses, desejos, linguagens próprias, entre outras questões. A necessidade de mudanças na metodologia em relação às atividades de grupo foi fundamental, tendo em vista a importância da efetiva participação dos jovens, de acordo com as suas possibilidades, neste processo que deveria ser pensado e construído coletivamente.

Os profissionais utilizavam parte da metodologia supracitada, que possui técnicas interessantes de grupo, bem como geravam reflexões importantes, mas discutiam entre si sobre a necessidade de adaptação as condições locais conjugadas a outras atividades que abarcassem, de forma mais interessante, as

demandas apresentadas pelos jovens, utilizando linguagens que fossem mais próximas de seus modos de vida. Sendo assim, foi iniciada então, uma construção das atividades com a participação dos jovens, no sentido de abordar questões e temas que fizessem parte do cotidiano de suas vidas e fossem, de fato, interessantes serem discutidos. Estes temas também passavam por modificações de acordo com os acontecimentos da semana, da localidade e da possibilidade de escolha de outros assuntos que pudessem ser abordados e pensados por todos. Vale ressaltar que a ideia era uma tentativa de aproximar e envolver mais os jovens na construção do processo de trabalho, de acordo com as possibilidades dos profissionais envolvidos.

As atividades de grupo iniciaram em março de 2014 e, considera-se importante destacar que os jovens, nos primeiros meses, apresentavam “queixas” frequentes relativas ao programa, condições de vida, brigas conjugais, familiares e muitas dificuldades em ouvir um ao outro, bem como os profissionais que atuavam no campo social. Falavam quase que ininterruptamente todos ao mesmo tempo, sempre com muita agressividade e em tom de reclamação. Esta forma praticamente impedia a realização de um trabalho “coletivo”, o que parecia ser uma forma de paralisar a atividade de grupo e/ou de impedir que os seus desejos fossem “facilmente capturados” pelos “especialistas”, tendo em vista a resposta dos jovens da Cidade de Deus e dos outros dois grupos pertencentes às favelas onde o projeto funcionava. Uma forma de resistência (no sentido político e não psicanalítico) a essa captura sutil, ao que Foucault (2008) se refere como “prosseguimento disciplinar da confissão” que poderia estar incluído na referida escuta. Para Foucault, a confissão possibilita o acesso à mente e aos segredos íntimos das pessoas, bem como um saber da consciência do indivíduo e a capacidade de conduzi-la. É uma forma de poder orientado para a produção da verdade destes sujeitos.

Neste projeto, a confissão mostra-se como uma das formas de controle e “domínio” da equipe técnica sobre a população pesquisada, a partir das queixas supracitadas.

Era perceptível tanto a dificuldade de comunicação quanto o estabelecimento de limites nas relações entre os jovens e destes com a equipe responsável por esta atividade. Seguir as regras e as normas definidas pelo programa e, conseqüentemente, pelos profissionais que dele faziam parte não acontecia nos encontros iniciais. Regras e normas determinadas pelo programa de forma rígida,

sem haver a efetiva participação dos jovens na sua construção e formulação. As definições relacionadas ao programa, como, por exemplo, o horário de funcionamento, de início e de término das aulas (pela manhã e à tarde), horário do almoço, os cursos profissionalizantes que seriam disponibilizados, pois eram pré-determinados e, muitas vezes, modificados durante o processo de trabalho, mesmo já tendo sido previamente planejados e divulgados para os jovens. Os cursos mencionados, bem como os de arte e cultura, eram oferecidos por parceiros e as articulações demonstravam certa fragilidade, o que acarretava em cancelamentos ou transferências nas datas de início e, em alguns momentos, lacunas importantes entre o término de uma atividade e o início da próxima que deveria acontecer logo em seguida, a fim de evitar que os jovens permanecessem ociosos, reeditando o que já acontecia antes de participarem do projeto. Esta situação efetivaria também o não cumprimento do que foi acordado e planejado previamente entre o Programa e os jovens participantes.

Todas estas questões geravam modificações na programação de todo o projeto dando a impressão, aos jovens e seus familiares, que havia, uma certa, desorganização na estrutura e no seu funcionamento, o que gerava efeitos importantes que culminavam na dificuldade de se estabelecer uma relação de confiança e de maior credibilidade com os participantes, refletindo diretamente, nas atividades de grupo que aconteciam sob a forma de constante reclamação por parte dos jovens.

Sendo assim, era muito importante, os profissionais estarem atentos também, para avaliar se o dispositivo montado pela equipe servia como um deflagrador apropriado para processos autoanalíticos e autogestivos deste grupo, ou se multiplicaria em demandas faltosas. Tudo indica que tanto as demandas faltosas quanto os processos autoanalíticos e autogestivos foram deflagrados, tendo em vista, certa configuração da escuta que foi se modificando ao longo do programa nas atividades de grupo.

Os grupos tanto na Cidade de Deus quanto no Jacarezinho e na Rocinha eram conduzidos por Psicólogas, conforme mencionado, e essa condição profissional e de formação tende a criar um espaço de escuta muitas vezes marcado pelo essencialismo, (demanda produzida pela equipe) que, de certa forma, estimula os jovens a trazerem as suas queixas, dores, tristezas e, muitas vezes, se posicionarem como “sujeitos da falta” e/ou vítimas e, conseqüentemente, os jovens tendem então

a assumir o lugar de analisados. Isso independe da filiação profissional ser de base Psicanalítica ou outra abordagem da Psicologia (Psicoterapia). Neste caso, os grupos da Cidade de Deus eram permeados pela visão psicológica e de formação dos profissionais, bem como pelas rodas de Terapia Comunitária Integrativa (T.C.I.) que tinham como premissa, trabalhar com a partilha de situações vivenciadas pelos membros do grupo, apesar de a metodologia, em alguns momentos, gerar certos questionamentos, não cabendo maior aprofundamento nestas linhas. Também é interessante observar o quanto, nesta metodologia, os saberes se tornavam equivalentes, tendo em vista a possibilidade dos participantes partilharem as suas histórias e sentimentos.

Em contrapartida, percebe-se que atuar apenas com esta ferramenta não estava sendo interessante e suficiente pelo modo, “psicologizante” de abordar o grupo e pela repetitividade, necessária, de algumas técnicas da T.C.I., tendo em vista que a reincidência fazia parte da metodologia, tornando-a um pouco desestimulante para o grupo e, principalmente, para os jovens, o que pode ser percebido através de algumas falas: “ Vamos novamente fazer a roda? Isso está ficando chato”.

Nota-se que o fato de haver a realização de atividades de grupo, não garante, segundo Katia Aguiar e Rocha (2010), a abertura à reinvenção e ao novo, às novas possibilidades de vida, mas podem estar a serviço do apaziguamento de inquietações ou até mesmo de justificativas para procedimentos medicalizantes. Este último, não fazia parte do cotidiano deste projeto, mas o grupo atua também como um mecanismo potente de modelização do coletivo nas diversas áreas de atuação (saúde, educação e social).

No caso do programa em questão, a dupla de Psicólogas tentou trilhar caminhos diferentes, a partir de um determinado momento, e passou a “transformar” a atividade de grupo em uma forma de resistir às regulações e ao controle, produzidos pelo programa, na tentativa de criar novas subjetividades e outras formas de atuação com o público participante que possibilitassem a produção de desejo. Tudo isso aconteceu a partir de reuniões sistemáticas da dupla de psicólogas e da, conseqüente, análise sobre as práticas utilizadas que, inicialmente, vinham sendo realizadas a partir de atuações mais interiorizadas e que valorizavam a essencializaçãodo sujeito que poderá ser melhor compreendido ao longo desta pesquisa.



Katia Aguiar e Rocha (2010), afirma o fato de a psicologia ser permeada por forças que são (re) ativadas em diferentes momentos. Estas instauram tensões no campo das práticas sociais, bem como em projetos e programas formatados para o ensino (seja ele formal ou profissionalizante). Uma dessas forças diz respeito à aliança entre psicologia e ciência, baseada no saber médico que, muitas vezes, individualiza, determina e limita as possibilidades do sujeito, não levando em consideração as multiplicidades existentes no campo da ação cotidiana. A autora aponta ainda, que o profissional que atua no campo e em contato direto com as pessoas acaba não utilizando os efeitos das práticas cotidianas como algo que possa promover mudanças no campo micropolítico e, dependendo da sua extensão, chegar a ser macropolítico também. Essas análises, comumente, são realizadas pelos especialistas, pesquisadores e, geralmente, não são pensadas por aqueles que constroem o dia-a-dia do trabalho, que “deveriam” ser os maiores interessados neste tipo de intervenção com a possibilidade de inventar novas práticas sociais que, de fato, gerassem questionamentos e mudanças importantes nas formas de atuação profissional no campo social.

A vida destes jovens nas favelas era muito difícil e as queixas, em muitos momentos, eram legítimas, tendo em vista as dificuldades encontradas nestes espaços, principalmente, em relação à moradia, a falta de dinheiro para o sustento da família, alimentação e higiene adequadas, insegurança, exploração nas relações estabelecidas, desigualdade social, discriminação, a forte presença do tráfico de drogas, as inúmeras operações policiais, violência intrafamiliar, entre outros acontecimentos, muitas vezes, relatados com maiores detalhes durante os atendimentos individuais.

Por outro lado, também ficou claro que o excesso de queixas durante a realização das atividades de grupo impossibilitava pensar coletivamente sobre as questões apresentadas pelos jovens, bem como nos caminhos possíveis para as mudanças necessárias que pudessem gerar a criação de novas formas de pensar sobre a favela, a sociedade e a vida desses jovens inseridos em uma rede social que está em constante movimento.

Para que as atividades de grupo pudessem, de fato, servir para gerar autonomia nos jovens, era fundamental que toda a equipe mudasse a forma de intervir, os profissionais fizessem a análise das implicações e a metodologia de trabalho fosse, conseqüentemente, renovada, o que era bem mais difícil acontecer.

Desta forma, as análises se concentrarão no grupo da Cidade de Deus e na dupla de Psicólogas atuantes neste espaço, tendo em vista o recorte da pesquisa, como anteriormente mencionado.

Para tanto, fez-se necessário que os profissionais se disponibilizassem a pensar e discutir entre si sobre a importância de ampliar o olhar sobre a juventude e, principalmente, os jovens que ali viviam, bem como para a forma de realizar o trabalho que, naquele momento, deveria ser revista e transformada. A forma de intervenção que estava em andamento propiciava que o coletivo pesquisado fosse produzido sob uma identidade da falta, da carência e da insegurança. Era necessário mudar o nosso olhar e analisar as instituições que nos atravessavam, bem como o que estávamos produzindo naquele grupo. Era muito importante que os profissionais construíssem ferramentas que fizessem operar deslocamentos das queixas para a elaboração de demandas que surgissem do cotidiano dos jovens. Criar condições e um ambiente que estivesse voltado para a autonomia deste grupo.

A análise da implicação se faz presente em todo o processo de trabalho como vem sendo discutido nesta pesquisa e desta vez não seria diferente. As Psicólogas em questão a partir da análise de implicações, problematizações sobre aquela juventude e sobre a própria prática, seguiam em direção à transformação gradativa da atuação no grupo e, conseqüentemente, no programa. Se encontravam frequentemente para realizar o planejamento das atividades e fazer a avaliação sobre os seus efeitos no grupo, o que contribuiu bastante para que outras práticas fossem pensadas e experimentadas ao longo do trabalho com o coletivo estudado. As atividades e os posicionamentos dos jovens nos faziam pensar sobre a nossa intervenção no grupo, mas também no projeto como um todo. Por mais que conseguíssemos pensar sobre as práticas e levássemos esta reflexão para toda a equipe técnica com o intuito de problematizar as formas de atuação presentes no programa, as visões eram distintas e a forma instituída de atuar era predominante apesar de termos conseguido algumas mudanças e avanços ao longo do tempo. Nas atividades de grupo, mudar a forma de fazer, era mais fácil, pois éramos duas profissionais com pensamentos e ideias menos instituídas, rompendo, quando possível, com as formas mais rígidas de atuação que reforçavam a relação hierárquica de saber-poder estabelecida entre os especialistas do programa e os jovens participantes.

Outra questão importante e que nos fazia pensar mais sobre as histórias que nos eram apresentadas e discutidas no grupo, relacionava-se às diferentes visões existentes entre os jovens e os profissionais, em relação às situações cotidianas da vida. O cuidado da nossa visão não determinar a melhor forma de pensar e de se comportar sobre os diversos temas abordados era muito importante e a atenção com o nosso posicionamento e os atravessamentos era redobrada. Quando trabalhávamos com o tema referente a relação de gênero, muitos jovens diziam ser natural as relações entre os casais serem permeadas pela violência ou pela desigualdade nas relações. Durante a atividade, um jovem disse:

“Aqui não é assim não! Na favela ou o homem trabalha e sustenta a mulher ou a mulher trabalha e sustenta o homem. Tem mulher que trabalha, chega em casa e o homem tá sentado no sofá vendo TV”. E acrescentou: “Aqui muita mulher apanha do marido. É assim aqui na favela, não tem jeito não”.

Era interessante observar que a abordagem sobre as relações de violência exercidas por um sexo sobre o outro é vista apenas sob o aspecto conjugal, mas não sob o aspecto ativo da agressão que infiltra todo o tecido social.

Assim, vimos que o principal era problematizarmos essas e tantas outras questões e temas sobre a vida como também fazendo parte da trama social, sem desconsiderar a visão dos jovens e nem impor um ponto de vista a partir do nosso referencial. Aquele espaço poderia ser utilizado com o intuito de construirmos novas formas de olhar e compreender as questões apresentadas, e discutidas percebendo que aquele processo era transformador tanto para os profissionais quanto para os jovens. Para tanto, era importante pensarmos na forma de atuação e nas ferramentas que seriam utilizadas para que, de fato, este espaço pudesse produzir a autoanálise, a autonomia e, quem sabe, momentos de exercício de autogestão deste coletivo que a cada dia ia se fortalecendo e se potencializando.

Os profissionais passaram então a fazer intervenções que ampliassem não só a discussões no grupo, mas que propiciassem os jovens a serem mais autônomos, pensassem sobre a sua posição no mundo, a mobilidade na cidade, atuações mais críticas e potentes tanto localmente quanto na vida. Desta forma, a atuação neste grupo passa a ser modificada por outras mais dinâmicas e que se utilizavam de ferramentas disponíveis para tal finalidade, tais como: o audiovisual, a fotografia, técnicas de teatro, exibição de filmes, a dança, os cafés coletivos, a arte, entre

outras consideradas atrativas e interessantes por todos. Essas ações os estimulavam a pensar sobre as relações estabelecidas na favela, na cidade, a importância de estarem mais presentes nas redes sociais existentes e em eventos locais realizados por outros jovens e moradores da Cidade de Deus. Outras modificações foram realizadas e incluídas no processo de trabalho, quando possível, tais como: as idas aos teatros, cinemas, centros culturais, que passaram a integrar a programação através de parcerias com organizações governamentais e não governamentais na área da cultura, acrescidas de outras ações neste sentido. Estes eventos propiciavam além do acesso aos equipamentos culturais, maior mobilidade deste grupo nos diversos bairros, passando pela zona sul, região portuária e os diferentes espaços existentes na cidade. Era muito comum os jovens permanecerem nos locais onde residiam e circularem muito pouco pela cidade. Havia algumas questões que colaboravam para isso, como a dificuldade de transporte, falta de dinheiro para se locomoverem, o medo de transitarem fora da favela e serem apreendidos por conta do preconceito, insegurança da família que, muitas vezes, não os deixavam sair daquele espaço já conhecido.

A ideia era que o conjunto de ações permitisse que estes jovens começassem buscar novas possibilidades para as suas vidas, ampliassem seus repertórios e percebessem suas potencialidades que poderiam ser expressas e elaboradas a cada encontro.

Desta forma, foi possível perceber o crescimento deste grupo ao longo do tempo, mesmo estando em um projeto tão rígido e totalmente voltado para a inserção no mercado de trabalho. As atividades de grupo pareciam ser uma das brechas encontradas pelos profissionais para o desvio e de aventar novas possibilidades mais criativas de existência deste coletivo. Para os profissionais também era o escape necessário diante de tantas produções que remetiam apenas ao instituído. Ao mesmo tempo, convivíamos com formas de regulação e de controle deste grupo que se dava também sob a forma presencial e, conseqüentemente, disciplinadora do Agente Comunitário, que estava diariamente com os jovens, mas também dos próprios profissionais da equipe técnica, que estavam na favela semanalmente.

Ao mesmo tempo o controle também se dava através de estatísticas, da utilização de planilhas e do uso da tecnologia, que se faziam presentes no programa, funcionando como formas eficazes e eficientes de gestão da

Organização. Todas estas forças coexistiam e atuavam simultaneamente, o que gerava tensionamentos importantes no campo social.

Se por um lado as atividades de grupo iam “avançando” e, de certa forma, trazendo alguns resultados interessantes e, até mesmo, surpreendentes, no sentido de produzir desejos, novas subjetividades e singularizações, ao mesmo tempo a vigília e o controle, através da tecnologia, da estatística e da presença física dos profissionais eram mecanismos cada vez mais potentes de modelização utilizados pelo programa.

Em um determinado momento do projeto, houve a determinação da Gerência responsável pelo Programa no Rio de Janeiro, que fosse colocado em prática a regra de frequência utilizada nas escolas públicas (de ensino formal) e, desta forma, os “alunos” que atingissem o limite estipulado de seis faltas mensais, seriam desligados. A implementação desta “norma” era inviável, tendo em vista que estávamos lidando com um programa social que, em tese, deveria ser mais flexível e, de certa forma, exigia uma atuação mais construtiva, participativa e próxima da vida de seus participantes diretos. Além disso, o programa funcionar também como uma escola formal seria um retrocesso significativo e altamente desestimulante tanto para os jovens quanto para os profissionais.

De acordo com a visão da gerência citada, esta frequência deveria ser feita e controlada pelo Agente Comunitário (que acompanhava os jovens diariamente) e enviada para a área administrativa (localizada em outro bairro da cidade) que, através de uma planilha, sinalizaria os profissionais do campo quais os “alunos” não deveriam permanecer no Programa, a partir destes critérios. A decisão final seria dos técnicos (Psicólogos e o Assistente Social que atuavam diretamente nos grupos) que deveriam devolver a resposta para a área Administrativa com as justificativas dos tais desligamentos.

Desta forma, esta determinação excludente e disciplinadora passou a propiciar maior aproximação dos profissionais com os jovens, tendo em vista que a questão foi compartilhada em grupo e os desligamentos não ocorreram conforme esperado pela gerência, apesar da “pressão” e do constrangimento exercido pela área administrativa através das planilhas enviadas por e-mail mensalmente a área Psicossocial (com cópia para outros profissionais da equipe, incluindo a Coordenação). O processo foi conduzido de forma que levasse em consideração o fato de estarmos na atuação direta com os jovens e no sentido de fortalecer os

vínculos com eles, através do compartilhamento desta situação em grupo para que pudéssemos pensar juntos sobre as formas de conduzir tal processo de maneira mais humana, contrariando as “diretrizes de trabalho” determinadas pela organização. Desta forma, resolvemos não justificar as “faltas” e devolver as respostas apenas com as nossas decisões de mantê-los no programa e apenas redirecionar, no caso da Cidade de Deus, aqueles que estavam passando por situações mais difíceis e não teriam como continuar, tendo em vista, inclusive, a dificuldade de acompanhar o trabalho que estava em curso naquele momento.

Com o tempo, pode-se perceber que o grupo foi se tornando cada vez mais coeso, participativo, permeado por relações mais afetuosas e de confiança entre os próprios jovens e deles com a equipe técnica (principalmente a dupla de Psicólogos), o que também criava um ambiente mais estimulante para a realização das atividades de grupo que, conseqüentemente, tornavam-se mais interessantes para todos. Após alguns meses de trabalho e as duas profissionais experimentando diferentes formas de atuação no grupo, os jovens passaram a permanecer no espaço por mais tempo, mesmo após o término das atividades, o que não acontecia nos meses iniciais quando iam embora rapidamente ou solicitavam o término das atividades antes do tempo programado e disponibilizado para a sua execução. Todos esses acontecimentos passaram a chamar a atenção dos profissionais. O que havia acontecido, de fato, que ocasionou mudanças significativas desse grupo?

Começamos a notar que este grupo estava passando por modificações ao longo do tempo e tentando se organizar coletivamente para algumas pequenas ações que foram se apresentando cotidianamente, tais como: colaborar com outra colega que estava precisando de ajuda, organizarem um café da manhã coletivo, solicitar conversas e reuniões a fim de reivindicarem os seus direitos no Programa, entre outras ações organizadas por eles.

Em uma quarta-feira, dia em que era realizada a atividade de grupo na Cidade de Deus, as duas Psicólogas responsáveis iriam realizar o trabalho a partir de um tema específico que fora levantado pelo grupo na semana anterior como um dos escolhidos para serem abordados, mas naquela semana os jovens estavam muito agitados e afetados por acontecimentos violentos ocorridos na região. Uma das jovens do grupo havia sido baleada nas costas durante uma briga entre dois homens ocorrida na rua, após o baile funk que acontecia todos os domingos em uma localidade da favela, normalmente frequentada pelos jovens como uma das

possibilidades de diversão e lazer. Dois rapazes do grupo estavam com a jovem no momento do ocorrido. Durante a atividade de grupo os dois mostraram-se bastante abalados e sentiram a necessidade de falar sobre a situação. Um deles disse: “Poderia ter sido qualquer um de nós. Eu só pensava em vocês e queria que o dia do grupo chegasse logo para falar com vocês. Que bom poder falar disso aqui”.

Sendo assim, a atividade, que aconteceu dois dias depois, não foi realizada conforme o planejado, mas o tema fora adaptado ao momento e ao assunto abordado pelos jovens que estavam muito mobilizados e sentiam a necessidade de aproveitar aquele espaço para falarem a respeito, elaborarem melhor aquela situação, compartilhar os seus sentimentos, as sensações de medo, a insegurança e questionarem sobre o direito a diversão na localidade onde moravam. Os jovens sentiam-se nitidamente entristecidos e preocupados com os últimos acontecimentos na região. Desta forma, o trabalho de grupo aconteceu em torno deste tema, tendo como desdobramento a organização dos jovens, por iniciativa própria, em ajudar a amiga, através de uma escala diária em que cada um ficaria na casa da jovem um dia da semana e, por este motivo, faltariam um dia ao programa, naquele período, mesmo tendo sua bolsa “descontada” nos dias de ausência. A atividade propiciou a autoanálise e a auto-organização deste grupo para uma ação concreta e solidária, o que até então ainda não havia acontecido. Percebemos que o espaço do grupo propiciava o fortalecimento do coletivo que começava a se organizar para as pequenas ações do cotidiano de forma autônoma. O processo de autoanálise acontecendo simultaneamente ao da auto-organização, o que propiciava a articulação das pessoas enquanto coletivo e a possibilidade de se organizarem para construir dispositivos necessários para produzir e conseguir os recursos de que precisam para a melhoria ou manutenção das suas próprias vidas (BAREMBLITT,1992)

A jovem, de 18 anos, que fora baleada, morava sozinha e ajudava o irmão, a cunhada e a sobrinha que estavam, temporariamente, morando na sua casa, mas que, segundo relato dos jovens, não iriam ajudá-la, pois “estavam com um filho recém nascido”. A casa era mantida com a bolsa do programa e a ajuda de um amigo que colaborava financeiramente com ela.

Este episódio aconteceu em um período em que as atividades de grupo estavam mais consolidadas e, pode-se notar, as mudanças e as transformações que este grupo vinha sofrendo durante o processo.

Depois de algum tempo, pode-se notar que alguns jovens já começaram a pensar sobre a vida e as possibilidades futuras de forma diferente. Esboçavam o desejo de ingressarem em uma universidade, uma delas disse querer sair do país, tendo jogado futebol durante algum tempo no Rio de Janeiro e essa possibilidade, de fato, existia. Pensamentos, ideias e (des)caminhos que se diferenciavam daqueles que apontavam apenas para conseguir um emprego precarizado ou indicavam certa falta de perspectiva. Se essas questões iriam se concretizar ou não, é outra história, mas o fato de vê-los cogitando outras formas de estar no mundo e saírem do lugar daqueles que são apenas vitimizados já era um avanço significativo.

A visão capitalista tem como premissa determinar como e em que as pessoas vão pensar, o que irão produzir e como irão estabelecer as suas relações sociais na expectativa de que sejam educados e enquadrados nos “perfis” exigidos para as oportunidades de trabalhos formais existentes para este público.

O grupo da Cidade de Deus nos surpreendeu pelo fato de ter mudado gradativamente, não só em relação às atitudes individuais, mas, principalmente, coletivas. Aquela atividade propiciava a produção de desejos e a criação de novas possibilidades para a vida dos jovens, o que parecia estar sendo conquistado através da luta cotidiana e da construção de um coletivo cada vez mais potente e solidário.

Ao longo desta trajetória relatada até aqui, bem como durante o ocorrido no final do projeto em 2015, período em que vários problemas administrativos ocorreram, pode-se notar que as soluções encontradas para os problemas ocorridos se deram a partir do próprio grupo, sem que houvesse alguma intervenção direta e hierarquizada da dupla de profissionais.

No final do ano, a área administrativa, apresentou diversos problemas relacionados ao pagamento das bolsas destes jovens que passaram a ser entregues com valores errados e em datas diferentes das combinadas. Houve mudança na forma de recebimento dos valores, o que os deixou muito desestimulados, tendo em vista que haviam organizado a vida, a partir da utilização do dinheiro recebido através da bolsa, conforme a data de recebimento estipulados mensalmente e os valores, conforme combinados.

Os jovens das três favelas que faziam parte do projeto reclamaram muito, passaram a faltar e a não participar das diversas atividades existentes no programa,



havendo, inclusive, um esvaziamento significativo das atividades de grupo, bem como se posicionaram de forma mais agressiva, o que era legítimo e compreendido pelos Psicólogos em questão, tendo em vista que o projeto não havia cumprido a sua parte neste processo. Os jovens da Cidade de Deus, além de assumirem os comportamentos supracitados, também se organizaram em um grupo menor, que atuou como representante dos demais e se dirigiu ao escritório do projeto, no Centro da Cidade, a fim de solicitar uma reunião com a Coordenação Técnica, em busca da resolução dos problemas mencionados.

Estes jovens além de reagirem e enfrentarem o problema de forma agressiva, utilizando a violência verbal e as ameaças como “armas” potentes de luta pelos seus direitos, em um segundo momento, quando se organizaram em um grupo menor, foram não só reivindicar seus direitos, mas buscar soluções, a partir de uma reunião com o responsável por esta interlocução. Como relatado anteriormente, os jovens no início do programa, resolviam as suas questões apenas através de brigas, discussões e ameaças, o que muitas vezes, não os levava a resolução das questões, de fato, pois permaneciam na favela e ocupavam o lugar da reclamação e da falta apenas. Passaram, por iniciativa própria, a trilhar outros caminhos e, conseqüentemente, a buscar novas formas de resolver suas próprias questões.

Neste momento, foi possível perceber o quanto era importante eles poderem experimentar outra forma de falar sobre o que estava acontecendo e incomodando, na tentativa de encontrarem soluções diferentes daquelas que os deixavam ocupando o lugar apenas de vitimizados. O mais interessante é que diziam sentirem-se melhores fazendo desta forma, pois era a possibilidade de elaborarem as próprias questões, falarem o que pensavam de forma organizada, coletiva, clara, objetiva e direta, mas também de poderem ouvir o que estava acontecendo, de fato, na tentativa de chegarem a um acordo e a resolução do problema.

Os jovens não deixaram de dizer o que pensavam e de lutar pelos seus direitos, apenas experimentaram outra forma de fazê-lo. Tornaram-se mais independentes e autônomos no que se refere ao processo de tomada de decisão. Claro que ainda havia um longo caminho pela frente, mas até aquele momento, pôde-se notar que aqueles jovens, haviam saído do lugar apenas da reclamação e buscaram novas possibilidades de resolverem as suas questões seja de forma mais organizada e coletiva, seja de forma mais agressiva ou violenta.

Conforme mencionado nestas linhas, é muito importante que os profissionais tenham um olhar para a juventude das favelas, para além da falta, da criminalidade e do risco. A ideia é que estes jovens não sejam vistos de forma estigmatizada, como jovens da favela ou de “projeto/programa social”. A juventude é heterogênea, múltipla e diversa, e como afirma Cordeiro (2009) o jovem vive múltiplos pertencimentos (na escola, no trabalho, na igreja, no lazer, por exemplo) sendo atravessado pelas condições concretas da vida.

Desta forma, é fundamental que os especialistas da área social atuem de forma mais participativa, micropolítica, valorizando o olhar dos jovens sobre as questões da vida, estimulando a produção de novas subjetividades e lembrando-se, acima de tudo, que estamos falando de juventudes heterogêneas e com potencialidades significativas que devem ser estimuladas cotidianamente. A ideia é pensar em cidadania enquanto conquista de espaço público, práticas éticas, onde as estratégias e a produção da realidade sócio – política seja fruto de uma intervenção coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS?

O nômade não é forçosamente alguém que se movimenta: existem viagens no mesmo lugar, viagens em intensidades, e mesmo historicamente os nômades não são aqueles que se mudam à maneira dos imigrantes; ao contrário, são aqueles que não mudam e põem-se a nomadizar para permanecerem no mesmo lugar, escapando dos códigos.

*Gilles Deleuze e Félix Guattari*

Nas histórias e situações relatadas nestas linhas, o que está em jogo são as relações hierarquizadas de poder estabelecidas entre os especialistas e as pessoas que compõem as camadas mais pobres da sociedade que, neste caso, trata-se das moradoras das favelas, das ocupações e das ruas da cidade do Rio de Janeiro. O poder é mantido e aceito pelo fato de produzir discursos, saberes, comportamentos, ideias e pensamentos que atuam como sistemas de controle da população e são considerados como uma rede que atravessa todo o tecido social de maneira positiva. Relações estabelecidas a partir dos regimes de verdade, da disciplina e do controle contínuo da população baseados, na vigilância, na tecnologia, no lucro, na economia, na neutralidade, entre outros mecanismos de poder, que puderam ser melhor percebidos nas situações analisadas nesta pesquisa.

Em relação às considerações serem finais, fica a dúvida. Estas considerações, a meu ver, não serão as finais, mas estarão em constante análise e movimento no campo social e se farão presentes durante toda a minha trajetória de vida. Serão contínuas, mas não lineares e, conseqüentemente, transformadas e modificadas de acordo com o fluxo, a trajetória, os desvios, os atravessamentos, as produções subjetivas e os (des) caminhos dos profissionais envolvidos neste campo de atuação. Como as discussões, as análises e as problematizações sobre as práticas não terminam aqui, servirão também como o início de um novo olhar sobre as relações estabelecidas entre trabalhadores sociais e os efeitos de suas práticas no público participante dos programas e projetos que fazem parte destas histórias, da minha história. Assim, nesta pesquisa a proposta foi também olhar

atentamente para os espaços populares da cidade e poder perceber o que estava em jogo nesta trama social. Espaços constituídos pela forte presença do poder disciplinar que, por sua vez, coexiste com a sociedade de controle. Neste sentido, a presença destes poderes nas favelas e nas ruas da cidade, através da política de segurança pública do Rio de Janeiro, produz discursos de “pacificação” pressupondo a existência prévia da violência e da criminalização nestas localidades, o que é justificado pela realização de operações policiais e militares de modo coercitivo, desrespeitoso e extremamente violento.

Desta forma, se faz urgente propiciar cada vez mais canais e espaços de discussões sobre as iniciativas sociais e potencializar as já existentes no sentido de buscarmos caminhos inusitados, inventivos e desviantes, que possibilitem a criação de novas práticas junto aos moradores de favelas e ruas da cidade, o que não é tarefa fácil, mas se mostra necessário, principalmente, no sentido de criar cada vez mais resistências às produções subjetivas dominantes e à visão de segurança pública que se concentra em operações genocidas direcionadas, principalmente, à população jovem e negra moradora das favelas cariocas. Algumas mídias comunitárias se mostraram também como um modo importante de resistência, denunciando através de filmagens, também feitas em tempo real, o que acontece nestes espaços que acompanho a algum tempo e foi uma das importantes inspirações para a minha escrita. Esta relação virtual e diária, muitas vezes, se mostrou sofrida, acompanhada de muita tristeza ao assistir cenas de violência e total desrespeito com os moradores das favelas, muitas vezes, no momento exato em que estavam acontecendo. Simultaneamente, a possibilidade de acompanhar alguns trabalhos realizados pelos coletivos e pessoas nestas localidades, que agregam e unem as pessoas para realização de projetos e ações conjuntas era a demonstração da potência que existe nestes espaços. Enfim, a vida nas favelas sendo aproximada pela filmagem e vivenciada, de certa forma, mesmo quando não estamos presentes fisicamente.

Ao mesmo tempo, programas e projetos, em sua maioria, acabam reafirmando o lugar ocupado pelos moradores das favelas e daqueles que se encontram em situação de rua como sendo de riscos, vulneráveis, perigosos e que precisam ser apaziguados, o que fica evidente nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, mas também por programas que estão apenas voltados para a disciplina, o controle e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho e a

formação de capital humano, conforme descrito nestas linhas, principalmente, na situação referente aos jovens da Cidade de Deus, totalmente inseridos neste contexto.

De acordo com Foucault (2008) o capital humano é composto por elementos inatos e adquiridos, segundo o neoliberalismo, sendo formado por um conjunto de capacidades e habilidades dos homens que adquirem valor de mercado. Esta visão está totalmente alinhada com o resultado a ser alcançado pelo programa citado, que tem como foco principal o desenvolvimento das habilidades dos jovens para a inserção no mercado de trabalho e, neste sentido, as atividades de grupo, além da vigilância diária e de outras formas de controle e disciplina presentes no programa, seguiam no sentido de homogeneizar e padronizar estes jovens.

A partir do retorno e da avaliação de todos sobre a metodologia e a análise das próprias psicólogas sobre o que estava sendo realizado nos grupos, começou-se a pensar em mudanças possíveis, que foram acontecendo gradativamente, a cada encontro. Assim, a análise das próprias práticas, conjugadas às formas de atuação que estavam em andamento no Programa, naquele momento, fizeram-nas perceber o quanto estava sendo um processo delicado, tendo em vista o jogo de forças presentes, bem como a determinação da organização em trabalhar com uma metodologia previamente determinada, como a T.C.I.

Desta forma, é importante acrescentar que a análise da implicação se faz presente nesta pesquisa e, sendo uma ferramenta importante e potente em todo processo aqui relatado. Contribuiu fortemente com as análises das práticas postas em andamento e todo o processo que não se coloca neutro sendo o ponto chave desta pesquisa.

Na situação em que as atividades de grupo realizadas com os jovens são analisadas puderam ser notadas transformações importantes ocorridas, a partir das análises feitas pelas psicólogas sobre o lugar ocupado por elas no grupo, as práticas que vinham sendo utilizadas, o retorno dos jovens, os atravessamentos, as produções subjetivas e as forças que estavam em jogo naquele momento. Tudo isso proporcionou as transformações das práticas que, por sua vez, passaram a contar com a maior participação dos jovens na sua construção. Este novo modo de funcionar, possibilitou mudanças significativas no coletivo, que se mostrou mais potente e produtor de desejo. Todo este processo foi provocado pela análise das

profissionais sobre as suas implicações e a conseqüente mudança das práticas. As transformações ocorridas no grupo, leia-se profissionais e jovens, eram visíveis e geraram efeitos importantes no coletivo, principalmente, em relação à auto-organização.

O grupo, inicialmente, se mostrava desestimulado, desinteressado e bastante resistente à captura do desejo. Com o tempo, passou a entrar em um processo de autoanálise e simultaneamente de auto-organização, gerando mais autonomia nas decisões coletivas, bem como maior independência, possibilitando vislumbrarem novas formas de se organizarem, diferentes das já apresentadas pelo programa.

O fortalecimento do coletivo foi surpreendente, principalmente, para a dupla de psicólogas que se mostrou muito aberta para as mudanças e transformações possíveis, contrariando as diretrizes determinadas pelo Programa em questão.

O que havia provocado tal mudança nestes jovens? Eles foram modelizados e apaziguados ou outra forma de relação havia se estabelecido entre as Psicólogas e os jovens a partir da transformação das práticas destas profissionais?

Pôde-se perceber que apesar de o programa produzir práticas homogeneizantes que correspondem às formas dominantes de funcionar, a atividade de grupo, de certa forma, rompeu com parte deste “formato” e se mostrou como um caminho desviante, permitindo a escolha de outro rumo. O rumo da potencialização dos jovens em detrimento do que era visto e denominado como vulnerável, sem potência, de risco, da carência e deveria ser modelizado, seguindo os padrões da sociedade neoliberal, a partir do uso de práticas essencializadas e que atuassem de modo psicologizante. O grupo passou a ser um respiro, um suspiro, uma brecha, um caminho para o possível, tantopara os jovens quanto para os profissionais.

Desta forma, as situações analisadas nesta pesquisa demonstram também que as (poucas) iniciativas que estão abertas para a experimentação e a criação de novas práticas, como é o caso das situações relatadas sobre a população adulta em situação de rua, bem como a história de N., nos traz reflexões importantes sobre as práticas inovadoras e a Organização que, apesar de seguir, uma certa, modelização da população em situação de rua, abre importantes possibilidades para a invenção de novas práticas. Estas, por sua vez, puderam ser construídas ao longo de todo o projeto e serviram para a reinvenção de novos modos de atuação com o público supracitado, contrárias àquelas prescritas, instituídas e que pretendiam controlar, a

qualquer custo, o que vinha sendo produzido de forma molecular e instituinte. Quando a equipe da ONG acompanha N. até o abrigo para verificar a possibilidade de ele permanecer naquele equipamento da prefeitura, mas se recusa, esta situação gera uma reação de reprovação e total discordância por parte dos profissionais do abrigo que se mostram perplexos com aquela decisão, que havia sido tomada por N. em conjunto com a equipe da ONG, acrescentando o fato de que, ele retornaria para a rua. Esta situação provocou o choque entre as produções subjetivas que limitam e aquelas que inovam. Todo processo de invenção das práticas sociais aqui relatadas aconteceram e surgiram a partir de confrontos das novas práticas com outras formas de intervenções instituídas e, neste caso da ONG, aconteceram com algumas organizações “parceiras”. Os profissionais do abrigo atuavam valorizando a neutralidade e sem levar em consideração o desejo e a participação de N. em tal decisão, que seria o maior interessado neste caso. Pelo fato de tratar-se de um paciente psiquiátrico e em situação de rua, os profissionais do abrigo já deviam ter o diagnóstico, bem como um encaminhamento já padronizado e predeterminado, o que me pareceu ser, praticamente um “estímulo” à produção de casos em série, dificultando uma atuação mais voltada para a noção da singularidade de cada sujeito.

Este modo de intervenção, geralmente, tem como desdobramento, a fragmentação dos processos que estão em andamento e uma certa, automaticidade na forma de intervir nas diversas histórias presentes naquele universo heterogêneo e múltiplo da rua. São intervenções previamente definidas e baseadas em saberes universais.

Considera-se importante sublinhar a questão apontada por Katia Aguiar e Rocha (2010) referente aos profissionais do campo social que, muitas vezes, não analisam os efeitos das práticas cotidianas como algo que possa promover análises e mudanças no campo micropolítico. Análises estas, geralmente, realizadas pelos especialistas, pesquisadores e não são pensadas por aqueles que constroem a prática no seu cotidiano do trabalho que “deveriam” ser os maiores interessados neste tipo de intervenção com a possibilidade de inventar novas práticas sociais que, de fato, gerassem questionamentos e mudanças importantes nas formas de atuação do profissional no campo social.

Na situação de N. foi possível fazer as análises das práticas, tendo em vista que se tratava de um projeto e, especialmente, de uma situação que foi tecida e

construída cotidianamente e, neste caso, é fundamental analisarmos e repensarmos a prática, tendo em vista que era uma forma de atuar em construção, já que não havia, naquele momento, trabalhos realizados nas ruas do Rio de Janeiro que seguissem aquele modo de intervir.

Havia também, maior disponibilidade dos profissionais e da organização em experimentar, entrar em contato com os acontecimentos, inventar novas práticas e modos de atuação com a população em situação de rua, seguindo literalmente as pistas apresentadas em cada encontro e contato com este público e, conseqüentemente, com N. Pelo fato de ter sido um projeto inovador, no momento em que foi realizado (2000 à 2004), a possibilidade de experimentação na sua execução era muito maior.

Aqui o profissional do campo além de atuar diretamente com este público também analisava as intervenções no sentido de construir uma forma e um jeito de trabalho direcionado para este público. Trabalho que se renovava constantemente, pois a população mencionada também foi convidada a participar das discussões na Rede que era bastante ativa e, não só respaldava, mas potencializava todo o projeto social e as organizações parceiras que a compunham.

Olhando para toda a trajetória descrita nesta pesquisa, percebo o quanto é fundamental serem criadas possibilidades e caminhos de resistência, na tentativa de realizarmos trabalhos cada vez mais potentes, transgredir as regras e atuar no nível da micropolítica, da imanência, da fluidez dos acontecimentos que o cotidiano nos traz, contando sempre com os saberes locais na construção das práticas sociais.

É uma caminhada que, em muitos momentos, provoca certo cansaço, desânimo e tristeza, por conta de questões aqui analisadas e também dos retrocessos políticos que interferem diretamente nas iniciativas sociais em curso. Ao mesmo tempo, a importância de continuar e de pensar em novas formas de estar no campo social se coloca como profundamente necessário, se quisermos provocar mudanças e transformações em nós e na sociedade em que vivemos. Continuar a trilhar esses caminhos que se mostram, muitas vezes, tortuosos, difíceis, cheio de percalços, mas ao, mesmo tempo, permeados de afeto, delicadeza, emoção, alegria, bons encontros, transformação, potência e muito amor.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Katia; Rocha, Marisa Lopes. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília v.23, n.4, dez. 2003

AGUIAR, Katia; Rocha, Marisa Lopes. **Exercício da Pesquisa – Intervenção:** Referenciais e Dispositivos em Análise. Psicologia Ciência e Profissão. Rio de Janeiro. 2007.

AGUIAR, Katia; Rocha, Marisa Lopes. Entreatos: Percursos e construções da Psicologia na rede pública de ensino. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 1, p.68-84, jan./abr. 2010.

BAREMBLITT G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; 1992.

**Construção de teleféricos nas favelas do RioTV FOLHA** Disponível em em < <http://www.youtube.com/user/Folha>>, acessado em 25 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Investigação sobre Saúde Mental na Cabana do Pai Tomás. In: PEREIRA, William César Castilho. **O adoecer psíquico do subproletariado**. Belo Horizonte: SEGRAC, 1990. p 167-176.

BELTRAME determina que crianças só sejam revistadas sob 'forte suspeita'. **Extra Online**. 15 dez. 10 Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-determina-que-criancas-so-sejam-revistadas-sob-forte-suspeita-684234.html#ixzz46EursXAE>>.

BUJES, Maria Isabel E. Descaminhos. In: COSTA, Mariza V. (org). **Caminhos Investigativos II:** outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: D&A, 2002.

CASTELL, R. **A gestão dos riscos**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1987.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Intertexto, 2001

CORDEIRO, Denise. **Juventude nas Sombras**. Rio de Janeiro: Edição Lamparina, 2009.

DIMENSTEIN, M.; ZAMORA, M. H.; VILHENA, J. Da Vida dos Jovens nas Favelas Cariocas. Drogas, Violência e Confinamento. **Revista do Departamento de Psicologia/UFF**, v.16, n. 1, p.23-40, 2004.

FACINA, Adriana, **Acari Cultural:** Mapeamento da Produção Cultural em uma favela da zona norte do Rio de Janeiro: Edição Maud; Faperj, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia e poder**. Curso do Collège, 7 de janeiro de 1976. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

HECKERT, Ana Lucia Coelho; BARROS, Maria Elizabeth. Desafios Metodológicos para a pesquisa no campo da psicologia: o que pode uma pesquisa? In: MARCONDES, Adriana; FERNANDES, Ângela; ROCHA, Marisa da. **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

LÓPEZ-RUIZ, Oswaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

LOURAU, R. **Renê Lourau na UERJ**: análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.

GUATTARI, E; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

MERHY, Emerson Elias. O Conhecer Militante do sujeito implicado: o desafio em reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, Túlio Batista; PERES, Marco Aurélio de Anselmo. (Org.). **Acolher Chapecó**: uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, v. 1, p. 21-45.

MONCEAU, Gilles. Implicação, Sobreimplicação e Implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, 2008.

MORAES, Thiago Drummond; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicol.estud.** Maringá, v. 7, n.1 jan./jun. 2002.

MUÑOZ, Jorge Vicente, MOTA, Adriana. **População de rua**: Que cidadania? Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2003

NASCIMENTO, Rafael. Criança de 11 anos morre em tiroteio na Cidade de Deus. **O globo**, 25 dez. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/crianca-de-11-anos-morre-em-tiroteio-na-cidade-de-deus-18362036#ixzz4Oxwc3tCC>>.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; Esóssia, da Liliana. **Pistas no método da Cartografia: pesquisa intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015

RIO DE JANEIRO (Estado). **O que é [UPPJ]?** Disponível em: <[http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)>

RODRIGUES, Rafael Coelho. **O estado penal e a sociedade de controle: o programa Delegacia Legal como dispositivo de análise**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, Jailson Souza; BARBOSA, Jorge Luis. **Comunidades Populares e Universidade: olhares para o outro**. Rio de Janeiro. UFRJ Pro-reitoria de Extensão. 2006.(Coleção Grandes Temas do Conexão dos Saberes).

SILVA, Jailson Souza; BARBOSA, Jorge Luis; BITETI, Mariane Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes. **O que é Favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. 2009.

SILVA, Joseh. **Desigualdade: a mão de obra barata que não agrada a burguesia**. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/.../a-mao-de-obra-barata-que-nao-agrada-a-bruguesia-4045](http://www.cartacapital.com.br/.../a-mao-de-obra-barata-que-nao-agrada-a-bruguesia-4045)>.

TELEFÉRICO do Alemão, no Rio, é fechado por falta de pagamento:prazo é indeterminado e cerca de 150 funcionários podem ser demitidos. **G1**, 18 de out de 2016 Disponível em: <[www.g1.globo.com/rio.../teleferico-do-alemao-no-rio-e-fechado-por-falta-de-pagamento](http://www.g1.globo.com/rio.../teleferico-do-alemao-no-rio-e-fechado-por-falta-de-pagamento)>

TOTORA, Silvana. Democracia e Sociedade de Controle. **Verve**, São Paulo, v. 10, p. 237-261, 2006